



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2008

Rio de Janeiro, maio de 2009

Apresentação

Este relatório apresenta as atividades da ASPTA em 2008, primeiro ano de execução do Plano Trienal 2008-10.

Relatórios parciais de atividades e os documentos específicos referidos neste relatório encontram-se à disposição dos interessados.

SUMÁRIO

I. Introdução	4
II. Programas de Desenvolvimento Local	7
II.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba.....	7
II.2. Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná e Planalto Norte de Santa Catarina.....	41
III. Programa de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro	49
IV. Programa de Desenvolvimento Metodológico	54
V. Programa de Políticas Públicas.....	58
VI. Centro de Informação	67
Registros fotográficos.....	71

I. Introdução

Ao cumprir o primeiro ano do Plano Trienal 2008-10, duas principais conclusões podem ser tiradas como características mais gerais de um balanço.

Em primeiro lugar, a entidade continuou atuando num contexto marcado por condições particularmente adversas do ponto de vista orçamentário. Perdas cambiais devidas à persistente valorização do Real frente a moedas estrangeiras se associaram à prática paralisação dos convênios celebrados com organismos do governo federal para ações no campo do desenvolvimento rural. Essas restrições presentes projetam igualmente sombras para o futuro, agravadas pela anunciada retirada do Brasil de importantes agências de cooperação internacional ou pela reorientação de prioridades temáticas de outras instituições de financiamento. Ao longo de todo o ano, a ASPTA, em representação da ANA, esteve empenhada em debates e negociações mantidas entre organizações da sociedade civil e movimentos sociais, de um lado, e autoridades governamentais, de outro, na discussão em torno à formulação e aprovação de um marco legal regulatório adequado ao acesso das organizações civis ao financiamento público para programas de desenvolvimento. Essas negociações não chegaram a um termo, em grande parte devido à retração das autoridades federais frente à ofensiva de criminalização das ONGs e movimentos sociais desencadeada através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito em funcionamento no Congresso Nacional.

Num panorama de restrições e de incertezas para o futuro, a ASPTA tratou de se precaver contra situações de desestabilização institucional, através da implementação de medidas abrangentes de contenção orçamentária, que incidiram tanto sobre os recursos humanos da entidade quanto sobre despesas operacionais e de infraestrutura. As medidas restritivas estenderam-se também à implementação dos programas e atividades fins da ASPTA, seja através da desintensificação ou pelo corte de atividades programadas. Em que pese terem se revertido expectativas para a programação do período e as incidências negativas sobre a dinamização do trabalho nas frentes de atuação da entidade, a ASPTA conseguiu manter o equilíbrio de suas contas, evitando assim o impacto de turbulências financeiras desagregadoras que pudessem vir a atingir sistemicamente a vida da entidade e comprometer sua existência no médio prazo.

Em segundo lugar, a contracorrente dessa conjuntura restritiva, os programas da ASPTA tiveram um desempenho marcadamente positivo, ao se ajustarem às novas prioridades definidas pelo Plano Trienal vigente:

- Intensificar a transição agroecológica nas propriedades e comunidades integradas ao processo de aumento de escala das redes de agricultores experimentadores a partir da ação dos programas locais.
- Apoiar a consolidação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) nos planos político e organizativo.
- Implementar uma estratégia de mobilização de recursos financeiros de fontes diversificadas de modo a reverter a situação de risco institucional a que a entidade está confrontada.

Ao mesmo tempo, no quadro dessas três prioridades, foram já trabalhados alguns dos temas transversais que deverão cimentar a ação da ASPTA e sua capacidade comum de sistematização, em particular o tema do monitoramento da transição agroecológica, acesso a mercados, a promoção da agrobiodiversidade e o enfrentamento dos transgênicos e o tema de crucial importância da estratégia de financiamento.

Com relação aos resultados mais significativos alcançados nas diferentes áreas de atuação, cabe assinalar a título ilustrativo:

- Programa Local da Paraíba:
 - 83 Bancos de Sementes Comunitários distribuídos em 11 municípios estiveram ativos e com procedimentos de gestão aprimorados, mantendo estoque de cerca de 10 mil quilos de sementes de 19 variedades à disposição de seus quase 4 mil associados.
 - 480 novas cisternas de captação de água de chuva foram construídas, totalizando 4.800 cisternas no conjunto da região, beneficiando cerca de 24.000 pessoas com água potável e para outros usos domésticos.
 - 54.000 mudas de 70 diferentes espécies de uso múltiplo foram produzidas em viveiros comunitários e no viveiro da ASPTA e distribuídas a cerca de 1.500 famílias para rearborização de propriedades.
 - 113 novas famílias envolvidas em redes locais de inovação participaram de processos de formação sobre fabricação e uso de biofertilizantes.
 - 81 quintais domésticos de famílias dos setores mais empobrecido foram melhorados, beneficiando-se também da constituição de fundos rotativos para a implantação de pequenos criatórios nas propriedades.
 - O Polo das Organizações Sindicais e da Agricultura Familiar da Borborema se fortaleceu em sua capacidade de articular e gerir programas regionais de desenvolvimento local, tendo assumido, em 2008, a gestão do Programa 1 Milhão de Cisternas na região Agreste.
- Programa Local do Contestado:
 - O aproveitamento econômico de frutas nativas teve destaque na mobilização de 200 mulheres que participaram de processos de formação, através de oficinas e intercâmbios. Essa atividade, a par de constituir um espaço de encontro e expressão das mulheres agricultoras, introduziu nas famílias fontes de renda e de alimentação saudável antes desprezadas ou absolutamente inexpressivas.
 - Aproximadamente 100 agricultores e agricultoras experimentadores da região reuniram-se, no mês de abril, no 20º Seminário regional de agrobiodiversidade, para planejar ações comuns a serem empreendidas no domínio da conservação e uso das sementes crioulas pela agricultura familiar regional. Resultou do seminário a programação de 780 iniciativas de grupos comunitários na montagem de campos de multiplicação e experimentação de um grande número de variedades de milho, feijão, arroz, batata-doce, mandioca, trigo, batata, hortaliças e outros produtos.

- Programa de Agricultura Urbana:
 - O projeto piloto da ASPTA em parceria com a Pastoral da Criança na zona oeste do Rio de Janeiro projetou-se para o plano nacional, através da Ação Hortas Caseiras. A partir da experiência localizada no Rio de Janeiro, o Programa de Agricultura Urbana continuará subsidiando a ação da Pastoral em escala nacional.
 - O ano de 2008 marcou o encerramento do projeto “Agricultura urbana e segurança alimentar no município do Rio de Janeiro – gerando referências metodológicas”, executado em parceria com a Finep. O projeto consistiu na execução e ações de apoio a grupos e moradores, visando ao aprimoramento dos quintais domésticos e da produção para autoconsumo. O projeto deu lugar à sistematização de experiências sobre abordagens de promoção da agricultura urbana destinadas a subsidiar outras iniciativas similares no estado do Rio e em outras unidades da Federação.
- Programa de Desenvolvimento Metodológico:
 - Em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco/CNPq, foi dada continuidade à execução do projeto Monitoramento participativo da transição agroecológica em territórios rurais de dois biomas brasileiros. Implementado no âmbito dos Programas locais da Paraíba e do Contestado, o projeto envolve a avaliação das dinâmicas de inovação agroecológica no âmbito dos territórios (monitoramento horizontal) e das unidades produtivas (monitoramento vertical). O projeto assume grande importância metodológica de estudo de diferentes estratégias territoriais e familiares de transição agroecológica, devendo gerar subsídios para a avaliação comparativa dessas estratégias que venham a informar a ação tanto de redes locais/regionais de promoção da agroecologia quanto intervenções do setor público com igual objetivo.
 - Em parceria com a ASA Brasil, a ASPTA manteve sua contribuição na assessoria metodológica para formação de técnicos das organizações associadas à ASA sobre abordagens metodológicas de construção do conhecimento e sistematização de experiências. Esse processo de formação envolveu, em 2008, 70 pessoas pertencentes a 20 instituições de 9 estados do semiárido brasileiro. Além das oficinas, foram realizados encontros estaduais de formação, dos quais participaram 150 pessoas de cerca de 40 instituições da região. As pessoas assim capacitadas deverão atuar na sistematização de experiências no quadro do Programa P1+2, voltado para o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre agricultores no tema da convivência com o semiárido.
- Programa de Políticas Públicas:
 - A ASPTA participou ativamente dos debates no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) sobre distintos temas, tais como as políticas de crédito para a agricultura familiar, a descentralização dos programas de extensão rural e, notadamente, as orientações do Plano Safra para o período 2009-10.
 - Grande parte dos esforços da entidade no campo das políticas públicas foi orientada, como já assinalado, para o debate em torno ao Marco Legal para financiamento público de organizações da sociedade civil. Embora tais esforços não tenham conduzido à formulação de um novo ordenamento jurídico para o acesso dessas organizações ao financiamento público, eles lograram criar uma

rede ampla de organizações representativas de diversos segmentos da sociedade que continuam impulsionando a discussão e iniciativas sobre o tema.

- A internalização do enfoque agroecológico na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi uma ação exitosa empreendida pela ASPTA em articulação com organizações da ANA, em particular a Fetraf e a Via Campesina. Após a formulação pela Embrapa, em 2006, de um Marco Referencial para a pesquisa em Agroecologia, foi proposta e efetivada, após longas negociações, a constituição de um Fórum Permanente de Agroecologia, que é um espaço de interlocução da Embrapa com a sociedade civil.
- A Campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos” continuou monitorando as decisões tomadas pela Comissão Técnica de Biossegurança e atuando, principalmente, em dois eixos. De um lado, no campo jurídico, através de interpelações judiciais à liberação de produtos transgênicos pela Comissão; de outro lado, o estímulo à constituição em nível comunitário de grupos de “biovigilantes” para o monitoramento da introdução de cultivos transgênicos, suscitando ações judiciais pelo direito de os agricultores não terem contaminados seus cultivos ecológicos pela transgenia.
- Centro de Informação:
 - Foram publicadas no ano 4 edições da revista Agriculturas: experiências em agroecologia, verificando-se um crescimento de 29,5% no número de assinantes, que atingiu 4.200 no final de 2008.
 - Foi dado seguimento às atividades de manutenção do banco de dados Agroecologia em Rede. Foram recebidos no ano mais de 150 novos cadastros espontâneos de pessoas e instituições.

II. Programas de Desenvolvimento Local

II.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba

O Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba deu continuidade e intensificou suas ações para fortalecimento institucional e político dirigido a efetivação de sua estratégia de formação de agricultores e agricultoras e lideranças dos 15¹ municípios que integram o Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema. Este vem assistindo ao fortalecimento de sua capacidade de ação como ator de articulação regional das organizações da agricultura familiar e vem criando condições para que as organizações a ele vinculadas avancem em suas práticas voltadas à promoção do desenvolvimento em suas respectivas áreas de atuação.

No ano, houve avanços importantes no apoio aos processos de experimentação agroecológicos na região de atuação do Pólo da Borborema. O generoso período chuvoso do primeiro semestre de 2008 gerou como resultados uma produção abundante de alimentos e forragem, porém, a chuva não foi suficiente para o reabastecimento dos reservatórios de água. Diante da fatura do ciclo agrícola, um intenso esforço de constituição de estoques de forragens, sementes e alimentos, foi mobilizado pelo programa

¹ No ano de 2008, um novo município se integrou a dinâmica do Pólo da Borborema, Algodão de Jandaira.

no correr do segundo semestre deste ano. A intensificação das atividades de intercâmbio aliadas ao fortalecimento dos Fundos Rotativos Solidários favoreceram uma maior diversificação e ampliação das inovações com destaque para a revitalização e intensificação produtiva dos sistemas do arredor de casa e a intensificação produtiva dos pequenos criatórios.

O adensamento das dinâmicas sociais de inovação coordenados pelo Pólo na região da Borborema vem aumentando progressivamente a sustentabilidade dos sistemas familiares de produção e, ao mesmo tempo, construindo uma bagagem nos planos metodológico e político-organizacional de grande relevo para sustentabilidade dos processos de construção da agroecologia no território. É neste contexto que o Pólo vem se afirmando na região como um ator político relevante capaz de defender e influir na promoção de um padrão de desenvolvimento alternativo centrado na ampliação e consolidação da agricultura familiar e fundado na construção da agroecologia.

Neste contexto pode-se identificar uma feliz coincidência entre a conjuntura local e nacional. O conjunto de políticas voltadas para a promoção da agricultura familiar em bases agroecológicas estimuladas pelo Governo Federal encontrou um espaço privilegiado para sua valorização seja pelo Pólo seja por distintas instituições que atuam no território.

A Política de Desenvolvimento Territorial implementada pelo governo Lula ampliou a visibilidade do projeto em construção pelo Pólo e para um conjunto amplo de atores e instituições públicas e privadas² que vem interagindo com estes espaços e exercendo grande influência na Formulação do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PDTRS).

Por outro lado, na esfera local/municipal não se nota o mesmo processo. Apesar da expansão das capacidades de atuação política do Pólo na esfera territorial, desafios importantes ainda permanecem junto do poder público municipal. A acumulação de força política promovidas pelo trabalho vem projetando suas lideranças e motivou a constituição de 13 candidaturas³ de pessoas da base do Pólo nas eleições municipais deste ano apresentando plataformas políticas afinadas com o projeto em construção pelo Pólo. Apenas uma vereadora e um vice-prefeito foram eleitos. Este quadro não se distingue em essência do processo eleitoral vivido pelas lideranças do Pólo nas eleições municipais de 2004 (20 candidaturas e apenas um vereador e dois vice-prefeitos eleitos). Chama a atenção desta realidade a enorme dificuldade de se traduzir os acúmulos e reconhecimento alcançado pelo trabalho em força político-eleitoral. Uma parte desta dificuldade pode ser explicada pelo domínio das relações clientelistas exacerbadas que marcam os processos político-eleitoral na esfera municipal.

O ano de 2008 foi marcante para o fortalecimento institucional do Pólo, principalmente mediante a retomada do P1MC. A AS-PTA deixou de ser a Unidade Gestora Micro-regional (UGM) do programa, sendo essa função assumida integralmente pelo Pólo da Borborema, permitindo melhor estruturar sua equipe técnica-administrativa e dando melhor efetividade ao funcionamento do escritório, ampliando assim, sua autonomia financeira e suas responsabilidades na gestão desse Programa. O programa de cisternas ampliou seu alcance geográfico favorecendo a integração de um novo município (Algodão

² Prefeituras, Conselhos municipais, BNB, INCRA, EMATER, Fórum dos Assentados, ONGs, CONAB, etc..

³ Onze candidatos a vereador, um candidato a prefeito e um a vice-prefeito

de Jandaira) nas ações de promoção da agroecologia e do desenvolvimento da agricultura familiar do Pólo da Borborema.

Vale destacar neste contexto a emergência e revigoração de um sindicalismo com estilos de atuação renovados com papel determinante na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar. O projeto está fortemente alicerçado na Agroecologia e, portanto, aponta para um outro modelo.

1. Programa de Formação em Agroecologia

1.1. Sementes

O fortalecimento das estratégias voltadas para a conservação das variedades locais de espécies cultivadas se constituiu em um dos eixos centrais do trabalho do Pólo neste ano. A liberação de seis variedades de milho transgênico e de três variedades de algodão transgênico agravou profundamente os riscos de contaminação das variedades tradicionais, se apresentando como uma das mais severas ameaças à conservação da agrobiodiversidade. Para fazer frente a esse risco o Pólo buscou mobilizar as famílias envolvidas nas redes de bancos de sementes comunitários buscando sensibilizá-las para a importância do patrimônio genético que vem sendo manejado e conservado nas suas comunidades, em particular para os riscos de contaminação dos materiais genéticos locais por variedades transgênicas e para o imperativo de se estabelecer estratégias de conservação e defesa das Sementes da Paixão.

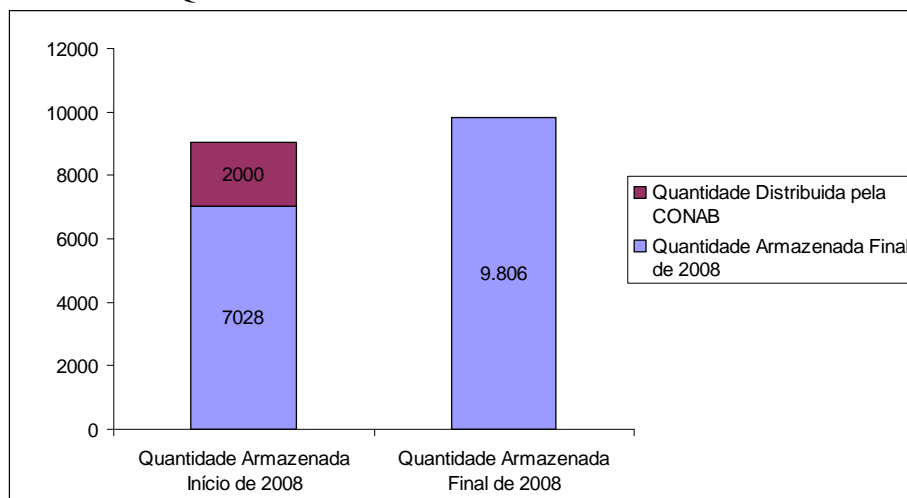
Um intenso processo de formação foi mobilizado numa estratégia pedagógica voltada para enraizar este debate no nível comunitário, envolvendo cerca de 750 agricultores e agricultoras em 34 comunidades de 12 municípios do Pólo da Borborema. Como estratégia metodológica para descentralizar o processo de formação foi produzida um material pedagógico composto por um pequeno vídeo e um cordel abordando a temática e um roteiro metodológico foi preparado para facilitar a condução do debate nas comunidades. Aliado ao processo de formação foi desencadeado um trabalho de identificação e mapeamento dos(as) agricultores(as) que vem cumprindo funções históricas de conservação das variedades tradicionais como também de seu reconhecimento e valorização como Guardiões/ãs das Sementes da Paixão. Em torno de 20 Guardiões/ãs tiveram suas variedades locais de milho, feijão, mandioca entre outras resgatadas e sistematizadas na forma de boletins. O compromisso político com a conservação do patrimônio genético local foi selado nos eventos comunitários através da assinatura simbólica de termos de compromisso de comunidades guardiãs das sementes. Este processo culminou com um Encontro Regional de Sementes envolvendo 100 participantes revigorando as estratégias do Polo dirigidas a conservação do patrimônio genético local.

A maioria dos 83 Bancos de Sementes Comunitários (BSC) distribuídos em 11 municípios articulados pela dinâmica do Pólo estiveram ativos e com seus processos de gestão aprimorados, conseguindo estocar um total de 9.806 kg de sementes de 19 variedades, no ano (Ver gráfico 01). O acesso às sementes para o plantio da safra 2009 está em grande medida garantido para as mais de 3.000 famílias das comunidades que possuem bancos na região.

A Rede de BSC do Pólo voltou a mobilizar a política do Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB para apoiar o fortalecimento dos estoques comunitários de

sementes⁴. O aporte de duas toneladas de sementes de quatro espécies e variedades adquiridas em 2006 ampliou o estoque dos 83 BSC, somando-se às sete toneladas armazenadas da safra 2007.

Gráfico 01 – Quantidade de semente armazenada no início e final de 2008



*Os dados coletados em janeiro de 2008 encontram-se parciais. Estima-se que estamos sem informação de 4 municípios e 28 BSC.

As ações Polo e AS-PTA se desenvolveram com forte interação com as da Rede de Sementes da ASA Paraíba desenvolvendo atividades marcantes para o fortalecimento de sua rede de 220 BSCs. Merece relevo o Encontro Estadual de Sementes, o ensaio de avaliação de variedades de milho, assim como as ações dirigidas a expandir e articular o trabalho com as redes de sementes presentes no conjunto do semi-árido brasileiro a partir das interações com a ASA Brasil. Para mais detalhes ver *item Articulação em Rede*.

1.2. Água

O ano de 2008 foi especial para o programa de formação da transição agroecológica no que toca ao manejo integrado dos recursos hídricos. Em contraponto à proposta governamental de transposição do Rio São Francisco como alternativa técnica para levar água às áreas rurais do semi-árido brasileiro, desencadeou-se um amplo processo participativo de sistematização sobre experiências de manejo descentralizado dos recursos hídricos visando à construção da segurança hídrica familiar e comunitária. Nessa perspectiva, foram sistematizadas seis experiências significativas, sendo quatro delas de abrangência familiar e duas de âmbito comunitário. Nesse momento também foi feito um esforço de leitura e análise coletiva sobre a hidrologia e o manejo das águas do braço do rio Bom Sucesso que corta três comunidades (Palma, Goiana e Bom Sucesso) do Curimataú de Solânea. Na oportunidade, realizou-se uma análise do impacto das intervenções no aumento da segurança hídrica das comunidades margeadas pelo rio Bom Sucesso.

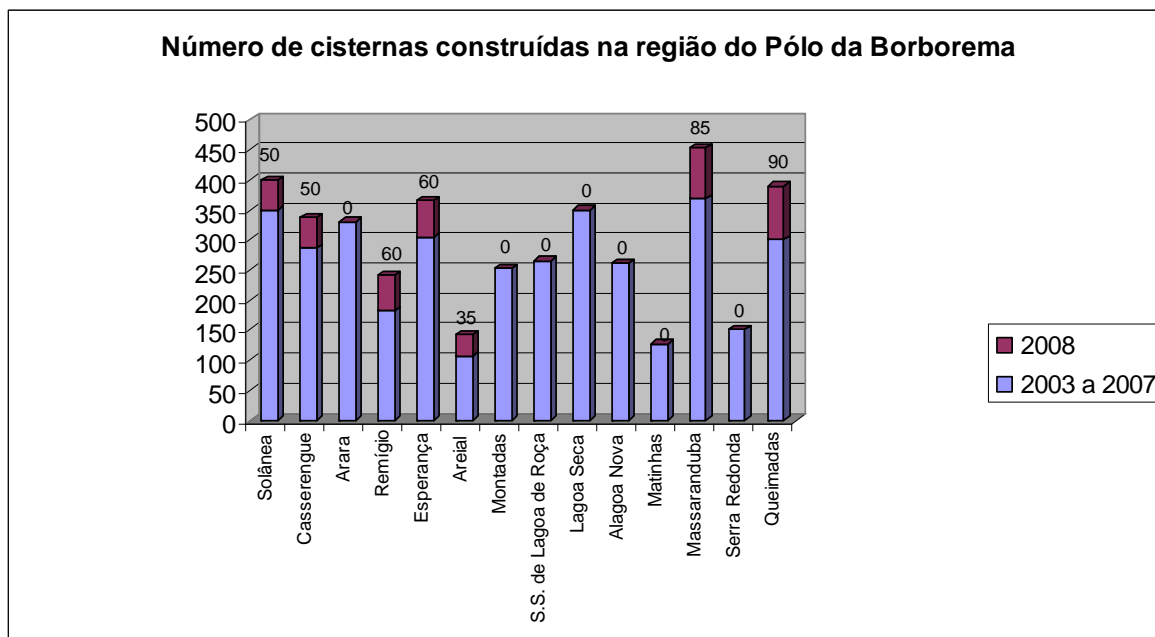
Essa experiência foi bastante inovadora para a AS-PTA e seus parceiros locais, pois empregou um conjunto de instrumentos para a realização das sistematizações e o debate sobre seus resultados. Um dos instrumentos elaborados foi um mapa georeferenciado das três comunidades rurais, através do qual foram localizadas as experiências individuais e comunitárias de manejo de recursos hídricos.

⁴ Ver Gestão de Empreendimentos Econômicos – Mercado Institucional.

O processo de sistematização, articulado com ampla mobilização social, culminou com a realização de um evento de formação em comemoração ao Dia Mundial da Água, que contou com a participação de 70 agricultores e agricultoras da região de atuação da AS-PTA. Esse processo foi de fundamental importância para o fortalecimento da experimentação e das capacidades políticas das lideranças comunitárias, tornando-se mais claro a construção de um projeto alternativo às propostas derivadas do modelo dominante de gestão dos recursos hídricos com base na centralização da oferta de água em grandes obras hídricas. Esse exercício do olhar sistêmico dos caminhos das águas sensibilizou as lideranças e animadores do Pólo a reproduzir o exercício nos seus municípios. Porém, poucos conseguiram realizar essa ação em 2008, mas reprogramaram essa agenda para o ano de 2009.

Outro destaque em 2008, foi a retomada da implementação do Programa Um Milhão de Cisterna em Abril, após 6 meses de interrupção em função dos tramites burocráticos de negociação de um novo termo de parceria entre o MDS e a AP1MC. Neste ano foram construídas 480 cisternas na região do Pólo, totalizando 4.780 cisternas no Agreste da Borborema ou 76 milhões de litros de água armazenados em 404 comunidades de 15 municípios envolvidos, atendendo uma média de 23.900 pessoas e garantindo acesso a água potável para o consumo (ver gráfico 02). Espera-se para 2009, retomar o ritmo de implementação com um alcance maior de famílias beneficiárias. Para o primeiro semestre de 2009, a meta é a de construção de 550 cisternas.

Gráfico 02 - Número de cisternas construídas na região do Pólo da Borborema entre os anos de 2003 e 2008



Para além das cisternas e buscando fazer frente a demanda diversificada de água, a dinâmica do Pólo manteve o apoio as experimentações de ampliação ou implementação de outras formas de captação de água para a produção de alimentos, dessedentação animal e para o gasto de casa. Foram realizadas em 2008: uma reforma de barragem subterrânea em Queimadas, três construções de barragens subterrâneas, instalação de uma bomba popular em Massaranduba, e foi ampliado e/ou aberto um conjunto de barreiros através de mutirões

animados pelo grupo da ONGIFA, em Solânea. Para ampliar esse trabalho, foi repassado através de fundos rotativos solidários, 25 horas de máquinas para construção de barreiros e barragem subterrânea para 4 famílias na comunidade de Junco em Remígio. Na região do Pólo somam-se hoje cinco tanques de pedra comunitários, 27 barragens subterrâneas, 4 bombas populares e 2 barreiros comunitários.

Analisando a capacidade de estocagem nas diversas infra-estruturas citadas à cima, observa-se que as propriedades e comunidades mais estruturadas acumularam reservas suficientes para atravessar o período de estiagem. À exemplo das comunidades do rio Bom Sucesso, o adensamento de experiências de captação e armazenamento de água torna-se uma referência importante para dar concretude a um projeto de promoção de segurança hídrica no semi-árido com base na constituição de uma malha hídrica composta por inúmeras pequenas e médias obras. A expectativa para 2009 é dar início ao processo de implementação do Programa Uma Terra e Duas águas (P1+2) na região. Acredita-se que esse projeto poderá dar um novo ritmo a experimentação contribuindo para a produção de alimentos e a segurança hídrica e alimentar das famílias agricultoras.

O Polo e AS-PTA também se integraram ativamente das ações em rede promovidas pela ASA PB e ASA Brasil com destaque para a retomada da implementação do P1MC, das iniciativas ligadas ao P1+2 assim como na participação ativa no debate acerca do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Para mais detalhes ver item Articulação em Redes.

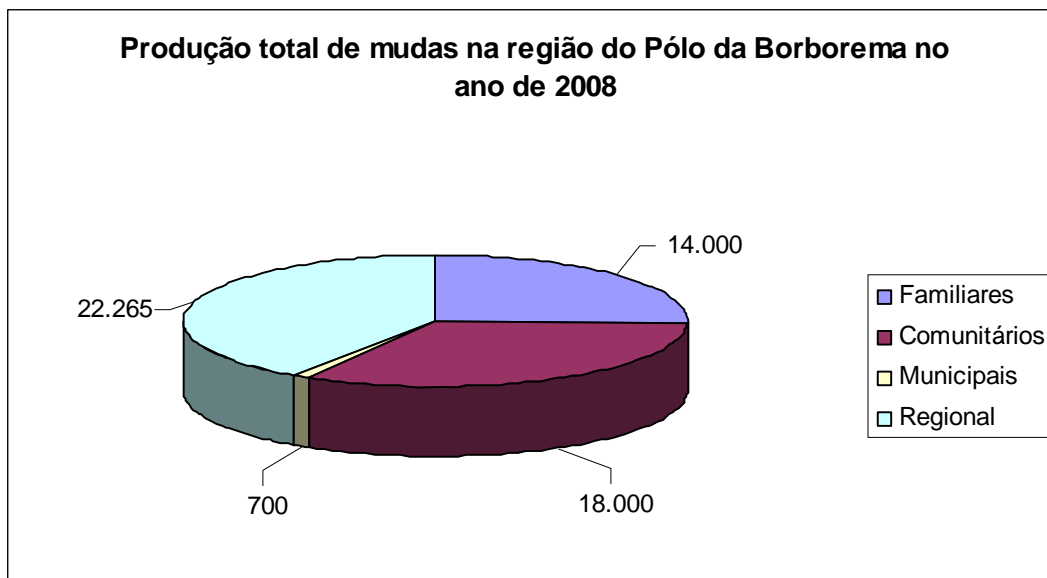
1.3. Manejo Ecológico de Cultivos Anuais e Agrofloresta

Nas ações sobre os cultivos ecológicos foram dadas continuidade ao processo de experimentação na região da Borborema a partir da valorização e estímulo às experiências de produção diversificada e visando a promoção do re-equilíbrio ecológico dos agroecossistemas através da recomposição do estrato arbóreo, no manejo integrado de pragas de doenças, manejo ecológico de solos e na diversificação de cultivos.

Em 2008, foi realizada uma discussão para realocação da problemática técnica do tema na região. A partir dessa reflexão a comissão de cultivos ecológicos reorganiza as suas ações a partir dos seguintes eixos temáticos:

- Rearborização das propriedades: Para dar continuidade ao trabalho de recomposição do estrato arbóreo nas unidades de produção, procurou-se estimular a articulação de uma rede de viveiros e agricultores coletores de sementes nativas. Neste ano, essa rede foi capaz de produzir e distribuir 54.965 mudas de mais de 70 espécies entre plantas nativas e exóticas de múltiplo uso, subsidiando os processos de transição agroecológico na região alimentando o processo de experimentação de diferentes comissões temáticas do Pólo. Em 2008 as mudas foram produzidas em 8 viveiros familiares, 3 comunitários e 3 viveiros municipais, além do viveiro de mudas do CASM. (ver gráfico 03)

Gráfico 03 – Composição do total de mudas distribuídas no ano de 2008



Soma-se para a região, mais de 300 mil mudas distribuídas desde 1999. Apesar da dimensão desse trabalho, o grau de desarborização dos sistemas agrícolas é substancialmente maior, exigindo estratégias de intensificação. Para 2009, o desafio se encontra no fortalecimento dessa rede de viveiros como estratégia organizativa para ampliar ainda mais a escala desta ação.

- Manejo sadio do solo e saúde das plantas: estimulou-se a preparação de compostos enriquecidos, rotação de culturas, adoção de cobertura morta, adubação verde, bem como a produção de caldas e biofertilizantes para controle alternativo de pragas como cachorro d'água, pulgão da erva-doce, formiga, lagarta, e denúncia e combate ao uso dos agrotóxicos.

No ano de 2008, foram realizados 17 eventos de formação entre mutirões, visitas e oficinas de produção de biofertilizantes, caldas naturais e compostos orgânicos. Esses encontros beneficiaram diretamente 113 novas famílias que passaram a integrar o uso desses produtos nas culturas de roçado, hortas e pomares. O uso de biofertilizantes tem produzido efeitos muito positivos na saúde das plantas e na diminuição da incidência de pragas e doenças se constituindo numa importante alternativa ao uso de agrotóxicos na região. Nesse ano, deu-se início a implementação de biofábricas de biofertilizantes como estratégia para ampliar a escala do processo de experimentação para um número maior de famílias. Foram adquiridos 10 kits com tambor de 200 litros, pulverizador, coador que serão distribuídos em 2009 através de fundos rotativos solidários.

- Diversificação de cultivos: ocorreu um intenso trabalho de valorização e estímulo às práticas de consórcios desenvolvidas pelos agricultores/as na região e estímulo ao cultivo do algodão⁵, erva-doce agroecológico⁶, abacaxi orgânico consorciados e o manejo de matéria orgânica na propriedade envolvendo mais de 100 famílias de quatro municípios do Pólo. O estímulo se deu a partir de visitas de intercâmbio entre agricultores e entre agricultores e estudantes de curso técnico e de agronomia das escolas e universidades da região.

⁵ Ver item Gestão de Empreendimentos Econômicos – Acesso a mercados estruturados em cadeia.

⁶ Idem.

- Apicultura e meliponicultura: a criação de abelhas vem se constituído na região como atividade importante para intensificação dos processos de transição agroecológica contribuindo para conferir maior equilíbrio aos agroecossistemas, diversificando a dieta alimentar e gerando alternativas de renda para as famílias agricultoras. Em 2008 o período chuvoso favoreceu uma boa produção nos apiários. Os grupos acompanhados pela ASPTA e Pólo produziram mais de 300 litros de mel.

As atividades realizadas com as famílias que criam abelhas (*apis melífera* e melíponas) se concentraram no campo da formação, através da troca de experiências entre os apicultores e meliponicultores, com ênfase para as práticas de manejos dos apiários e meliponários, coletas de mel e povoamento de caixas. O intercâmbio entre apicultores este ano se concentrou entre comunidades vizinhas. No período de coleta de mel apicultores mais experientes atuaram na orientação e apoio aos iniciantes.

Para o fortalecimento e ampliação da atividade apícola entre as famílias agricultoras da região nos últimos três anos a AS-PTA vem apoiando os grupos de apicultores dos municípios de Remígio, Solânea, Massaranduba, Areal, Queimadas e Arara através do uso itinerante de um kit para confecção de caixas de cimento (ninho e suporte) e de um cilindro alveolador para produção lâminas de cera alveolada. Nos 3 anos foram produzidos 200 caixas de cimento (100 em 2008) e processados 150 kg de cera bruta produzindo aproximadamente 2.250 lâminas de cera atendendo a mais de 50 apicultores da região.

Vale também destacar o trabalho de recuperação de plantas nativas com potencial melífero. Os apicultores estão integrados a rede de viveiros da região mobilizando e intercambiando mudas de valor apícola. A Associação de Apicultores de Remígio numa parceria com a APRODES possui um viveiro em funcionamento a 2 anos produzindo mudas de espécies com potencial melífero. O viveiro da AS-PTA tem cumprido um papel importante no subsídio a estes apicultores.

Na região têm se expandido a constituição unidades de coleta do mel junto às áreas de assentamento sendo parte de uma iniciativa da APRODES em parceria com o Programa TERRASOL do INCRA. Foram implantadas quatro unidades de coleta de mel (casa do mel e equipamentos) nos Assentamentos Irmã Doriti, e Oziel Pereira no município de Remígio e nos Assentamentos Pedro Henrique e São Francisco no Curimataú de Solânea. Integrada a esta iniciativa os agricultores/as apicultores/as dos municípios de Arara, Remígio estão comercializando parte de sua produção de mel no PAA (ver item gestão de Empreendimentos Econômicos – mercado institucional). Em que pese a presença ativa da ASPTA e Pólo assessorando os grupos de agricultores apicultores permanece a necessidade de fortalecer as interações com as recentes iniciativas da APRODES na região.

A criação de abelhas nativas é parte da tradição local das famílias agricultoras que criam melíponas em cortiços. A AS-PTA vem atuando na região buscando apoiar grupos de meliponicultores para aprimoramento dos sistemas de criação de abelhas Urucu no brejo dos municípios de Lagoa Seca, Massaranduba e Alagoa Nova, Remígio e Matinhas e de abelhas Jandaira, Jati, Moça Branca e Cupira na região do cariri do município de Queimadas. Para fomentar esta atividade a ASPTA vem apoiando os grupos com fundos rotativos de caixas e aquisição de enxames, Aproximadamente 40 famílias estão envolvidas nesta atividade e já estão comercializando o mel tem um valor de 5 a 6 vezes maior que o mel de apis.

- Rede Abelha: a Rede Abelha da Paraíba vem buscando integrar e fortalecer as experiências dos apicultores e meliponicultores do estado. Em 2008 realizou um encontro estadual envolvendo 60 apicultores/as e meliponicultores/as. Cinco apicultores da região do Pólo e um técnico da ASPTA participaram do evento. Um dos temas importantes do evento foi sobre as estratégias de comercialização coletiva do mel. Uma das estratégias tem se dirigido para a constituição de uma Cooperativa Estadual de Apicultores e Meliponicultores. Com a regularização da Cooperativa será possível obter o selo de inspeção federal e a criação de uma marca para facilitar a comercialização do mel dos apicultores da Rede. No evento a Cooperativa de Apicultores de Apodi do estado do Rio Grande do Norte apresentou sua experiência de comercialização do mel para o PAA. Um dos encaminhamentos do encontro foi realizar uma visita de intercâmbio a esta experiência em 2009

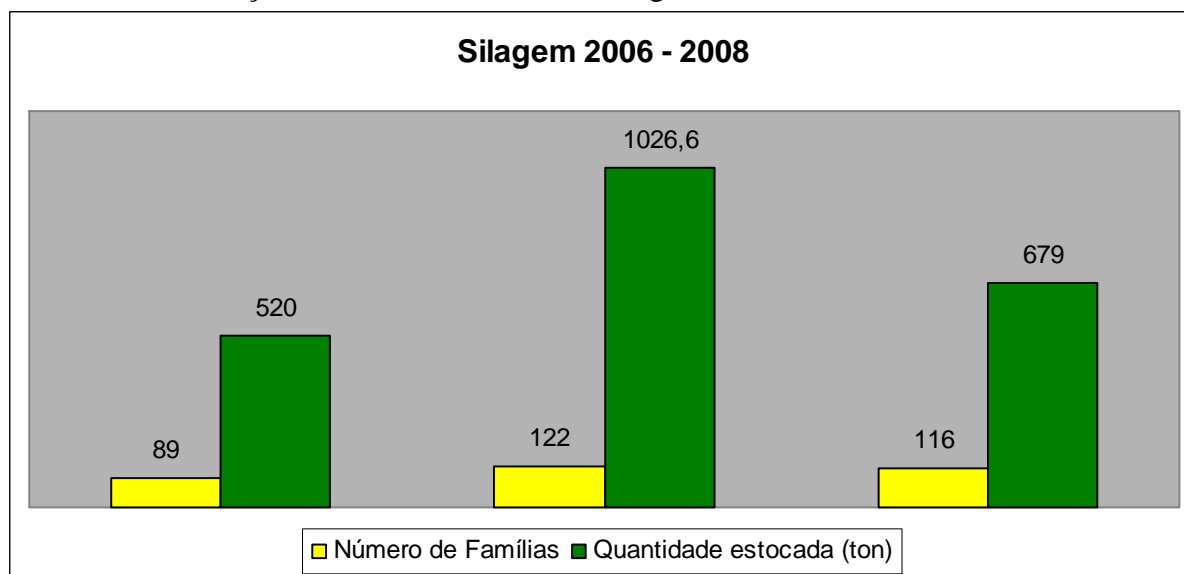
1.4. Criação Animal

Para o programa de formação de transição agroecológica no que toca a criação animal, vale destacar em 2008 a realização do Encontro de Criação Animal promovido conjuntamente pelo Pólo da Borborema e Coletivo de Educação Cariri, Curimataú e Seridó, AS-PTA e Patac. O evento contou com a participação de cerca de 50 agricultoras e agricultores experimentadores. A partir da sistematização de experiências concretas, o encontro buscou estabelecer uma reflexão comparativa sobre a sustentabilidade de trajetórias distintas de inovação nos sistemas pecuários da agricultura familiar. As reflexões geradas fortaleceram as evidências acerca da insustentabilidade econômica e ecológica das trajetórias de inovação assentadas nos modelos de produção pecuária convencionais e, por outro lado, da sustentabilidade das trajetórias de inovação dos sistemas de criação em bases agroecológicas. Este evento, ocorrido logo no início do ano, deu um impulso importante aos processos de experimentação conduzidos pelas comissões de criação tanto Pólo como do Coletivo.

Uma das ações efetivas foi a regularização da oferta de forragem para os animais no período de estiagem, as inovações estimuladas se concentraram, sobretudo na ampliação das práticas de silagem valorizando a boa e diversificada produção forrageira (sorgo, milho, capim elefante, gliricidia, etc.). Além da silagem, foram estimuladas outras formas de beneficiamento e estocagem de forragem, por meio da produção de feno, farelo e fenil.

Em 2008, uma nova máquina forrageira foi adquirida, em uma parceria com a Embrapa, para apoiar as ações, ampliando para 3 o total de máquinas circulando na região do Pólo da Borborema. Por volta de 10 eventos entre mutirões e oficinas de produção de silagem foram realizados, beneficiando 116 famílias que estocaram 679 toneladas de forragem. Apesar da chegada da nova máquina, os problemas de manutenção das duas máquinas forrageiras da AS-PTA comprometeram desempenho do trabalho esse ano, gerando queda no volume de forragem processada, mas mantendo certa estabilidade no número de beneficiários. (ver gráfico 04)

Gráfico 04 – Evolução do armazenamento de forragem nos anos de 2006-2008



As lonas para confecção dos silos foram disponibilizadas em grande medida através da constituição de fundos solidários, ou por meio dos recursos das próprias famílias. Frente aos longos períodos de estiagem (6 a 8 meses por ano) a ampliação das reservas forrageiras são essenciais para a segurança alimentar dos rebanhos.

Junto às políticas de desenvolvimento para o Território da Borborema o Pólo mobilizou desde 2005 um projeto para ampliação da oferta de moto-ensiladeiras para a região como estratégia de massificação das práticas de silagem. Em 2008, vários esforços foram feitos para conseguir superar os entraves político-administrativos do governo do estado e ao final do ano, as 11 moto-ensiladeiras foram finalmente adquiridas com os recursos desta política. A perspectiva é que finalmente estes equipamentos sejam disponibilizados para uso em 2009 permitindo ampliar significativamente o número de beneficiários e os volumes estocados. Como parte do processo preparatório para utilização das máquinas ao final do ano de 2008, a comissão de criação animal mobilizou seus esforços para a elaboração de um regimento para regular o uso dos equipamentos no território da Borborema.

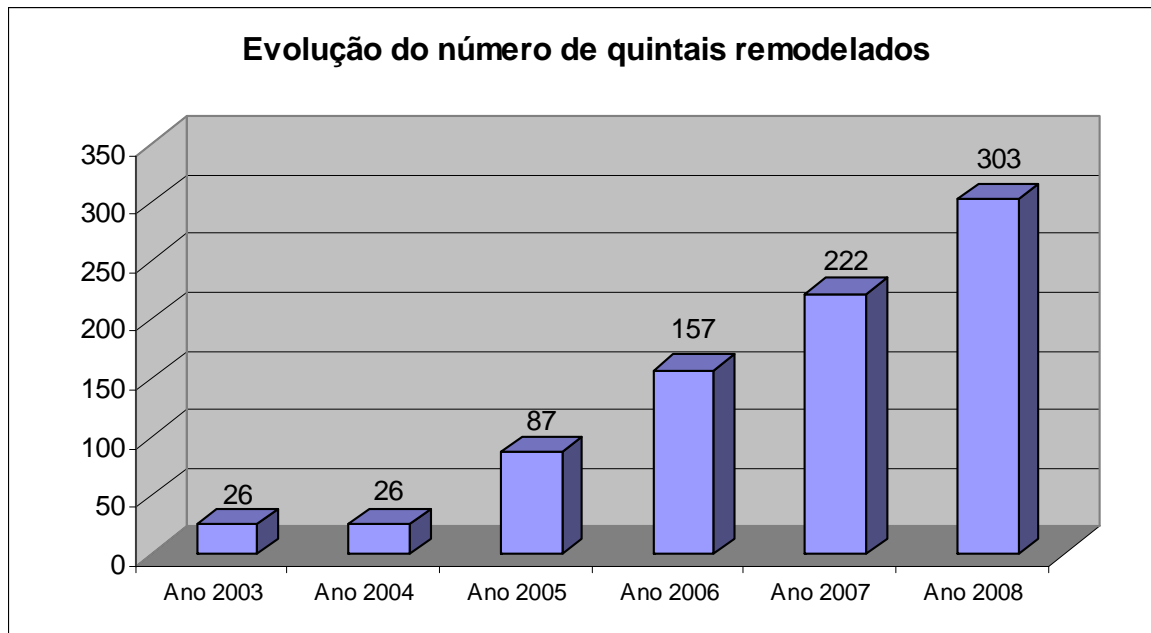
1.5. Saúde e Alimentação

Ao longo da execução das atividades desenvolvidas durante o ano, foram intensificados os esforços de inovação para a implementação de infraestruturas voltadas para ampliar a segurança alimentar das famílias agricultoras da região. Neste campo vale destacar as ações voltadas para a reorganização espacial dos subsistemas e produção do arredor de casa (horta, pomar, aviário, chiqueiro) através do cercamento e separação entre as atividades de produção vegetal e criação, a partir da ampliação dos fundos rotativos solidários de tela.

Notou-se um avanço crescente no número de famílias inovando ações para o reordenamento dos espaços dos arredores de casa ampliando a visibilidade dos quintais como espaço estratégico da promoção da segurança alimentar (ver gráfico 05). Em 2008, apenas na região do Pólo foram melhorados 81 quintais e distribuídas através de fundos rotativos 70 cabras e ovelhas para 70 famílias, para incrementar o espaço do arredor de

casa. Foram realizadas 8 reuniões de avaliação e planejamento das atividades da comissão de saúde e alimentação do Pólo, durante o encontro de planejamento das comissões e 4 reuniões municipais/comunitárias com grupo de mulheres e/ou grupos de trabalhos em 7 municípios.

Gráfico 05 – Evolução do número de quintais remodelados



Este ano, realizaram-se vários momentos importantes de formação nas reuniões da comissão, nas oficinas comunitárias, municipais, regionais, etc. no sentido de enfrentar os desafios postos ano passado para a comissão: 1) Refletir com um número maior de famílias as estratégias de reestruturação dos arredores de casa, promovendo a formação em temas estratégicos como manejo da água, das plantas, dos animais, o aproveitamento das frutas da época e aprofundamento da reflexão entre as experiências dos quintais e as feiras agroecológicas; 2) Fortalecer o banco de grão da multimistura (descentralização e autonomia); 3) Aproveitar os produtos da agricultura familiar e reciclar embalagens plásticas; e 4) Organizar uma estratégia de ação e formação do trabalho com crianças (ver item sobre Infância e Juventude).

Reorganização do espaço arredor de casa

Para criar um ambiente de reflexão sobre a problemática e a diversidade de experiências dos arredores de casa e montar uma metodologia que fosse aplicada nas comunidades, optou-se por organizar o encontro regional valorizando as experiências locais dos diferentes arredores de casa no Pólo da Borborema. Este evento contou com a participação de 30 agricultoras-experimentadoras e lideranças sindicais de 8 municípios da região.

Cada participante elaborou previamente um mapa do seu arredor e apresentaram para as demais elencando a sua estruturação, suas funções, suas dificuldades, etc. Em seguida debateu-se sobre o papel que cumpre os arredores de casa para a agricultura familiar e em especial para as mulheres e organizou-se um quadro com as principais dificuldades de manter esse espaço.

No final do evento as participantes foram divididas em grupos, onde fizeram debate de como favorecer essa reflexão nos seus municípios de forma a aumentar o maior número de famílias melhorando seus quintais. Em linhas gerais saíram como principais encaminhamentos a realização de oficinas comunitárias e/ou municipais sobre arredores de casa, o aumento da diversidade de plantas dos quintais, ampliação do fundo rotativo de tela para reorganização do quintal, utilização dos programas de rádios dos sindicatos para falar do tema, estimular as famílias a produzirem mudas de plantas medicinais e favorecer a troca entre elas e promover a troca de experiência e conhecimento entre comunidades e municípios.

O processo de formação em curso, a partir das experiências desenvolvidas nos arredores de casa possibilitou o aumento do número de famílias desenvolvendo experiências, principalmente, nos municípios de Areial, Queimadas, Remígio, Massaranduba e Alagoa Nova. Esse processo vem resgatando a auto-estima de um maior número de mulheres e valorizando seu papel na renda da família e na segurança alimentar. Por outro lado, o melhoramento dos arredores de casa com o aumento da diversidade de frutas, mudas, etc. possibilitaram um maior engajamento de mulheres feirantes e de produtos agroecológicos nas diversas feiras no Pólo.

Plantas Medicinais e diversificação produtiva dos quintais

Dando continuidade ao processo de formação sobre o uso e manejo das plantas medicinais, objeto de estudo que deu origem a Comissão Regional, percebeu-se que este ano precisava retomar o debate sobre a importância do conhecimento das plantas medicinais, do papel que cumpre as famílias na preservação desse conhecimento e no manejo produtivo dos quintais diversificando com plantas arbóreas e frutíferas. Neste campo de ação duas atividades foram determinantes para uma maior valorização da experiência: uma foi a integração das demandas das comissões dos Sindicatos para viabilizar a distribuição de mudas para os quintais e a outra foi a realização do Encontro Regional de Plantas Medicinais que favoreceu um maior conhecimento da comissão sobre o tema e a construção de uma metodologia para a realização dos eventos comunitários e municipais.

Com o intuito de aumentar a diversidade de plantas dos quintais, a comissão fez um debate à cerca das plantas e suas utilidades nos arredores de casa como quebra-vento, sombreamento, adubo do solo, cerca viva, medicinais, alimentação das famílias e dos animais, etc., seguido de um levantamento da demanda da comissão para o primeiro semestre de 2008.

O Encontro Regional de Plantas Medicinais teve como objetivo capacitar membros da Comissão de Saúde e Alimentação no aprofundamento do conhecimento sobre uso e manejo das plantas de forma que possam contribuir com esse debate nas comunidades de atuação dos Sindicatos e organizações da agricultura familiar. Utilizando-se da mesma metodologia do evento dos arredores de casa, descrito acima, esse encontro resgatou o conhecimento dos participantes sobre o poder das plantas medicinais e construiu coletivamente uma matriz com aquelas plantas medicinais de maior conhecimento, previamente encomendadas, onde foi socializado o aprendizado que se tinha sobre cada uma delas, seu uso, sua eficácia, seu plantio, os cuidados, a higienização para utilização em chás, etc. Desse encontro participaram 27 pessoas, entre elas agricultoras, lideranças e técnicos. No final do evento foi feito um planejamento e organizado um cronograma de

atividades para a continuidade do estudo sobre as plantas nos municípios e comunidades. Das 17 oficinas comunitárias planejadas foram realizadas 7.

Multimistura

As atividades previstas para o ano de 2008, em torno do tema da multimistura, foram desenvolvidas a partir do acúmulo da reflexão realizada ano passado em torno das mudanças do hábito alimentar das famílias e dos valores nutricionais dos alimentos e da multimistura da região do Pólo. Para isso, a Comissão discutiu uma metodologia que valorizasse os alimentos locais e sua tradição, e organizou tabelas com dados nutricionais (utilizando dados e formato das tabelas formuladas pela Pastoral da Criança) de alguns dos alimentos mais comuns na região e outros vindos das empresas para estimular um debate nas comunidades sobre o valor dos alimentos do sítio e sobre a necessidade ou não de crianças e adultos utilizarem a multimistura como complemento alimentar.

Este ano foram realizadas 3 reuniões comunitárias e 30 mutirões de produção da multimistura. Além de envolver agricultoras e agricultores, os Sindicatos tem mobilizado agentes de saúde, professores, catequistas para produzirem e distribuírem o complemento alimentar. Este ano, os 11 grupos de abrangência comunitária e municipal produziram em torno de 2.000 sacos de multimistura de 250g cada, que foram distribuídos para as mais de 1.300 crianças, gestantes e idosos. Só em Solânea foram distribuídos 249 sacos em 7 comunidades.

A ampliação do trabalho com multimistura para outras comunidades e municípios vem contribuindo para uma maior sensibilização das famílias da região do Pólo para o plantio e o aproveitamento das sementes utilizadas para a produção do complemento alimentar. A ampliação também foi estimulada pela parceria constituída entre as organizações da agricultura familiar da Borborema e a CONAB⁷.

Ainda continua como um grande desafio a constituição de uma parceria mais consistente com agentes de saúde e pastoral da criança nos municípios. São várias as dificuldades apontadas pela comissão, como problemas políticos municipais, falta de compreensão de alguns agentes de saúde e pessoas da pastoral da criança sobre o trabalho desenvolvido, descaso de alguns médicos e enfermeiras do Programa Saúde da Família (PSF), etc. Em 2009, os sindicatos e organizações locais deverão investir num processo de formação de agentes de saúde, professores, catequistas aos moldes do que se faz nas comunidades, descrito acima, de forma a envolvê-los no processo de produção, distribuição e acompanhamento.

2. Gestão e Empreendimentos Econômicos

No tema do acesso aos mercados deu-se continuidade às três frentes estratégicas principais: o incentivo à comercialização via feiras agroecológicas, o acesso aos mercados institucionais e o incentivo à produção e venda em mercados estruturados em cadeia.

⁷ Ver Item Gestão de Empreendimentos Econômicos – Mercado Institucional.

2.1. Rede de Feiras Agroecológicas da Borborema

A Rede de Feiras Agroecológicas da Borborema manteve um ritmo intenso de comercialização de produtos em 2008. No ano foram vendidas aproximadamente 619 toneladas em sete feiras municipais e regionais: Alagoa Nova; Catolé e Museu do Algodão em Campina Grande; Esperança, Solânea, Remígio, Lagoa Seca, sendo uma média semanal de 12 toneladas de alimentos saudáveis oportunizados a um público cada vez maior de consumidores, atualmente calculado em cerca de 1.300 pessoas (Ver Tabela 01).

Tabela 01 - Quantidade Total de Produtos Comercializados Semanalmente por Feira (em quilos)

Feira Municipal / Ano	2006	2008
Alagoa Nova	0	9.360
Católé–Campina Grande	49.700	95.160
Esperança	101.400	87.360
Lagoa Seca	62.400	68.900
Massaranduba	3.600	0
Museu do Algodão - CG	231.400	202.800
Remígio	42.720	93.080
Solânea	18.850	62.400
Total	510.070	619.060

Entre famílias feirantes e fornecedoras de produtos agroecológicos, as feiras abrangem 210 agricultores e agricultores, direta e indiretamente. Os recursos movimentados nas feiras agroecológicas neste período totalizaram R\$ 416.520,00 (ver tabela 02). Nestas feiras é possível encontrar uma grande diversidade de alimentos e produtos agroecológicos, sendo comercializados semanalmente cerca de 70 itens diferentes.

Tabela 02 - Apurado Total das Feiras (em Reais)

Feira Municipal / Ano	2006	2008
Alagoa Nova	0,00	9.880,00
Católé-CG	36.925,00	76.960,00
Esperança	42.380,00	49.920,00
Lagoa Seca	42.120,00	52.520,00
Massaranduba	4.440,00	0,00
Museu-CG	149.630,00	129.480,00
Remígio	19.560,00	54.080,00
Solânea	18.850,00	43.680,00
Total	313.905,00	416.520,00

A Rede de Feiras Agroecológicas da Borborema esta integrada a Ecoborborema que vem progressivamente assumindo um papel importante na gestão das relações da agricultura familiar com os mercados agroecológicos da região. As dinâmicas organizativas das feiras agroecológicas funcionam núcleos municipais da Ecoborborema. São nos núcleos municipais que os agricultores(as) feirantes se reúnem regularmente para avaliar e planejar a gestão administrativa e econômica de suas feiras.

Em novembro de 2008 a Ecoborborema realizou um Seminário para avaliar o avanço das estratégias de acesso aos mercados da Rede de Feiras Agroecológicas de Borborema e definir estratégias para seu fortalecimento. Cada feira municipal fez uma apresentação da evolução de suas atividades e uma síntese dos principais resultados do ano apontando os desafios para serem enfrentados. Figuraram entre os temas em debate as estratégias de comunicação das feiras, as condições para transporte dos produtos, as estratégias para escoar os excedentes e o fortalecimento da relação da rede de feiras ao mercado institucional. O seminário foi fundamental para fortalecer a coesão deste trabalho na região e definir um plano de atividades para o fortalecimento das estratégias de acesso aos mercados agroecológicos em 2009.

2.2. Mercado Institucional 2008

No ano de 2008 deu-se continuidade aos investimentos na expansão do acesso da agricultura familiar aos mercados institucionais. Vale destacar que as feiras agroecológicas municipais da região do Pólo da Borborema vêm se constituindo em espaços organizativos importantes, assumindo responsabilidades na abertura de novos canais comerciais com destaque pelas relações estabelecidas com os mercados institucionais.

Após 2 anos de experiência do Pólo com o Programa de aquisição de Alimentos (PAA) no Município de Lagoa Seca fornecendo alimentos agroecológicos para as creches e escolas, o contrato não foi renovado para o ano de 2008. Numa conjuntura de eleições municipais os conflitos existentes comprometeram as relações de parceria entre o Pólo da Borborema/STR e a Prefeitura. De toda forma, essa instituição renovou contratos diretamente com as comunidades, sem a garantia, contudo dos produtos serem agroecológicos. (ver Tabela 03)

No município de Remígio, os agricultores(as) feirantes conseguiram articular a comercialização do excedente (grãos, frutas, hortaliças e multimistura) da feira agroecológica para o Programa Aquisição de Alimentos (PAA/CONAB). Esta experiência conferiu grande motivação às famílias agricultoras no fortalecimento e ampliação de seus sistemas produtivos, haja vista a garantia de comercialização de seus produtos, seja no espaço da feira agroecológica, seja através do PAA. Intermediado por um contrato entre a Cooperativa do Assentamento Oziel Pereira e a CONAB os feirantes elaboraram uma proposta para o PAA voltado para o fornecimento e alimentos agroecológicos para Associação Vida de Criança que mantém uma creche com 80 crianças. O contrato com valor de 23 mil reais abasteceu a creche com alimentos provenientes de 15 famílias agricultoras que comercializam seus produtos na Feira Agroecológica de Remígio, assim ampliaram e diversificaram suas oportunidades de comercialização. Os agricultores feirantes aproveitam o transporte dos produtos para a feira e levam para a cidade os produtos demandados para abastecer a creche otimizando custos e tempo.

A gestão do PAA em Remígio é realizada pelos agricultores feirantes que mensalmente se reúnem para avaliar e planejar a gestão do PAA. O Pólo e o STR de Remígio e Arribaça⁸ vêm assessorando este processo. No final do ano houve um excedente de produtos não absorvido pela creche que foi repassado para o Banco de Alimentos do SESC do município de Campina Grande. O SESC se responsabilizou pelo transporte das 5 toneladas de alimentos (duas toneladas de batata doce, duas jerimum e uma de macaxeira). Esta iniciativa foi importante, pois se abriu um novo canal de comercialização para o ano de 2009 com possibilidades de adquirir um volume elevado de alimentos podendo servir para absorver a oferta das feiras agroecológicas de Campina Grande. Para 2009 se planeja renovar o contrato.

A prefeitura de Esperança também se integrou a Política de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar através do Contrato de Compra Direta mediante a um convênio estabelecido com o MDS. Para viabilizar a compra dos agricultores a mesma estabeleceu parceria com a Associação de Agricultores Agroecológicos do Assentamento Carrasco. As dez famílias agricultoras do assentamento estão integradas às feiras agroecológicas de Esperança, Campina Grande e Alagoa Nova e com este convênio ampliaram as oportunidades de escoamento de sua produção.

Como parte das estratégias de implementação das Políticas Territórios da Cidadania do Governo Federal assistiu-se na região uma forte expansão dos contratos de PAA. Um total de 16 projetos foram contratados via CONAB num montante de recursos da ordem de 485 mil reais. (ver tabela 03) Com o intuito de fortalecer a capacidade de gestão dos projetos foram realizadas 3 Oficinas de Capacitação em Elaboração dos Projetos e gestão dos projetos do Programa de aquisição de alimentos dirigidas às associações Comunitárias. Duas delas contaram com participação, colaboração de assessoria do Pólo da Borborema. Parte importante projetos elaborados só serão implementados a partir de 2009. Inscreve-se neste contexto um pequeno projeto da Feira Agroecológica da ONGIFA em Solânea, o projeto da Associação Remigense de Apicultores, etc.

Em que pese o avanço no número de contratos do PAA no Território esta ação vem se desenvolvendo de forma fragmentada e carece de uma melhor articulação no território para que se garanta maior qualidade na gestão destes empreendimentos comerciais. Para 2009 o Pólo e AS-PTA planejam buscar fortalecer as interações entre estas iniciativas marcando uma presença maior na comissão do território responsável pelo acompanhamento destes empreendimentos de modo a contribuir para dar maior coesão e qualidade às estratégias de expansão do acesso ao mercado institucional pelas famílias agricultoras de região.

⁸ Técnico da base de serviços e comercialização dos Territórios da Borborema.

Tabela 03 - Número de contratos com o PAA na região do Território da Borborema

Entidade	Município	Beneficiários Fornecedores	Beneficiários Consumidores	Instituições Beneficiadas	Valor da CPR (em R\$)
Assoc. Dês. Com. do Cumbe	Lagoa Seca	12	43		6.196,60
Assoc. Peq. Prod. Rurais Torre	Serra Redonda	10	720	4	32.568,20
ONGIFA	Solânea	4	60	1	2.876,11
COPAF	Lagoa de Roça	12	1.603		41.892,80
APAAB	Lagoa de Roça	30	3.348		104.939,53
Assoc Remingense de Apicultura	Remígio	11	2.086		35.328,20
Assoc Peq. Produtores do Retiro	Lagoa Seca	5	893	10	14.605,00
Assoc AF Pai Domingos	Lagoa Seca	3	893	10	7.915,96
Assoc Des. Eco Juca e Boa Vista	Lagoa Seca	10	893	10	28.576,50
ACODECA	Remígio	12	548	9	14.391,45
APROMUR	Remígio	8	548	9	14.395,54
COPEFRUTA	Esperança	18	3.152	10	61.605,43
Pólo da Borborema	Esperança	13	200		30.022,93
Assoc Apicultura Arara	Arara	5	1.248		17.472,30
Assoc Senhor do Bonfim	Areia	18	1.479		60.172,57
ADESCO	Areia	5	603	11	12.580,33
TOTAL		176	18.317*	74	485.539,45

* Há repetição do número de beneficiários

Em 2008, vale destacar ainda a continuidade das relações contratuais do PAA Sementes e do PAA multimistura que nos últimos 5 anos vem viabilizando o acesso a sementes de variedades locais e de grãos para multimistura na região do Pólo assim como na ASA Paraíba. O projeto da Rede Estadual de Sementes foi de R\$ 29.398,01, para a compra de 25 toneladas de sementes para o fortalecimento da rede de sementes estadual. O CEPFS - uma das organizações da ASA - assumiu toda a relação contratual. Na região do Pólo foram aplicados 5 mil reais para a aquisição de 8 agricultores o total de 2,5 toneladas de sementes de milho, feijão e fava (ver Tabela 04).

Tabela 04 - Total de sementes adquiridas na região do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema

Sementes	Quantidade (em kg)	Valor Bruto (em R\$)	Valor Líquido (em R\$)
Milho	1.200	540,00	508,41
Feijão Macassar	1.600	3.120,00	2.937,48
Fava	300	750,00	706,13
Feijão	900	1.521,00	1.432,02
TOTAL	4.000	5.931,00	5.584,04

O abastecimento dos grãos para produção de multimistura através da compra dos produtos das famílias agricultoras da região foi garantido pela política de segurança alimentar do Governo Federal/CONAB reafirmando as relações de parceria com POLO/ASPTA. Este ano, dos 5.340 kg de sementes necessários para produção da multimistura, 4.018 kg de girassol, milho, gergelim e amendoim foram comprados de 14 agricultores e agricultoras do Pólo da Borborema, via Programa de Aquisição de Alimentos – PAA num contrato no valor de 10.039 reais. Além dessas, as famílias agricultoras da região doaram cerca de 230 kg de semente de Jerimum. E os 1.092 kg de farelo de trigo restantes, foram comprados no comércio local.

Em junho de 2008, ocorreu o II Encontro Nacional de Avaliação do PAA. O objetivo do encontro foi fazer uma avaliação dos 5 anos do projeto. A ASA Paraíba foi convidada a apresentar a experiência do PAA Sementes. Nesse encontro, a crise de alimentos foi o debate constante em todos os painéis. Desse encontro saíram muitas propostas de melhoria no sistema de contratação e gestão dos projetos a fim de minorar as dificuldades de implementação do sistema como atraso na liberação de recursos; mobilização articulação, transporte e telefone; tabela de preços abaixo das realidades regionais; preços elevados dos impostos; carga burocrática elevada para tramitação dos projetos; dificuldades de relação com a Conab no estado e também com as prefeituras.

2.3. Acesso aos mercados estruturados em cadeia

Algodão

A revitalização do cultivo do algodão vem se dando no bojo dos processos de intensificação produtiva com base nos princípios da agroecologia promovidos pelo Pólo da Borborema em parceria com as entidades de assessoria e pesquisa como ARRIBAÇÃ e EMBRAPA, de forma a garantir melhores níveis de produtividade econômica ao mesmo tempo em que conservam a base física dos ecossistemas.

Os resultados produtivos e econômicos positivos da safra de algodão alcançado pelas famílias agricultoras em 2007 motivaram um número maior de agricultores a cultivar algodão agroecológico em 2008. Aproximadamente 60 famílias decidiram ingressar nos cultivos de algodão em 2008. Entretanto, o excesso de chuvas no período do plantio comprometeu a germinação das sementes para um conjunto significativo de áreas cultivadas. O comprometimento das áreas foi acentuado ainda mais em função da persistência de chuvas intensas no período de desenvolvimento dos cultivos afetando roçados com solos mais susceptíveis ao encharcamento. Entretanto a adversidade climática não ofuscou o sucesso produtivo e econômico das 21 famílias que conseguiram estabelecer o plantio do período inicial de cultivo.

Durante o processo produtivo foram promovidas 2 visitas de intercâmbio nas propriedades envolvendo 25 agricultores da região do Pólo da Borborema e do Coletivo de Educação em cada visita. As visitas de intercâmbio foram realizadas no Assentamento Queimadas no município de Remígio com objetivo de intercambiar experiências de sistemas de produção de algodão consorciado e das práticas de manejo agroecológico de insetos. Incluindo áreas experimentais de pesquisa desenvolvidas em parceria com a Embrapa sobre consórcios e avaliação de 11 variedades de algodão.

Vale destacar no ano de 2008 o esforço feito visando fortalecer a qualidade na gestão dos processos de comercialização do algodão agroecológico seja na região do Pólo, seja no Estado da Paraíba, seja no semi-árido. A negociação de preço com as empresas compradoras, os processos de certificação por auditoria e o beneficiamento da produção se constituíram em pauta importante para o período.

A Rede de Algodão Agroecológico da Paraíba buscou melhor se articular no estado para fortalecer sua capacidade na gestão coletiva de seus processos de comercialização. Para fazer frente às exigências dos procedimentos de certificação por auditoria a rede realizou uma oficina no médio sertão da Paraíba no município de Maturéia para capacitação de técnicos envolvendo 15 participantes. A Oficina contou com uma parte prática para treinamento dos mesmos no cadastramento das famílias que estão cultivando algodão.

Na região da Borborema em torno de 8 pessoas se habilitaram para as atividades de campo de preenchimento do cadastro com as famílias permitindo dar uma boa cobertura às 20 propriedades que demandaram este serviço em 2008. Durante os meses de novembro e dezembro estas propriedades receberam visitas do inspetor do IBD para certificar as propriedades como produtoras de algodão agroecológico.

Até o momento as matrículas de certificação do algodão estão sendo assumidas pela COOPNatural. Apesar das boas relações de parceria com a COOPNatural esta posto como desafio que os próprios agricultores detenham e assumam a responsabilidade por sua matrícula através a constituição de uma entidade própria. Uma das possibilidades em estudo é que a ECO Borborema assuma este papel.

Para este ano a Rede de Algodão Agroecológico do estado também buscou fortalecer sua capacidade de negociação coletiva com as empresas compradoras minimizando a fragilidade da negociação individualizada presente nos anos anteriores. No ano foram realizadas duas rodadas de negociação envolvendo agricultores e entidades da Rede de Algodão Agroecológico da Paraíba e representantes da COOPNatural, YD Confecções, Malharia São José e do SEBRAE. Nestas rodas foi possível acordar os preços satisfatórios a serem pagos pelas empresas para os diferentes tipos de algodão produzidos, assim como as empresas assumiram a responsabilidade pelos procedimentos burocráticos de emissão das notas fiscais e custos com sacaria e transporte.

Tabela 05 – Empresas e valor pago pelo algodão agroecológico em 2008

Empresa	Algodão	Preços (R\$)
YD CONFECÇÕES	BRANCO 8H	5,00
COOPNATURAL	MARRON OU RUBI	6,00
COOPNATURAL	VERDE	6,50*

*É necessário fazer cálculos de produtividade e rendimento do algodão verde em relação ao marrom ou rubi e ao branco, pois o verde tem rendimento e produtividade inferior.

Para a região da Borborema, foram produzidas 9,4 toneladas de algodão agroecológico em rama, envolvendo 20 famílias agricultoras, sendo que 13 delas produziram algodão de fibra branca e 8 de fibra colorida.

Tabela 06 - Dados de produção do algodão agroecológico na região da Borborema em 2008

Tipo de algodão	Número de agricultores	Produção	Total de Pluma (kg)	Caroço (kg)	Valor da Pluma	Valor a receber (R\$)
Algodão branco	8	1.363	458	778	6,00	2.706,09
Algodão colorido	14	7.937	3.077	4.604	5,28	15.697,89
Total	20*	9.300	3.535	5.382	-	18.403,98

* Duas famílias produziram algodão colorido e branco

Pelo segundo ano consecutivo o beneficiamento do algodão em rama foi feito na mini-usina de descaroçamento do Assentamento Margarida Maria Alves em Juarez Távora. O algodão foi recolhido nas 20 áreas de produção e transportada de caminhão para a região. O inspetor do IBD visitou uma semana antes a mini-usina para inspecionar e certificar o processo de beneficiamento. O algodão colhido nas áreas de produção de semente foi processado em separado destinando as sementes para o banco de sementes.. O restante do caroço foi restituído para os agricultores em quantidades proporcionais a sua produção. A maioria deles utilizou para alimentar seu rebanho, e outros venderam.

Em 2008, foram realizadas na Paraíba o Primeiro Dia de Beneficiamento do Algodão Agroecológico, em agosto e a Primeira Festa da Colheita do Algodão Agroecológico, em dezembro. Esses eventos contaram com a participação de produtores da região da Borborema.

Os agricultores da Borborema e técnicos da AS-PTA também se fizeram presentes nas atividades da Rede de Algodão Agroecológico do Semi-árido. Dentre suas atividades se destaca a III Reunião do Algodão Orgânico da América Latina, realizada entre os dias 2 a 4 de abril, em Quixadá, na Ceará. Além da apresentação do trabalho desenvolvido na região, ocorreu uma palestra sobre a ameaça dos algodões transgênicos para a produção agroecológica, ministrada pelo animador da Campanha Por um Brasil Livre de Transgênico coordenada pela AS-PTA.

Vale destacar nesse ano o crescente envolvimento da pesquisa que buscou qualificar o trabalho na região. Entre os dias 3 e 5 de maio, foi realizado pela Embrapa Algodão e Sebrae-PB uma oficina de Capacitação sobre o sistema de cultivo do algodão orgânico. Nessa oficina, agricultores da Borborema e técnicos da AS-PTA apresentaram os trabalhos desenvolvidos na região.

Erva-doce

Em 2008, deu-se início a valorização econômica da produção ecológica de erva-doce já existente na região. O contato com a empresa de chás orgânicos Namastê possibilitou a comercialização de 334 kg de erva-doce certificado, envolvendo 3 famílias agricultoras no município de Areial. A agregação de valor ao produto agroecológico foi bastante significativa, considerando que o valor médio comercializado na região era de R\$ 4,50 por quilo, foi comercializado no valor de R\$ 13,00/quilo. A matrícula para certificação dos produtos foi cedida pela COOPNatural e o produção foi comercializada com a empresa de

Chás Orgânicos Namastê do estado de Sergipe. Esta iniciativa deverá ser fortalecida e ampliada em 2009 para envolver um maior número de famílias.

Ainda no ano de 2008 a ASPTA realizou uma reunião com a CAPINA para estreitar relações de parceria dirigidas ao fortalecimento das estratégias de acesso aos mercados na região do Pólo da Borborema. Foi feita uma apresentação detalhada da evolução das experiências de acesso aos mercados na região assim apontou-se os desafios que se apresentavam para seu fortalecimento. Na ocasião agendou-se uma visita ao Programa de desenvolvimento Local da Paraíba para a realização de um primeiro diagnóstico sobre as potencialidades e fragilidades dos empreendimentos coletivos em curso na região buscando focar as diferentes estratégias de comercialização. Esta agenda de trabalho ficou programada para ter início logo nos primeiros meses de 2009 com vistas a fortalecer e ampliar as estratégias de gestão dos empreendimentos econômicos em curso na região.

3. Financiamento da Transição Agroecológica

Os fundos rotativos solidários (FRS) têm se constituído como um dos principais instrumentos para viabilizar os processos de transição agroecológica junto às famílias agricultoras da região do Pólo da Borborema. Contabilizou-se em 2008, a presença de aproximadamente 120 comunidades que gerenciam Fundos Solidários de 14 municípios do Pólo. Esses fundos financiam diversas ações como: reforma e construção de casas, banheiros, máquina de costura, tela, criação animal, lona para silos, barracas e implementos para as feiras agroecológicas, mini-padaria, barragem subterrânea, cisternas, hora de trator para reforma de barreiros, aluguel de terra para roçados de grupo de jovem, corte de terra, artesanato, compra de moinho, pequenos empréstimos para atender às necessidades diversas das famílias, etc.

Na medida em que os fundos foram crescendo em número e em diversidade de ações, também foram surgindo as dificuldades no acompanhamento da gestão e organização nas comunidades. Para aprimorar os processos de gestão coletiva destes recursos foi então produzido um kit de material pedagógico. Esse kit contém um vídeo chamado “Cordel dos Fundos Solidários”, uma cartilha “Cordel do fundo solidário: noções de boas práticas sobre organização e gestão” e dois cordéis sobre os fundos solidários valorizando a cultura popular. Os objetivos e o conteúdo foram construídos de forma compartilhada com lideranças regionais e comunitárias do Pólo e do Coletivo.

A premência das ações fez com que os materiais fossem usados ainda em suas versões sem acabamento gráfico. O Pólo da Borborema realizou um primeiro encontro regional com a participação de lideranças e gestores dos fundos solidários para apresentar e discutir o uso do vídeo e da cartilha nas comunidades. Nessa oportunidade fez-se um levantamento das informações sobre o estado dos fundos solidários na região. A qualidade na gestão dos fundos rotativos foi um dos principais objetos do debate. As lideranças comunitárias e sindicais presentes fizeram um levantamento dos fundos que funcionavam com um bom sistema de gestão e os que precisavam de apoio para seu aprimoramento. As dificuldades de gestão de alguns fundos se explicam, em grande medida, pelos entraves burocráticos da política de estado que interpôs bloqueios à associação do Programa de Cisternas apoiadas pelo MDS às ações com FRS. Na atual interpretação dos órgãos de controle do Estado à integração entre o uso de recursos públicos não pode se vincular à prática dos fundos solidários e isso vem comprometendo bastante os fundos solidários que nasceram com apoio do PIMC.

Tabela 07 - Número de fundos rotativos solidários por município

Município	Comunidades atendidas	Comunidades com FRS	Funcionam Bem	FRS diversificado	Ações desenvolvidas pelos FRS
Solânea	23	15	8	6	Casa, banheiros, maquina de costura, tela, criação animal, mini padaria, barragem subterrânea, cisternas, BSC e aluguel de terra Gt jovem e corte terra.
Casserengue	15	10	3	2	Reforma de casas, artesanato, cerca de tela, cisternas, pequenos animais, BSC e mudas.
Arara	12	10	9	5	Cisterna, barragem subterrânea, carro pipa, corte terra, privadas, reforma casas, BSC, empréstimo de R\$ para consulta.
Remígio	22	15	10	4	BSc,cisterna,tela,lona,barracas, feira,e mpréstimo remédio,artesanato
Esperança	19	7	6	2	Cisterna, tela, cadeiras Sede, reforma e BSC, Remédio, sepultamento e tela.
Areal	9	3	3	0	Tela, lona, cisterna, BSC, artesanato, compra de moinho.
Montadas	7	2	2	0	Pequenas criações, tela, cisternas.
Lagoa de Roça	3	1	1	1	Cisterna, esterco, viagem, barreiros, cerca arame farpado, remédio, BSC e lona.
Lagoa Seca	28	18		0	
Alagoa Nova	19	13	8	3	Tela, BSC, criação, barragem subterrânea, lona, cisterna, feira agroecológica barracas, reforma casa.
Matinhas	9	5	3	2	Cisterna, BSC, artesanatos, tela,
Massaranduba	8	4	3	1	Tela, 2 cisterna, criação animal, reforma casas, compra remédio, empréstimo, banheiros,
S. Redonda	1			5	
Queimadas	19	17	10	I	Cisterna, privadas, reforma casas, tela, empréstimo (bujão) encanação de d'água, BSC.
TOTAL	194	120	66	31	

A AS-PTA e o Pólo da Borborema acreditam que o kit pedagógico deverá cumprir um importante papel de favorecer a maior apropriação da experiência pelo conjunto das famílias. Acredita-se que o instrumento deva ser capaz de desencadear processos de formação descentralizados que possam fortalecer a experiência aprimorando seu funcionamento e suas práticas de gestão; potencializar o papel dos fundos rotativos como instrumento para o fortalecimento dos processos de desenvolvimento comunitário e suporte ao financiamento dos processos de transição agroecológica das unidades familiares de produção; introduzir conceitos que são importantes para a reflexão interna do grupo; ser capaz de ajudar a construir as intercessões entre as práticas tradicionais de reciprocidade e a gestão dos fundos rotativos; e por fim, o vídeo também deverá ajudar a fortalecer a capacidade política das comunidades na gestão comunitária de recursos coletivos, para

assumirem a experiência para si ampliando suas capacidades de defenderem as experiências dos Fundos Rotativos como parte integrante de seu projeto coletivo.

A idéia é que esse material pedagógico possa ser apresentado para outras regiões da Paraíba e de outros estados do Brasil que estão trabalhando com Fundo Rotativo Solidário.

Contudo, as experiências bem sucedidas em curso no Pólo da Borborema estão fortalecendo o diálogo com as políticas públicas governamentais, no campo do fortalecimento da agricultura familiar agroecológica. Em 2008 através do Comitê Nacional de Apoio aos Fundos Rotativos Solidários, do qual AS-PTA e PATAC fazem parte, foi financiado 37 pequenos projetos. Também foi encaminhado por este Comitê, através da ASA Brasil, um parecer jurídico que busca embasamentos no marco legal ao uso de recursos pelas políticas públicas, em resposta aos questionamentos dos órgãos de controle de Estado (CGU e TCU).

4. Gênero e Geração na Agricultura Familiar

Ao se olhar a trajetória do Programa de Formação em Agroecologia do Pólo da Borborema, observa-se um avanço crescente no envolvimento e na participação das mulheres no protagonismo das experiências, na gestão da construção dos conhecimentos agroecológicos, na participação política e na construção e afirmação da identidade de agricultora-experimentadora. Por muitos anos postulou-se que a agroecologia tivesse permitido a emergência de novos padrões de gênero tanto para dentro da família quando para a participação na sociedade. Ao final do ano de 2007, contudo, o Pólo da Borborema passou a olhar de forma mais sistemática para a temática, para buscar compreender como as mudanças se efetivaram e assim construir uma estratégia mais clara para o fortalecimento do papel da mulher na agricultura familiar.

Esse trabalho é inaugurado em meados de dezembro de 2007, quando a AS-PTA e o Pólo da Borborema realizaram uma oficina sobre as relações de gênero e agroecologia com a participação de 10 lideranças do Pólo e 8 técnicos da AS-PTA. Com o objetivo de criar um olhar comum entre os dois grupos – lideranças e técnicos – o evento foi dividido em três partes: a construção do objeto de análise e as hipóteses que norteariam a pesquisa de campo, o segundo momento de pesquisa à campo, e por fim um momento de análise coletiva das percepções colhidas a campo.

Com o foco na sustentabilidade dos agroecossistemas em processo de transição agroecológica, se sistematizou nesse momento três casos que ressaltavam os papéis das mulheres agricultoras na promoção da agroecologia, descobrindo e dando visibilidade assim às estratégias de superação das desigualdades nas relações de gênero. Como principais lições desse momento pôde-se observar que a valorização das experiências que as mulheres tradicionalmente já desenvolvem; a criação de espaços para construção e troca de conhecimentos, o acesso aos mercados; e a participação das mulheres em espaços coletivos (Catequese Familiar, MST, Comissão de Saúde e Alimentação etc.) têm sido fundamentais para a elevação da auto-estima, o empoderamento das mulheres e a mudança das relações na família.

Os elementos de análise construídos nesse evento foram fundamentais para a organização do trabalho durante o ano de 2008 e, principalmente, na formatação do Dia Internacional das Mulheres na região. Os sete sindicatos do Pólo presentes no exercício organizaram

uma programação comum, buscando dar visibilidade ao papel da mulher na organização da agricultura familiar em seus municípios. Comemorados em dias diferentes, as agricultoras e as lideranças puderam participar do evento em outro município, criando um fecundo momento de troca. Nesses eventos estiveram presentes mais de 1000 agricultoras e agricultores.

Também se podem notar reflexos positivos na organização do trabalho de experimentação. As ações do programa em 2008 incidiram e estimularam o protagonismo de mulheres nas ações de experimentação agroecológica através dos fundos rotativos solidários especificamente orientados para esse segmento social. Pode ser destacado o trabalho de reorganização dos arredores de casa, envolvendo majoritariamente grupos de mulheres. O quintal que antes era invisível dentro do sistema produtivo, passa a ser valorizado, revitalizado e passa a cumprir papel fundamental na renda da família. Ainda no sentido de potencializar esse espaço, no ano de 2008, estimulou-se a implementação de 8 fundos rotativos de animais, beneficiando 70 famílias da região. Além desses aspectos, essa linha de ação tem proporcionado a inserção política e econômica das mulheres nas redes de inovação e nas organizações locais bem como a ampliação do volume e da diversidade de produtos nas feiras agroecológicas.

Avalia-se que o exercício da valorização dos espaços tradicionais e a participação nos momentos de formação, favoreceram com que as mulheres exercitassem suas capacidades individuais e coletivas de forma a abrir espaço para que aos poucos venham assumindo um posicionamento protagonista nas redes locais de inovação agroecológica, inclusive em outros temas que não são culturalmente atribuídos ao universo de gestão feminino. Essa evolução tem se revertido em processos de empoderamento das mulheres que vêm sendo reconhecidos e valorizados por elas próprias. Na região do Pólo já são muitas as guardiãs das sementes, que experimentam a produção de alimentos e plantas medicinais nas barragens subterrâneas, desenvolvem canteiros econômicos, coordenam mutirões para produção de forragem, e que lideram associações e sindicatos.

Também em 2008, a AS-PTA e o Pólo da Borborema participaram da “Oficina de Intercâmbio e Sistematização de Experiências de Mulheres na Agroecologia” promovida pelo Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – GT-Mulheres da ANA em parceria com a ActionAid. A partir dessa Oficina, foi estimulado um processo descentralizado de sistematização de experiências no semi-árido brasileiro que culminou na realização de um segundo evento, ocorrido no início do mês de dezembro, para apresentação e debate das experiências.

Além de estarem presentes na comissão de animação do processo de sistematização, a AS-PTA e o Pólo da Borborema desencadearam um processo local de sistematização participativa, buscando realizar um vínculo das reflexões teóricas às práticas sociais vivenciadas pela família de uma agricultora de Remígio. No Agreste da Paraíba, esse exercício se deu numa continuidade de aprofundamento da temática, desencadeando-se um amplo processo de discussão, ora dentro da equipe local ora com lideranças do Pólo. Também foram realizados debates dentro da Comissão de Saúde e Alimentação e duas reuniões com a coordenação ampliada do Pólo da Borborema para construção da problemática, para o aprofundamento da leitura do caso e para a socialização das informações. Vanda, a agricultora de Remígio, abriu várias portas em sua vida para superar suas dificuldades, mas também abriu suas portas para o Pólo e o aprendizado coletivo, e

vêm ajudando a abrir tantas outras portas na região. Espera-se que em 2009 possam-se realizar apresentações e análises críticas do caso de Vanda em reuniões municipais.

Sem dúvida, os momentos de formação desencadeados ao longo do ano foram de suma importância para qualificar a participação das lideranças do Pólo da Borborema em diversos espaços de discussão, conseguindo apresentar de forma mais clara o papel que a agroecologia vem cumprindo no empoderamento das mulheres. Foi assim que o Pólo foi convidado a apresentar sua experiência no Encontro da ASA Paraíba sobre relações de gênero na Agricultura Familiar, no Encontro Nacional sobre relações de gênero na Agricultura Familiar promovido pela ASA Brasil, e ainda foi escolhido para representar a ASA Brasil no Seminário sobre Soberania Alimentar e Energética promovido pela Via Campesina e pela Marcha Mundial de Mulheres, em Belo Horizonte, agosto de 2008.

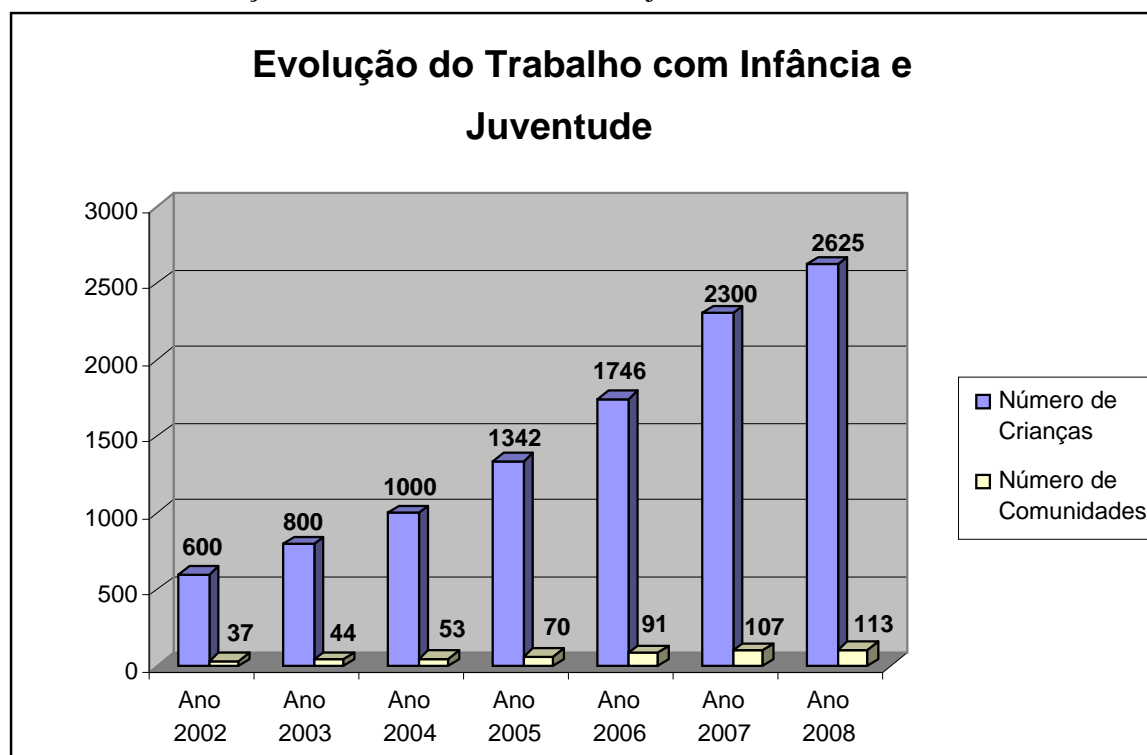
Infância e Juventude

Em 2008, os mutirões da Campanha refletiram sobre o equilíbrio do meio ambiente dando enfoque à importância dos animais. Esse foi um tema importante dentro do programa de formação/educação de crianças em constituição do Pólo da Borborema para a melhoria da qualidade de vidas das famílias e para uma melhor compreensão da biodiversidade da região semi-árida. No segundo momento refletiu-se sobre os sistemas de criação dos arredores de casa. As crianças reconheceram os diferentes espaços do arredor de casa e o papel de cada pessoa da família nessa organização. Levantou-se quais os animais que são criados no arredor de casa, como criam, como conseguem alimento, quem cuida, qual a importância para a família.

Houve um grande investimento na formação de jovens e adolescentes para assumir a apresentação do conteúdo através do teatro. O resultado foi muito positivo, pois além de valorizar o papel das pessoas da comunidade foi um momento de descobrir muitos talentos.

O trabalho, em 2008, envolveu 113 comunidades em 13 municípios. Foram 2.625 crianças e jovens, e 417 adultos que participaram das atividades. Aconteceram 91 mutirões, 11 oficinas de teatro intermunicipais e 44 comunitárias com jovens e crianças, possibilitando a formação de lideranças, professoras, catequistas, além de favorecer um maior envolvimento de jovens para tocar o trabalho com crianças. Alguns municípios estão planejando ampliar os mutirões para mais comunidades. Serão pelo menos mais 10 mutirões em 2009 (ver evolução gráfico 06).

Gráfico 06 – Evolução do trabalho com infância e juventude



A partir da constatação de um crescente envolvimento dos jovens na dinâmica do Pólo e dos desafios colocados por este novo movimento, além da necessidade de formação de novas lideranças, será necessário, a partir de 2009, um programa de formação em agroecologia específico para os jovens. Esse programa deverá valorizar as experiências concretas já protagonizadas pela juventude, em especial aquelas orientadas para a construção de oportunidades de inserção econômica, como beneficiamento de frutas, apicultura, artesanato, acesso aos mercados e outros. Como parte do processo de formação pretende-se envolver os jovens no trabalho de monitoramento da transição agroecológica, seja ao nível da análise da sustentabilidade dos sistemas de produção, seja em relação ao alcance social das inovações agroecológicas. Os grupos de jovens poderão ainda contribuir no processo de gestão e monitoramento dos fundos rotativos solidários.

5. Programa de Formação em Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas

No correr da narrativa do relatório relativa as ações em torno dos temas apresentados acima vale destacar a estreita conexão entre o processo de experimentação técnico e político-organizativo com a ação dirigida exercer influencia sobre as políticas públicas. Esta conexão também se verifica na narrativa do Item Articulação em Rede. Neste item iremos nos ater a dimensões complementares com relevo para as ações relacionadas a política de desenvolvimento territorial e junto ao sindicalismo rural.

Em 2008 a política de desenvolvimento territorial é incrementada através do Lançamento do Programa Territórios da Cidadania⁹ buscando ampliar transferência de responsabilidades do Estado para os fóruns territoriais. No Território da Borborema foram

⁹ O Programa Territórios da Cidadania visa fortalecer a integração das políticas públicas de 19 ministérios com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e reduzir as desigualdades sociais em 60 territórios rurais em todo o país estimulando para isso a participação social e a pactuação federativa.

previstas para o ano de 2008 um total de 70 ações com a atuação de 13 ministérios que integram o Programa Territórios da Cidadania, com valor previsto de R\$ 307.084.483,13. Ao final do ano aproximadamente 56 ações estavam executadas ou em execução, com a aplicação de R\$ 78.631.058,51.

Esta nova conjuntura vem cobrando do Pólo da Borborema o fortalecimento de sua capacidade de dialogo e negociação em torno das políticas públicas mediadas pelo Fórum de Desenvolvimento Territorial. O Pólo vivenciou, no ano de 2008, uma importante experiência de atuação neste espaço com atuação importante no debate e negociação da implementação do PAA no território e na negociação dos projetos de infra-estrutura em apoio a suas dinâmicas (Banco Mãe, moto-ensiladeiras pra estocar forragens, caminhão para a feira agroecológica, barracas para as feiras agroecológicas, etc..).

Em que pese a grande diversidade de atores participando do Fórum de desenvolvimento do território, a força e energia social construída na região foram capazes de promover uma forte pactuação em torno de um projeto alternativo para o desenvolvimento territorial. Os processos sociopolíticos de desenvolvimento em construção pelo Pólo têm se mostrado forte o suficiente para não ser cooptado por uma política territorial que parte de uma ação forte do Estado. De outro lado vem favorecendo o estreitamento das interações entre a sociedade civil e o Estado na construção das políticas.

Na trajetória do trabalho na região a crescente visibilidade das ações protagonizadas pelo Pólo vem exercendo influências positivas em sua interação direta ou indireta com diferentes instituições públicas e privadas que atuam para desenvolvimento, dentre as quais se podem destacar:

- A presença crescente de agricultores e agricultoras da base do Pólo cursando o nível médio da escola Agrícola da UEPB - Campus Lagoa Seca, assim como a participação qualificada dos mesmos, exerceu influência importante na decisão pela constituição do curso Graduação em Agroecologia recentemente criado nesta instituição.
- As inúmeras iniciativas de pesquisa e extensão realizadas em parceria com a UFPB – Bananeiras, mobilizando estagiários desde o início das ações do projeto em 1994, estreitou as relações com diversos professores e certamente contribuiu para a opção da instituição pela constituição do Curso de Especialização em Agroecologia em 2008 e pela estruturação do curso de graduação em agroecologia que terá início em 2010.
- Os projetos de Pesquisa da EMBRAPA em torno da produção de Algodão Agroecológico e de estocagem de forragem na região da Borborema¹⁰ foram ganhando materialidade por iniciativa de pesquisadores já que vinham interagindo com os processos de inovação agroecologia na região.
- Técnicos e pesquisadores formados em grande medida nos processos de promoção da Agroecologia da região fundaram novas organizações não governamentais atuantes na no território (APRODES e ARRIBAÇA).

¹⁰ Cultivo Orgânico do Algodoeiro Arbóreo: suplantando limitações e aprimorando potencialidades – EMBRAPA/FINEP; Sistema de produção Agroecológico do algodoeiro para o estado da Paraíba. Macroprograma 3 da EMBRAPA; Pesquisa UFPB e EMBRAPA – Produção de Algodão Agroecológico - Paulo Wanderley e Ramalho.

- Varias iniciativas de Educação do Campo tem se servido dos acúmulos técnicos e metodológicos na região. É crescente a valorização dos materiais pedagógicos produzidos pela AS-PTA e Pólo para as atividades educativas de vários programas educacionais no território¹¹.

Se de um lado, num passado recente, as iniciativas de promoção da agroecologia eram quase que exclusivamente conduzidas pelo Pólo com a assessoria da AS-PTA, de outro, assistimos hoje uma crescente presença e emergência de outros atores (re)orientando sua ação para abordagens de desenvolvimento dirigidas a promoção da agricultura familiar com enfoque agroecológico. Em que se pesem os aspectos positivos desta evolução, podemos perceber insuficiências na interação entre estas iniciativas e uma grande heterogeneidade nas abordagens metodológicas e no enfoque técnico empregado nas diferentes instituições.

Frente a este contexto em 2008 o Pólo e ASPTA moveram esforços para fortalecer as interações entre as diferentes instituições e iniciativas de educação, pesquisa e desenvolvimento incidentes na região buscando constituir novos espaços de consertação e de construção coletiva do conhecimento agroecológico no território da Borborema. Por meio da realização de um conjunto de reuniões e oficinas de trabalho envolvendo técnicos, professores e pesquisadores das diferentes instituições, assim como lideranças do Polo, dois espaços importantes foram se constituindo no correr de 2008.

Um deles foi a Rede de Construção de Conhecimento Agroecológico da Borborema que vem articulando um conjunto importante de técnicos, professores pesquisadores e lideranças de diferentes instituições atuantes na região¹². Espera-se, a partir desta articulação, fortalecer as sinergias entre as iniciativas de pesquisa e desenvolvimento potencializando os processos de transição agroecológica no território da Borborema. Ao final deste ano realizou-se uma Oficina de Trabalho com mais de 30 participantes das várias instituições com o objetivo de construir leitura compartilhada da realidade da agricultura familiar no território da Borborema, constituir de um referencial de análise comum para avaliação/monitoramento dos avanços e impactos da transição agroecológica no território da Borborema, promover maior aproximação das iniciativas de pesquisa e desenvolvimento no território através da socialização dos trabalhos em curso, propor orientações e ações comuns de fortalecimento dos processos de transição agroecológica para o desenvolvimento da agricultura familiar no Território da Borborema.

O segundo espaço se refere ao processo embrionário de construção de uma Rede de Educação do Campo no Território da Borborema. As experiências acumuladas pelo Pólo/AS-PTA com ações educativas com infância vêm aos poucos se articulando com as iniciativas de educação do campo promovidas por outros atores do território e/ou estimuladas pelas políticas públicas promovidas pelo governo federal tais como o Pronera - Alfabetização e Pronera - Formação - formação de agricultoras e agricultoras e jovens conduzidos pelo MST em parceria com Universidades federais e estaduais, Pro - jovem

¹¹ PRONERA - Alfabetização e PRONERA - Formação - formação de agricultores e agricultoras e jovens conduzidos pelo MST em parceria com Universidades federais e estaduais, Pro - jovem Campo (Saberes da Terra), Escola de Alfabetização de Adultos da CUT e Formação de profissionais de Educação de escolas rurais conduzidos pela Arribaça.

¹² AS-PTA, ARRIBAÇA, Pólo da Borborema, UFPE, UFPB/Patos, UFPB/Areia, UFPB/Bananeiras, UEPB/Lagoa Seca, UFCG/Campina Grande, CIRAD.

Campo (Saberes da Terra), Escola de Alfabetização de Adultos da CUT e formação de profissionais de educação de escolas rurais conduzidos pela Arribaça.

A partir destas ações Pólo e AS-PTA vêm buscando ampliar suas capacidades de intervenção na região com o intuito de se reposicionar nesta nova conjuntura. Um dos desafios que se apresentam para 2009 é o de fortalecer o protagonismo de agricultores e agricultoras nos processos de construção do conhecimento, base fundamental para o sucesso deste processo. O fortalecimento da ação política das lideranças sindicais também se reveste de grande importância frente à ampliação da ação das políticas de governo através da implementação do território da Cidadania na região do Pólo.

Os acúmulos alcançados pelo Pólo da Borborema também tem aportado contribuições importantes para o sindicalismo rural. A ação dos STRs que compõem o Polo vem inspirando a emergência de um sindicalismo renovado com estilos de atuação capazes de aprofundar as relações com sua base social e mobilizá-la em processos de experimentação nos planos técnico e político organizativos de promoção da agricultura familiar em bases agroecológicas.

Com vistas a favorecer a valorização destes acúmulos o Pólo em conjunto com a AS-PTA fomentaram a realização de um Encontro de Intercambio sobre “Ação Sindical, Agricultura Familiar e Agroecologia” articulando as direções sindicais que vem também buscando inovar nas suas práticas nos estados da Paraíba, Bahia e Minas Gerais. O evento foi realizado em Minas na Zona da Mata e contou com a participação de STRs da Articulação Sindical da Região de Sobradinho (BA), da Articulação de STRs do Baixo Sul (BA), da articulação sindical do território do Sisal (Ba) e da Zona da Mata (MG). Este evento abriu uma oportunidade para que se ampliasse o debate sobre experiências inovadoras de ação sindical em curso. Uma agenda para continuidade das atividades de intercambio foi definida de modo a fortalecer a articulação e a troca de experiências capazes de influir positivamente no papel do sindicalismo rural para promoção da agricultura familiar em bases agroecológicas.

6. Programa de Comunicação Social

O Programa de Comunicação apresenta-se intimamente vinculado ao programa de formação. Assim, a sistematização das experiências vivenciadas pelas famílias agricultoras nas regiões de atuação do Pólo da Borborema é ponto de partida para os vários momentos de intercâmbio entre os agricultores, sejam eles realizados nas visitas, oficinas ou nos diversos eventos de formação. A sistematização das experiências vem contribuindo para a consolidação da transição agroecológica na região, para a construção e socialização dos conhecimentos associados aos processos de inovação, além de possibilitar a divulgação das experiências inovadoras em âmbitos externos às redes regionais.

As sistematizações participativas proporcionam o efetivo protagonismo dos agricultores e agricultoras na análise crítica das experiências em curso, permitindo que os mesmos se percebam como agentes do desenvolvimento local por suas funções ativas como gestores do conhecimento. Os ensinamentos sistematizados vêm sendo documentados por meio de variadas mídias, entre as quais se destacam os boletins, panfletos, cartilhas, cartas políticas, cordéis, *spots* para programas de rádio e os vídeos. No ano, foram produzidas, reimpressas e distribuídas 367 cópias de vídeo de 18 títulos; 641 cartilhas de 16 títulos; 75 cartas políticas de 5 modelos; 2.673 boletins e panfletos de 55 títulos; 93 CDs com programa de

rádio sobre as ameaças dos transgênicos ao patrimônio genético das famílias agricultoras; 1.431 cordéis dos guardiões das sementes da paixão; e 50 artigos da revista agriculturas sobre a experiência do Pólo da Borborema.

Todo esse acúmulo metodológico foi valorizado na implementação do projeto demonstrativo do P1+2. A AS-PTA foi convidada pela ASA-Brasil para seguir contribuindo na assessoria metodológica de três eventos interestaduais denominadas “Oficinas sobre abordagens metodológicas de construção do conhecimento e sistematização de experiências”. Com base nos aprendizados da fase experimental do projeto, essas oficinas refletiram sobre o papel dos agricultores-experimentadores na promoção de projetos de desenvolvimento local e sobre a prática da sistematização de experiências agroecológicas como meio para facilitação da comunicação entre agricultores-experimentadores. As oficinas ocorreram entre os meses de julho e agosto e delas participaram 70 pessoas de mais de 20 instituições diferentes de 9 estados do Nordeste brasileiro.

Mais do que instrumentalizar as instituições para sistematizarem experiências, avalia-se que essas oficinas foram momentos únicos para reflexão sobre os fundamentos do método. Muitas instituições de assessoria tomaram a iniciativa de colocar em crítica suas próprias estratégias de intervenção, tendo esses momentos propiciados reflexões internas e revisões de métodos de ação.

Além das oficinas interestaduais foram realizados no ano encontros em 6 estados e estão agendados outros 4 eventos para o início de 2009. A idéia é que se possa descentralizar as discussões metodológicas relacionadas à sistematização de experiências e suas funções nas redes sociais de construção do conhecimento agroecológico em todos os estados do semi-árido, aumentando o número de instituições e profissionais envolvidos no processo. Até o presente, mais de 150 pessoas já participaram desses eventos estaduais, envolvendo mais de 40 novas instituições. Como atividade prática de formação, foram sistematizadas por volta de 30 experiências nesses eventos.

Após as oficinas de sistematização, a AS-PTA também se responsabilizou por construir uma proposta metodológica para as Oficinas estaduais sobre Gestão da Água para produção de alimentos, também dentro da dinâmica do P1+2. Com o objetivo de compreender manejo dos recursos hídricos na propriedade; de estudar formas de otimização da água; de avaliar o papel das inovações na melhoria da produção de alimentos; e discutir princípios e práticas de produção agroecológica, a realização de uma oficina na Paraíba e a construção da pedagogia do evento foi de extrema importância para consolidar a discussão metodológica com sua execução na prática. Foram sistematizadas experiências em forma de boletins, construídos mapas da propriedade, realizadas visitas de intercâmbio com o forte protagonismo dos agricultores em todo desenvolvimento da oficina.

Em junho de 2008, foi realizada uma oficina para discussão sobre o papel sistematização de experiências, o enfoque metodológico utilizado pela AS-PTA, tipos de sistematização e formas de uso com um grupo de 20 moçambicanos membros de ONGs parceiras da agência de cooperação alemã EED, também parceira da AS-PTA. O tema das metodologias de sistematização de experiências foi identificado como um ponto de interesse para futuras interações com organizações aprofundamento de relações.

Outra iniciativa da qual a AS-PTA participou, esteve relacionada à sistematização de experiências no campo das relações sociais de gênero no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia. A partir dessa Oficina, foi desencadeado um processo descentralizado de sistematização que culminou num segundo evento, realizado no início do mês de dezembro, para apresentação das experiências. Para 2009, será elaborada uma publicação com os resultados dessas sistematizações. Ainda como encaminhamento, as experiências sistematizadas serão cadastradas no sistema Agroecologia em Rede.

Além desse exercício, a AS-PTA coordenou – como responsável pela elaboração do roteiro, da coleta de imagens, e da edição dos vídeos - dois projetos de sistematização no formato de vídeo-documentário que enfocaram experiências da Articulação do Semiárido Paraibano – ASA-PB. O primeiro vídeo, em fase de finalização, enfoca o tema do manejo agroecológico dos recursos hídricos e se fundamenta na apresentação de experiências desenvolvidas por agricultores e comunidades rurais. O segundo vídeo é o cordel dos fundos solidários que apesar de ainda está se finalizando a parte gráfica já foi amplamente utilizado pelo Pólo, por toda a ASA Paraíba e já animando vários eventos de entidades ligadas a ASA Brasil.

No final do ano, ainda foi realizado um evento com os radialistas do Pólo da Borborema. Nesse encontro, a partir da experiência do programa de rádio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio, os radialistas puderam analisar suas práticas e construir de forma conjunta instrumentos que possam facilitar a construção de pautas e de dar a voz aos agricultores e agricultoras da região.

7. Articulação em Redes

Em 2008 o trabalho desenvolvido na região do Pólo da Borborema manteve suas interações com as redes em distintas esferas de articulação fortalecendo processo de aprendizado mutuo. As relações com a Rede de Algodão Agroecológico e com a Rede Abelha já foram descritas nos capítulos acima. Apresentamos aqui a evolução do trabalho em rede associados ao tema das sementes, dos recursos hídricos e da Rede ATER NE.

7.1. Sementes

Em consonância com as ações do Pólo, a Rede Sementes da ASA PB manteve ativo o conjunto de mais de 200 BSC em todo estado. Em abril de 2008, a ASA PB promoveu o Encontro Estadual de Sementes com a participação de 50 agricultores, agricultoras e técnicos do estado. Nesse momento foi feita uma avaliação da evolução da rede de BSC assim como aprofundou-se o debate sobre as políticas de sementes governamentais, o debate sobre a legislação de sementes e o risco dos transgênicos ao patrimônio genético. Mereceu destaque o debate sobre o programa de sementes implementado pelo governo federal que distribuiu grandes quantidades de apenas uma variedade de milho melhorada pela Embrapa (milho catingueiro) sem considerar o valor das variedades locais de milho cultivada tradicionalmente pelos agricultores/as da região.

Ao final do encontro, foi realizada uma oficina prática de implementação de um ensaio comparativo de avaliação de sementes de milho na escola agrícola de Lagoa Seca, com assessoria do André Jantara da AS-PTA Paraná. Nesse ensaio, foram cultivadas 12 variedades de milho, sendo 11 locais e a variedade melhorada. Aos 70 dias de plantado foi

realizada uma oficina de avaliação do desempenho das variedades locais a partir da observação direta dos agricultores/as. Participaram deste evento cerca de 22 pessoas.

Junto a esse trabalho dirigido a valorização das variedades locais de milho, foram implementados campos de multiplicação no Assentamento Santa Paula numa área de 0,5 ha cultivadas em consórcio com milho jabatão, feijão carioca de cacho e fava cara larga. Foram colhidos 360 kg feijão, 80 kg de milho e 50 kg de fava.

Outro importante avanço também pode ser destacado frente ao desafio de melhor articular as redes e experiências de manejo e conservação das sementes da região semi-árida. Em continuidade aos esforços já realizados nas últimas Festas da Semente da Paixão, este ano a ASA Paraíba abriu um diálogo mais sistemático com organizações envolvidas em experiências com sementes nos outros estados do semi-árido na perspectiva de se realizar o Encontro de Sementes do Semiárido Brasileiro. Para tanto se investiu na construção política desta proposta, combinando a mobilização das redes e organizações envolvidas com as experiências em cada estado com um debate mais sistemático sobre o assunto dentro da coordenação executiva da ASA Brasil. A ASA Paraíba buscou também subsidiar este debate fornecendo documentos e recursos pedagógicos (vídeo, cordel, programas de rádio) para fomentar a mobilização das redes estaduais.

Estimulado pelo fortalecimento destas interações várias organizações e redes estaduais articuladas em torno da ASA Brasil intensificaram suas atividades de formação em torno da problemática das sementes, pautando o assunto e utilizando o material pedagógico nos eventos dos seus respectivos fóruns. Estes esforços vem se refletindo numa progressiva integração desta temática como um eixo estratégico no campo das ações da ASA Brasil. Para a realização do Encontro de Sementes do Semiárido a ASA Brasil assumiu responsabilidade de apoiar a captação e gestão junto a CONAB, CESE e HEIFER, assim como também incorporou atividades com sementes no orçamento do Projeto do P1+2 que se encontra em negociação com o MDA.

Lideranças do Pólo representando a coordenação executiva assim como as comissões temáticas vêm participando dos grupos de trabalho da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), contribuindo com o debate político e construindo sínteses nacionais para influenciar a construção de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar agroecológica, além de pautarem nas comissões temáticas e nas redes locais de inovações os temas nacionais debatidos em espaços mais amplos.

7.2. Recursos Hídricos

Em 2008 as ações em rede promovidas pela ASA Paraíba e ASA Brasil viveram um momento de retomada de suas relações de parceria, com o Governo Brasileiro após seis meses de interrupção entre outubro de 2007 e março de 2008. A interrupção no financiamento do Programa Um Milhão de Cisternas gerou prejuízos relevantes nos processos de mobilização social de toda a rede de organizações que sustentam em grande medida as ações de promoção da convivência com o semi-árido articulados pela ASA Brasil. Somente a partir de abril o novo termo de parceria pôde ser iniciado e deu-se início aos processos de contratação das Unidades Gestoras Microrregionais (UGM) e reestruturação das equipes locais para a retomada das ações do programa.

A implementação em 2007 da Fase Piloto do “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido Brasileiro: Segurança Alimentar através do Acesso e Manejo Sustentáveis da Terra e das Águas – P1+2” desenvolvido numa parceria da ASA Brasil com a Petrobrás e a Fundação Banco do Brasil foi de fundamental importância para que se acumulasse experiência para a conformação de uma proposta mais robusta e melhor desenhada para a gestão e implementação programa a partir de 2008.

No ano de 2008 a ASA Brasil ampliou substancialmente a escala de implementação do P1+2 a partir da parceria com MDS/CODEVASF. Durante o primeiro ano de sua de sua execução vem se consolidando enquanto estratégia de apoio à construção de um projeto alternativo de desenvolvimento para a região semi-árida, focado no fortalecimento da segurança e soberania alimentar. O programa amplia significativamente o escopo de atuação da ASA Brasil na região, na medida em que incide diretamente sobre a esfera da produção de alimentos, e por sua vez, na geração de renda (embora não seja o foco central do programa), expandindo assim sua capacidade de materialização de ações concretas para a convivência com semi-árido.

A ação nos primeiros meses foi dirigida ao fortalecimento da base institucional, que dá suporte a implementação do programa. Foram contratadas, por seleção pública, 13 entidades como Unidades Gestoras Territoriais – UGT’s, em 07 Estados, com capacidade de atender a 108 municípios. A exigência da CODEVASF de manter uma atuação circunscrita às áreas de influência das Bacias do Rio São Francisco e Paraíba deixou os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte de fora deste primeiro termo de parceria. As UGT’s constituíram suas equipes técnicas, total ou em parte, por meio de seleção pública, e foram capacitadas pela Unidade Gestora Central - UGC, da Associação Programa Um Milhão de Cisternas - AP1MC, nos aspectos que tocam à gestão administrativa/financeira do programa e às suas ferramentas de monitoramento e controle – em especial a operação do Sistema Informação Gestão e Auditoria - SIGA.

Um esforço importante também foi dirigido ao processo de capacitação das equipes técnicas das unidades gestoras territoriais, Comissões Municipais e à capacitação de pedreiros e pedreiras, de forma a conferir maior unidade e coerência nos planos técnico-metodológicos do programa e ampliar a qualidade de sua implementação.

Integrando a equipe coordenação do P1+2 a AS-PTA (na pessoa de seu coordenador local) vem contribuindo seja na coordenação política do projeto seja buscando favorecer que a concepção do projeto nos planos técnico e metodológico ganhe materialidade junto a ação 13 UGTs contratadas.

O ganho de escala na execução do programa em 2008 já permite sairmos de um ritmo de implementação das infra-estruturas hídricas para a produção de alimentos da casa de dezenas por ano para quase mil implementações entre cisternas calçadão, tanques de pedra e barragens subterrâneas. Esta ação abre caminhos para o adensamento de uma malha hídrica descentralizada capaz de conferir maior segurança hídrica para as milhares de famílias agricultoras que vivem no SAB.

Em 2008, as ações de mobilização contrárias à transposição do Rio São Francisco continuaram marcando a ação política das redes da sociedade civil que atuam no Semiárido. A greve de fome do Bispo da Diocese de Juazeiro Dom Luis Cappio no final de 2007 reacendeu o debate questionando a pertinência da obra. A AS-PTA se integrou a

“Frente Paraibana em Defesa da terra, das Águas e dos Povos do Semiárido” procurando fomentar essa discussão no estado, numa conjuntura onde o interesse do governo estadual é favorável à realização da obra.

A contribuição da AS-PTA ao debate se estendeu para a ASA Brasil e o convite para proferir, no início do ano, uma exposição na audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH; de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE; de Serviços de Infra-Estrutura – CI e de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR para esclarecer os senhores senadores acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. A audiência realizada plenária do senado foi transmitida ao vivo pela TV e se constituiu em um momento importante para de os senadores (as) o aprofundamento do debate sobre as implicações sociais econômicas e ambientais associadas a obra. Posteriormente, participou-se da Conferência dos Povos do São Francisco e do Semiárido, realizada em fevereiro, em Sobradinho (BA) com a participação de mais de 200 pessoas de 93 movimentos populares e organizações sociais.

7.3. Rede ATER NE

Ainda em 2008 cabe também destacar as ações da REDE ATER NE em continuidade aos esforços para fortalecimento das relações estado sociedade na construção da política nacional de assistência técnica e intenção rural (PNATER). Durante os quatro primeiros meses do ano a Rede da ATER NE se envolveu em um processo coletivo de elaboração de um novo projeto trienal dirigidos para a renovação das relações de parceria com o MDA assim como na perspectiva de se abrir dialogo com outras oportunidades de financiamento.

A elaboração do projeto se constituiu num momento privilegiado de tradução de seus acúmulos coletivos em uma proposta comum às 13 entidades que compõem a Rede. Vale realçar o enorme contraste deste projeto com seu primeiro trienal composto pela soma dos projetos individuais das entidades e marcado pela baixa unidade entre os mesmos. Neste novo trienal a Rede materializa, em um projeto, a unidade construída em sua trajetória marcada pela constituição de espaços coletivos de formação e aprendizado mutuo. A ASPTA jogou um papel importante mobilizando seus acúmulos no plano das abordagens técnica e metodológica para construção do conhecimento agroecológico influenciando positivamente nos processo de formação das entidades que compõem a Rede ATER NE. Este esforço se traduziu na formulação de um projeto capaz de referenciar as ações da rede, constituído de objetivos comuns, estratégias para sua implementação e assentados em enfoque técnico e abordagem metodológica que fortalecem a unidade de ação da Rede.

Esta iniciativa foi conjugada com a intensificação da interlocução da Rede com o MDA com vistas estabelecer acordos políticos e operacionais dirigidos a superar os obstáculos administrativos e burocráticas que vem dificultando os processos de tramitação e implementação dos projetos que, por sua vez, tem marcado as relações de parceria da rede com o governo. Entretanto os entraves de ordem burocrática para a tramitação dos projetos continuaram a interpor os caminhos de negociação dos novos projetos da rede comprometendo gravemente as condições da Rede manter suas ações regulares em 2009. As atividades coletivas de formação planejadas para este ano foram inviabilizadas pelas limitações financeiras.

II.2. Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná e Planalto Norte de Santa Catarina

1. Evolução do trabalho na região

A evolução do Programa Local da Região do Contestado em 2008 foi bastante positiva, tanto no que diz respeito ao conjunto de iniciativas junto às famílias e grupos comunitários como também para dentro da equipe. Além das reuniões semanais realizadas pela equipe local, ao longo do ano realizamos uma série de reuniões e um seminário para monitoramento e avaliação dos Programas Locais da AS-PTA tendo como base de análise o Programa do Contestado.

Essa evolução pode ser avaliada tanto pelo aumento do número de experiências como pela diversidade de temas e abordagens nas mesmas, movimento este que veio em decorrência dos encaminhamentos do 19.º Seminário Regional de Agrobiodiversidade realizado ainda em 2007. A partir das 54 iniciativas coletivas previstas naquele seminário, várias delas para o ciclo primavera 2007-verão 2008, várias outras foram iniciadas pelas famílias que se envolveram diretamente na implantação das experiências com cereais e adubações verdes de inverno, cebola, alho, batata, batata doce, mandioca, feijão, milho, amendoim, arroz, hortaliças e criação animal.

A equipe do Programa Local é bem menor do que a necessitaríamos para dar conta de acompanhar, como animadores de processos locais, tantas iniciativas regionais de inovação em diferentes estágios da transição agroecológica dos sistemas de produção. Hoje estão envolvidas 49 comunidades em 16 municípios, onde aproximadamente 1600¹³ famílias estão conduzindo experiências e avaliando em conjunto os resultados e as diferentes possibilidades que eles apontam. Uma dimensão nova e fecunda do Programa em 2008 foi o estabelecimento da parceria mais regular com as escolas família agrícola de São Mateus, São João do Triunfo, Palmeira e Bela Vista do Toldo, tanto através do apoio pedagógico quanto da associação dos estudantes (total de 200) às atividades de campo.

No primeiro semestre a pequena equipe esteve bastante pressionada pelo grande número de dias de campo e as visitas de intercâmbio locais (dentro dos municípios) e regionais (entre grupos de municípios diferentes), as quais requerem uma criteriosa sistematização das experiências visitadas e também da reflexão do(s) grupo(s) visitante. Entre dias de campo e visitas foram 62 dias de atividade entre janeiro e junho, com destaque para os campos de sementes, as visitas aos quintais e às experiências com produção de milho em sistema de plantio direto sem uso de adubos químicos e agrotóxicos.

Ao embasar as reflexões sobre as experiências no contexto das famílias, em seu dia a dia na produção, em cada oportunidade os temas se desdobram e ganham novas perspectivas, ampliando as possibilidades de se extrair conteúdos para animação da rede regional. No entanto havia limites relacionados ao tamanho da equipe e disponibilidade financeira. Buscando dar conta deste desafio, realizamos entre junho e agosto de 2008 uma série de reuniões para refletirmos sobre a estratégia do Programa Local, passando pelas nossas

¹³ São 430 famílias diretamente envolvidas com as experimentações, a partir das quais as informações e resultados se irradiam para a vizinhança e familiares, estimulando a reflexão e outras práticas de inovação.

hipóteses e metodologias. Decidimos que o estabelecimento de áreas de concentração poderia ser um formato adequado, principalmente por conta dos seguintes fatores:

- O grande volume de experiências em curso em toda a região relacionadas à transição dos sistemas de produção, as quais têm motivado um número crescente de novos(as) interessados(as);
- A necessidade de uma sistematização criteriosa das experiências e da atenção aos processos de formação para que o aumento da base social do trabalho na região se dê pela via “agricultor a agricultor” e pela motivação individual e coletiva para o estabelecimento das estratégias adequadas para avançar na transição agroecológica dos sistemas de produção;
- A necessidade de localizar geográfica e socialmente um espaço para exercitar a prioridade do Plano Trienal vigente de intensificação da transição agroecológica nas propriedades dos agricultores;
- A impossibilidade física da entidade para atender qualificadamente ao aumento crescente de demandas de assessoria dos grupos comunitários, face ao tamanho reduzido da equipe na atualidade.

Foram definidas 4 áreas de concentração, priorizadas em função da qualidade e densidade do trabalho nestas regiões. São elas a Comunidade da Água Clara em Palmeira-PR, a Comunidade da Invernada em Rio Azul-PR, a Comunidade de Rio Baio em São João do Triunfo-PR e a Colônia Escada em Irineópolis-SC.

Tendo em vista a fragilidade das estruturas organizativas e de expressão da agricultura familiar regional, o caminho identificado para avançar a promoção das inovações foi novamente o de fortalecer as iniciativas comunitárias, acompanhando pedagogicamente os grupos e famílias a partir de um processo de reflexão sobre as experiências de cada uma, extraindo as lições com auxílio de sistematizações e intercâmbios de conhecimento.

Mesmo com o trabalho mais “concentrado” nas localidades acima, não deixaram de surgir e serem estimuladas outras iniciativas em rede em toda a região. Da qualificação das análises feitas surgiram elementos motivadores que promoveram uma ampliação na escala da experimentação, tanto em diversidade quanto em área. Isto ficou caracterizado pelo grande número de cultivos e temas selecionados pelas famílias e comunidades e também para a ampliação das lavouras baseadas em adubação verde e sementes crioulas de cultivos de inverno (trigo, centeio e cebola principalmente) e de verão (milho e feijão principalmente).

O final do segundo semestre de 2008 foi bastante seco em toda a região, trazendo graves prejuízos para a agricultura regional. Em contraposição, experimentos em escala de lavoura com plantios de milho crioulo em sistema de plantio direto sobre palhada densa de ervilhaca, sem qualquer uso de agroquímicos, realizados por agricultores familiares de Porto União, Irineópolis e municípios do Planalto Norte Catarinense demonstraram justamente grande capacidade de resistência. As sementes crioulas e o manejo ecológico do solo evidenciaram a maior capacidade de “leitura” das condições climáticas, assim como um melhor enraizamento e crescimento homogêneo das plantas que culminaram em resultados positivos em todos os parâmetros, inclusive o econômico. O monitoramento econômico e ecológico destas iniciativas realizado em parceria com os agricultores permitiu acompanhar indicadores de custo, produtividade, autonomia das famílias, dentre

outros, que foram apresentados na forma de sistematizações simples (cartazes com fotos e gráficos) para os dias de campo e visitas.

1.1. Projeto CNPq Monitoramento

Em parceria com a UFPE, a AS-PTA, por meio dos programas locais da Paraíba e do Contestado, aprovamos um projeto com foco no monitoramento da transição agroecológica dos sistemas de produção, tanto na perspectiva horizontal (mapeamento das expressões da agroecologia) como vertical (indicadores de qualidade dos processos de transição avaliados em nível das propriedades). que foi iniciado em março de 2008. Uma das propostas da iniciativa é compartilhar resultados e informações via internet, usando softwares livres, na forma de um banco de dados do qual fará parte um Sistema de Informações sobre sementes, mudas e animais de raças crioulas, a ser disponibilizado em parceria com a Rede Ecológica de Agroecologia.

As atividades de monitoramento no nível das propriedades já estavam servindo tanto para o aprimoramento pedagógico do trabalho em toda a região, como também para evidenciar resultados concretos, principalmente dos ensaios com milho em sistema de plantio direto e das produções dos cereais de inverno comparativamente ao cultivo do Fumo, dentre outros. Com as sistematizações, foram publicados artigos técnicos e também a cartilha de Agrobiodiversidade, materiais utilizados para reflexão em grupo.

O monitoramento subsidiando o planejamento pelas famílias e organizações

As análises das diferentes estratégias econômicas adotadas pelas famílias em toda a região, associadas à realização de atividades de intercâmbio entre os grupos, oportunizaram momentos de reflexão coletiva bastante importantes sobre o contexto regional. As famílias agricultoras recebem constantemente fortes pressões para trilharem caminhos de especialização produtiva e a fumiicultura em nossa região é a de maior expressão. A troca de experiências baseadas na sistematização dos dados levantados durante as atividades de monitoramento junto às famílias deu visibilidade a estratégias familiares de resgate da autonomia produtiva, mostrando que o melhor caminho para a geração de riquezas sem gerar dependência tecnológica é o da diversidade, evidenciando o papel das sementes crioulas.

Por resgatar diversas informações que não apareceriam num contexto de reunião longe do “ambiente” diário das famílias, esse trabalho estimulou o intercâmbio de sementes e mudas de hortaliças, abrindo um debate sobre a continuidade do resgate, multiplicação e conservação das sementes crioulas, trabalho este já de grande notoriedade na região e seriamente ameaçado em função das liberações comerciais de sementes transgênicas. Os acúmulos regionais sobre o tema são bastante expressivos e vêm sendo sistematicamente acompanhados pela AS-PTA desde 1993. À luz dessas experiências, foi elaborada, em 2008, uma cartilha sobre as sementes crioulas, com o título “Sementes crioulas: cuidar, multiplicar e partilhar”¹⁴, estruturada de forma a estimular reflexões nas famílias, nas comunidades e organizações de base com relação a cuidados na produção, armazenamento e conservação, tanto nas casas como nos bancos de sementes comunitários.

¹⁴ Seu lançamento acabou sendo feito somente em 2009, durante o encontro regional de mulheres realizado na comunidade da Invernada em Rio Azul no mês de abril.

Num outro contexto, as visitas aos quintais e aos ambientes de produção do alimento diário das famílias permitiram estabelecer uma avaliação bastante concreta sobre as condições atuais de segurança alimentar e nutricional (SAN). Este tema foi considerado central pelas famílias da Associação dos Pequenos Agricultores de Rio Azul (123 famílias) em trabalho realizado com foco no planejamento da produção dos associados, uma vez que, desde março de 2008, puderam reinaugar o moinho colonial de trigo e centeio. Em lugar de um planejamento voltado somente às áreas de produção de grãos, o olhar lançado foi para toda a alimentação da família, avaliando quais conseguiam produzir o que consomem, quais faziam isto com sobras para venda (ou troca) e quais necessitam comprar parte ou todo de seus alimentos. O resultado estimulou uma importante reflexão sobre formas de comércio solidário entre as famílias da Associação, chamando atenção para sistemas de compra coletiva do que falta e também da possibilidade de abrirem um sistema de distribuição na comunidade.

Essa abordagem foi apresentada à Comissão Regional do CONSEA, que decidiu pela proposição de linhas de ação locais voltadas para a aproximação entre as famílias agricultoras e a comunidade (dicente e docente) das escolas envolvidas em projetos do PAA. Essa medida deverá ser implementada gradativamente a partir do início do ano letivo de 2009, primeiramente com base em experiências piloto em União da Vitória. A proposta será trabalhada de forma a evidenciar que a diversificação presente nos sistemas agroecológicos e estimulada pelo PAA representa uma importante base de trabalho para o CONSEA Regional.

2. Subprogramas

2.1. Saúde, Alimentação e Gênero

Foram feitas em 2008 11 visitas a propriedades visando à sistematização de informações, com destaque para o autoconsumo e o papel do manejo tradicional do agroecossistema na geração de rendas a partir do trabalho familiar. Na Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Invernada (APRI), em Rio Azul, essas atividades localmente chamadas de “imersão”, foram associadas a um rodízio de visitas às famílias. Essa iniciativa foi tomada pelo grupo de mulheres, interessadas em conhecer a diversidade que cada família mantém em seus quintais e nos outros espaços ao redor das casas. Depois desta prática, as próprias reuniões mensais da Associação passaram a ser precedidas de uma caminhada em conjunto pelos ambientes das propriedades, observando o quintal, criações, espaços de cultivo e de florestas.

Um campo de preocupação e iniciativas neste subprograma é o aproveitamento das florestas para alimentação de animais, cuja carne é destinada ao consumo familiar. É o caso dos suínos em poteiros e caívas, com o uso de frutas e sementes de diversas árvores nativas como a canela guaicá, a imbuia e o próprio pinheiro.

As cozinhas comunitárias, por outro lado, passaram para a pauta de discussões dos encontros e reuniões com os grupos de mulheres. A iniciativa do Clube de Mães da Guaiaca, em São João do Triunfo, serviu de referência de avaliações. Um grupo de 8 famílias conseguiu a cessão de um antigo posto de saúde e doação de equipamentos para confecção de massas, pães e bolachas que são comercializadas através do Programa de Aquisição de Alimentos. Projetos semelhantes passaram a ser encaminhados pelos grupos

de mulheres da Invernada em Rio Azul, em Vileiros e Volta Grande, em Palmeira e na colônia Stenghel, em Porto União.

A abordagem metodológica para estimular a participação autônoma das mulheres nas atividades foi bastante trabalhada pela equipe do Programa do Contestado. Passamos de pouco mais de 30 mulheres participantes, no início de 2008, para aproximadamente 200 mulheres, entre adultas e jovens, envolvidas diretamente nos intercâmbios regionais, atividades locais, encontros e seminários. Dentre os fatores que contribuiriam para essa evolução estão a mudança de horários nas reuniões dos grupos (sempre para a parte a tarde) e também o sistema de reuniões precedidas de visitas aos quintais e outros espaços das propriedades familiares. Essas visitas se tornaram momentos de troca muito importantes, trazendo à tona vários assuntos que passaram a ser incorporados às dinâmicas locais e regionais. Como exemplo, têm-se as trocas de sementes e mudas de hortaliças, flores, amendoim, batata doce, mandioca, batata, ervas medicinais, ovos de galinhas, intercâmbio entre reprodutores de aves e suínos, trocas de receitas culinárias e o intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre a organização dos espaços ao redor das casas.

Durante o 20.º Seminário Regional de Agrobiodiversidade realizado em abril de 2008, foram previstas 2 visitas regionais de intercâmbio com temas relacionados aos quintais, o espaço ao redor de casa. A primeira delas foi realizada em Palmeira, na comunidade da Água Clara, e teve como tema central as ervas medicinais. A segunda foi sobre conservas alimentícias e o aproveitamento de frutas nativas para a produção de polpas, doces, geléias, sucos e sorvetes. As visitas serviram muito para motivar as participantes, resultando no fortalecimento da produção diversificada e de qualidade destinada à satisfação das necessidades familiares. Também mostrou o potencial gerador de renda, contrapondo uma visão de produção diversificada e saudável às monoculturas contaminadas resultantes da aplicação dos modelos de desenvolvimento do agronegócio. Numerosas experiências relacionadas à transição dos sistemas de produção mostram que as famílias que conservam as sementes crioulas, que fazem uso de adubações verdes garantindo assim boas produtividades, com baixo custo e elevado grau de autonomia, passam a trabalhar mais com o componente florestal, sejam eles ambientes de caívas, ervais ou capoeiras. É o que mostra o artigo publicado na Revista Agriculturas em sua edição de abril de 2009 (volume 6 nº 1). A experiência citada foi desenvolvida no município de Irineópolis e outras semelhantes tiveram lugar em Canoinhas, Palmeira, São João do Triunfo, Rio Azul e Cruz Machado, onde as famílias estão relativizando o tempo dedicado à fumicultura e outras atividades comerciais em relação àquelas nas quais as riquezas geradas pelo trabalho são integralmente apropriadas pelas famílias.

2.2. Agrobiodiversidade

Uma das grandes áreas de atuação de maior amplitude na região tem sido o apoio aos grupos de agricultores e organizações de base para experimentar e implementar estratégias de valorização econômica e de defesa das sementes crioulas. Entre campos de avaliação de variedades e de multiplicação de sementes, banco familiares e comunitários de sementes são mais de 780 iniciativas em toda a região que englobam milho, feijão, arroz, amendoim, mandioca, trigo, centeio, batata, batata doce, hortaliças diversas e adubos verdes de inverno e de verão. A maior parte das iniciativas é de âmbito familiar e/ou comunitário, a partir das quais o processo passa para a escala das organizações de base, como é o caso da APRI - Associação dos Pequenos Agricultores da Invernada, em Rio Azul-PR; da APAECO –

Associação dos Pequenos Agricultores Ecológicos da Colônia Escada, em Irineópolis-SC; do Sindicato de Rio Azul e de Palmeira-PR; da COFAECO – Cooperativa das Famílias Ecologistas de São Mateus do Sul-PR. A escola municipal da Comunidade de Rio Baio, em São João do Triunfo-PR, a escola Estanislau Schumann, de Bela Vista do Toldo-SC, e a Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul-PR também fizeram levantamentos sobre o uso e conservação das sementes e raças de animais crioulos entre as famílias dos estudantes, organizando mostruários e um arquivo com as fichas de resgate preenchidas em cada caso.

O caso dos milhos crioulos ganhou mais ênfase em função do eminente risco de contaminação pelos híbridos transgênicos liberados desde abril de 2008. Os 3 “eventos” liberados pela CTNBio foram utilizados pela indústria sementeira em pelo menos 6 híbridos transgênicos de uso na região, com destaque para os Dekalb (Monsanto): DKB 330YG, DKB 240YG, Agroeste (Monsanto) AS-1551YG, Agroceres (Monsanto) AG 6080YG, AG 8015YG, dentre outros. O comércio e o plantio das sementes transgênicas na safra de primavera-verão de 2008-09 foi feito de forma oculta. Embora houvesse a liberação desde abril, as lojas agropecuárias negavam a sua comercialização e quem plantou subtraiu a informação. O assunto esteve sempre na pauta das reuniões com os grupos e organizações de base. Mais para o final do ano surgiram confirmações de plantio em Palmeira, São Mateus, Fernandes Pinheiro, Irineópolis e Canoinhas. Foi quando foram iniciados os testes para identificação de contaminação. Este trabalho serviu de referência à estruturação de um plano para monitoramento da contaminação do milho no estado do Paraná, envolvendo diversas organizações da sociedade civil, Secretaria de Agricultura, Emater e universidades, além da Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos. Além de constatar a contaminação, o objetivo da articulação foi de buscar dados de campo que comprovem que não existe a possibilidade de coexistência das tecnologias transgênica e convencional para o caso do milho como afirmou a CTNBio no ato da liberação. O trabalho conclusivo foi planejado para ser implementado com o plantio da safrinha de milho em 2009.

Algumas experiências que se converteram em resultados econômicos bastante significativos para as famílias:

- COFAECO – Cooperativa das Famílias Ecologistas (São Mateus-PR): a experiência da retomada da comercialização via feira livre deu muito certo. A cooperativa passou a fazer uma divulgação via rádio e a feira cresceu em número de consumidores, chegando a faltar produção mais para o final do ano quando o verão e a seca apertaram. Aumentaram também a participação no Circuito de Comercialização Solidária da Rede Ecovida. Apoiamos a elaboração de um projeto para ampliação das feiras em bairros da cidade de São Mateus que foi submetido à Senaes e aprovado. Quando os recursos forem liberados serão utilizados para compra de um veículo de uso comunitário, novas barracas e utensílios diversos de feira.
- APRI – Associação de Produtores da Invernada: A associação reinaugurou oficialmente seu moinho em março de 2008, numa festa na comunidade que envolveu as famílias agricultoras e a comunidade da Escola Municipal da Invernada, momento em que fizeram um resgate da trajetória da agricultura familiar na localidade, destacando a diversificação produtiva que sempre fez parte da economia local. De fato assim foi no final do ano, com a colheita do trigo, foi necessário trabalho extra no moinho para dar conta da produção de farinha de trigo

e centeio. Para além do impacto econômico, o moinho passou a funcionar também como ponto de encontro, estimulando muito o resgate de sementes crioulas dos cereais de inverno e de verão. Também impulsionou o comércio, abrindo para além da comunidade e município. A APRI recebeu demandas para fornecimento de trigo para os projetos PAA de Irati, destinando alimentos ecológicos para escolas e creches do município. A capacidade do moinho recém inaugurada já está superada.

- Outro trabalho junto com a APRI foi o de armazenamento da produção. A safra de trigo e centeio superou em muito a capacidade de armazenamento das famílias. Além disto, as condições existentes na maioria dos casos são bastante precárias, deixando a produção vulnerável ao ataque de ratos e carunchos e umidade. Com base em algumas oficinas realizadas sobre o tema, foi apoiada a formação de um Fundo Rotativo destinado à melhoria das condições de armazenamento da produção. O Fundo teve início com a compra de tambores plásticos que serão de uso coletivo, podendo haver a compra dos mesmos pelas famílias, retornando os recursos para o caixa da associação que reinvestirá conforme a decisão de todos.
- Um trabalho priorizado pelos grupos regionais, e que está esperando recursos, é a implantação de farinhas para beneficiamento local das variedades crioulas de milho nos grupos de toda a região. Produtos derivados do milho, como a farinha de beiju, fubá, quireira e canjica são de consumo tradicional e altamente demandados no mercado. É uma oportunidade de agregação de valor aos milhos crioulos que ainda não se efetivou.

2.3. Manejo Ecológico de Solos

As experimentações com pó de basalto alavancaram um forte processo de conversão de sistemas produtivos. As experiências apresentadas no 20.º Seminário regional de agrobiodiversidade motivaram várias famílias em toda a região a fazerem uso do pó de rocha em experiências com hortaliças nos quintais, com cebola e alho, melancia e abóboras e até com fumo. Os plantios de ervilhaca com basalto como adubação verde de inverno, preparando terreno para plantio direto de milho crioulo ganhou porte de lavoura, ou seja, passou a promover concretamente a transição de sistemas de produção.

O trabalho dos subprogramas de Manejo Ecológico de Solos e de Agrobiodiversidade são conduzidos em conjunto pela equipe da AS-PTA. O crescente interesse na obtenção de vivências capazes de viabilizar a transição agroecológica dos sistemas de produção impulsionou experiências familiares de plantio direto de milho crioulo que responderam de forma muito positiva ao grave quadro de seca que assolou toda a região no final da primavera e início do verão de 2008. Enquanto as plantações baseadas nos pacotes tecnológicos do agronegócio tiveram perdas que chegaram a 70%, as lavouras ecológicas mostraram redução drástica dos custos de produção e também lucratividade acima da média regional para o ano. Esses resultados motivaram também o início de estudos sobre bactérias diazotróficas fixadoras de nitrogênio em gramíneas em parceria com a Universidade Estadual de Londrina e FAFI.

As experiências iniciais com o uso do pó de basalto produzido em um único moinho experimental, desenvolvido numa parceria da AS-PTA com o curso de biologia da FAFI em União da Vitória, serviram de referência para a apresentação de projetos no âmbito do território da cidadania do planalto Norte Catarinense, aprovando a liberação de 2 moinhos para os assentamentos de Irineópolis e de Major Vieira e 2 para a Cooperativa de

Comércio Solidário do Núcleo Planalto Norte da Rede Ecovida, que serão instalados em Canoinhas e Irineópolis.

2.4. Florestas

Foi dada continuidade ao trabalho sobre o mapeamento da situação ambiental das propriedades realizado em parceria com a Fetraf e Universidade Estadual de Ponta Grossa, comprovando que quase a totalidade das propriedades familiares trabalhadas a partir de uma perspectiva agroecológica não apresentam passivos ambientais significativos. Associando a esta análise, dados revelados pelo Estudo sobre o Uso das Florestas, elaborado a partir de articulação com a Comissão Regional de Florestas, mostra que existem inúmeras expressões de uso tradicional da floresta que promovem sua conservação, em contraponto ao modelo do agronegócio do pinus e eucalipto que, associado à expansão do plantio de soja e milho, promovem acelerada degradação ambiental em toda a região. Este trabalho ainda está em andamento e se associa à avaliação ecológica e econômica das inovações agroecológicas introduzidas pelos agricultores em suas propriedades, que é objeto de projeto implementado pela ASPTA em parceria com o CNPq.

O trabalho com as florestas junto às famílias e grupos comunitários foi bastante intensificado a partir das visitas de intercâmbio realizadas com as mulheres, principalmente quando o tema central foi o da produção de conservas alimentícias com os produtos obtidos nos quintais e ao redor das casas. Como já referido, as frutas nativas se destacaram, em função do potencial de aproveitamento e geração de renda e também em função de suas qualidades nutricionais.

O trabalho de melhoramento do uso de caívas (potreiros e faxinais) com base no piqueteamento de pastagens realizado em parceria com a Epagri junto a famílias de Canoinhas, Major Vieira, Bela Vista do Toldo e Três Barras produziu resultados que animaram muito as famílias. Tanto o uso de pó de basalto como o piqueteamento com cerca elétrica foram incorporados como práticas simples e que melhoram muito a qualidade da forragem nativa, alimentando melhor os animais e diminuindo a pressão sobre as rebrotas das árvores nativas, aspecto fundamental para a conservação destes ambientes. A produção de leite em ambiente de caívas tem sido uma alternativa ao fumo analisada pelas famílias.

A incorporação do tema “florestas” no trabalho das escolas da comunidade do Rio Baio e da casa Familiar Rural de São Mateus se associaram à condução dos viveiros, os quais produziram cerca de 6000 mudas de árvores nativas como a bracatinga, o pessegueiro bravo, araçá, guavirova e pinheiro, distribuídas para as famílias, em sua maioria plantadas em áreas de proteção permanente nas propriedades. Ambas incorporam a perspectiva de trabalho de educação ambiental.

Foram realizadas 6 visitas de intercâmbio na região, com foco na produção de mudas de erva mate em ambiente florestal realizada pela família do Sr. Anísio Rosa, no Assentamento Rondon III em Bituruna-PR, e também o viveiro da família Karas, em União da Vitória. As demandas de intercâmbio surgiram a partir do interesse na intensificação do manejo das florestas onde a produção de erva mate ganha destaque.

Experimentos com erva mate e com espécies madeiráveis na Floresta Nacional de Três Barras foram acompanhados pelo grupo denominado Comissão Regional de Florestas. A partir de estudo sobre o uso das florestas, foi trabalhada a perspectiva histórica da legislação ambiental, mostrando a sua adequação ao setor madeireiro e não ao uso e conservação promovidos pelos sistemas tradicionais. Nesse aspecto, a floresta nacional representa um importante aliado, pois graças à atual legislação se destina à realização de pesquisas sobre uso múltiplo e sustentável. A Flona de Três Barras já foi uma unidade para produção de madeira na perspectiva do agronegócio e agora incorpora pesquisas de uso múltiplo realizadas junto com famílias da região, influenciando diretamente a elaboração de seu Plano de Manejo.

Outro aspecto importante é que o envolvimento dos agricultores da região com a Flona trouxe para o contexto do Plano de Manejo a questão das restrições ao plantio de transgênicos nas áreas de amortecimento da unidade de conservação. Como membros do Conselho Consultivo da Flona, os sindicatos, cooperativas e associações, em conjunto com AS-PTA e Epagri, apresentaram dados regionais sobre a grande diversidade de sementes crioulas existentes nos municípios do Planalto Norte Catarinense, reforçando a necessidade de se garantir a ausência de plantio de transgênicos conforme a legislação vigente. A proposta foi inicialmente acatada, tornando-se um importante referencial para a discussão em nível nacional.

A articulação no âmbito do GT sobre legislação ambiental do estado do PR deu um grande salto com a oficialização do mesmo como instância consultiva dentro do Instituto Ambiental do Paraná – IAP. Fruto da cooperação entre sociedade civil e poder público, os objetivos do GT são de viabilizar a efetivação de instrumentos legais que permitam o manejo agroflorestal baseado em boas práticas exemplificadas pelos agricultores familiares e comunidades tradicionais.

No âmbito do GT de Sistemas Agroflorestais e Serviços Ambientais da Rede Ecovida mantivemos intercâmbios de experiências sobre o aproveitamento de frutas nativas e da erva mate. Para 2009, está prevista a comercialização de polpas de frutas nativas em toda a região, a partir do Circuito de Comércio Solidário da Rede.

III. Programa de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro

Em novembro de 2007, aconteceu no bairro de Campo Grande, zona oeste do município do Rio de Janeiro, o II Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade, com a participação de cerca de 220 pessoas. O evento influenciou decisivamente a organização dos trabalhos em 2008. Ele foi organizado pela AS-PTA, Pastoral da Criança, Rede Fitovida¹⁵ e a entidade civil Verdejar¹⁶. A partir do Encontro, ficaram mais claramente definidos três eixos temáticos de intervenção do Programa de Agricultura Urbana: manejo agroecológico dos quintais; produção de alimentação saudável para auto-consumo e plantas medicinais e remédios caseiros.

¹⁵ Rede de grupos comunitários com trabalhos em plantas medicinais e remédios caseiros no estado do RJ.

¹⁶ ONG de cunho comunitário, atuante na Serra da misericórdia, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

No município do Rio de Janeiro, em especial na Zona Oeste, vem se fortalecendo uma rede de experiências, grupos, pessoas e entidades comprometidas com a promoção da agricultura urbana e a agroecologia. As organizações que nuclearam a realização do II Encontro de Agricultura na Cidade têm participado mais ativa e sistematicamente desse processo. Também participam agentes comunitários de saúde da Zona Oeste, professoras e pais/mães de alunos de algumas escolas públicas da região, além de agricultores/as familiares situados na periferia da área metropolitana do Rio de Janeiro. Muitos desses atores vêm se integrando progressivamente há mais de cinco anos às dinâmicas estabelecidas no âmbito do Programa. É possível afirmar que há entre esses atores uma grande confluência de idéias sobre a realidade socioeconômica e organizativa das comunidades, sobre que tipo de práticas estimular e também sobre os princípios metodológicos voltados para a valorização das diversas experiências, ao envolvimento das pessoas em dinâmicas coletivas, ao fortalecimento das organizações locais na promoção da agricultura urbana, e a promoção e socialização do conhecimento, através de intercâmbios e do estímulo à experimentação.

No período foi feito um esforço particular para melhoria dos quintais e hortas coletivas, através do incremento à biodiversidade, com a aquisição e distribuição de mudas de plantas frutíferas. Essa distribuição foi precedida por momentos de formação em relação ao tema.

Foram realizados, em 2008, no município do Rio de Janeiro dois encontros de promoção da agricultura urbana, em março e dezembro. Participaram de cada um desses eventos cerca de 30 lideranças representando grupos locais. Essas pessoas são, atualmente, as principais animadoras de processos locais de incentivo à agricultura urbana nas comunidades. O encontro de março teve o objetivo de planejar as ações em rede para o ano de 2008, estabelecendo uma agenda comum de trabalho. Já o encontro de dezembro teve foco na avaliação do trabalho do ano e foi também um momento de interação, conhecimento e troca de experiências entre grupos comunitários. Foram realizados encontros específicos com lideranças da Pastoral da Criança na Zona Oeste. Nas áreas II e III¹⁷ da Pastoral, foram realizados oito encontros mensais, nos quais foram discutidas as ações locais das lideranças e realizadas atividades de formação sobre temas de interesse do grupo. Desses encontros, participaram dezoito lideranças de diferentes comunidades, dentre as quais moradores da comunidade de Jardim Guaratiba, onde a ASPTA empreendeu no período uma ação mais sistemática de fomento às hortas caseiras e ao debate sobre a situação de segurança alimentar e nutricional.

A Pastoral da Criança avançou na proposta de inserir em seu campo de ação a questão das “Hortas Caseiras” em escala nacional. Para tal, deu início à elaboração de materiais de estudo para as lideranças e está sendo montada a proposta de capacitação em “Hortas Caseiras”. Esse tema vem sendo considerado pela coordenação nacional da Pastoral como uma das suas principais ações de promoção da segurança alimentar e nutricional.

A equipe da AS-PTA acompanhou a visita da coordenadora nacional da “Ação Hortas Caseiras” da Pastoral da Criança ao estado do Rio de Janeiro. A visita teve o objetivo de acompanhar os avanços da ação de hortas caseiras da Pastoral com vistas à expansão da ação em escala nacional.

¹⁷ Trata-se de estrutura organizativa da Pastoral da Criança. O Setor Oeste da Pastoral da Criança é organizado em áreas I, II e III.

O programa de agricultura urbana da AS-PTA manteve, em 2008, estreita parceria com a Rede Fitovida. A equipe da entidade participou das quatro reuniões da coordenação da Rede no município do Rio de Janeiro, além de realizar várias visitas a grupos locais da rede. A ASPTA apoiou tecnicamente a realização de um curso sobre remédios caseiros e a reorganização dos trabalhos do grupo comunitário “Semente Viva”, animador da Rede Fitovida na Vila do Pinheiro, na Zona Norte do município. A equipe da AS-PTA interagiu também com grupos da Rede Fitovida da baixada fluminense, oferecendo palestras sobre hortas em Nova Iguaçu e organizando uma visita de intercâmbio desses grupos à experiências na zona oeste do Rio, nas comunidades de Jardim Guaratiba e Praia da Brisa.

No âmbito estadual, a AS-PTA participou de 10 reuniões da coordenação executiva da Rede Fitovida. Cabe ressaltar também a realização de dois “Encontros da Partilha”, momentos de trocas de experiências sobre produção e uso das plantas medicinais. O primeiro encontro aconteceu em abril, na cidade de Campos, no norte do estado, com o tema “Xaropes”. O segundo aconteceu em outubro, no bairro Realengo, sobre o tema “garrafadas”. Participaram desses eventos cerca de 180 pessoas de várias regiões do estado.

Outro campo de interação da ASPTA ao longo do ano de 2008 foi com unidades dos Programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde (PSF e PACS), vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), sob responsabilidade executiva da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

O maior avanço se deu com o PACS da comunidade do Batan, em Realengo, onde os agentes comunitários organizaram um curso de fitoterapia, que contou com o apoio da AS-PTA e da Rede Fitovida. A partir de então, os agentes de saúde da comunidade passaram a estimular as famílias a implantarem hortas caseiras. O grupo “Saúde pela Natureza”, ligado à Rede Fitovida, juntamente com a equipe da AS-PTA, tem dado apoio ao trabalho do PACS Batan.

Outra instância da Secretaria de Saúde do Município do Rio de Janeiro, o grupo de apoio técnico (GAT), que acompanha diversas unidades de PSF e PACS em comunidades de Bangu e Realengo, solicitou à equipe da AS-PTA apoio técnico para a implantação de hortas demonstrativas nos postos de saúde. Foram feitas visitas de assessoria técnica a 11 postos de saúde, com o envolvimento de agentes de saúde e coordenadores locais.

A interação com o PSF e PACS em 2008 indica que a evolução de trabalhos de promoção da agricultura por essas instituições depende muito do apoio dos coordenadores dos programas locais, e que as ações ficam muito vulneráveis às constantes mudanças dos gestores locais dos programas. Percebemos mais possibilidades de avanço real na relação direta com agentes comunitários interessados.

A AS-PTA participou também ativamente no período da execução do projeto “Construção de uma estratégia de intervenção em nível local para promoção do consumo de frutas, legumes e verduras”. Este projeto, coordenado pela Embrapa Alimentos, é desenvolvido em três comunidades da Zona Oeste, distribuídas por três bairros: Antares, em Santa Cruz; Cesário de Melo, em Campo Grande; e Cinco Marias, em Guaratiba. Ocorreram atividades de formação para agentes comunitários de saúde, líderes de Pastoral da Criança e representantes de escolas municipais. A contribuição da equipe da ASPTA tem se

efetivado na concepção metodológica do projeto e no apoio técnico à promoção de em hortas agroecológicas.

Na semana compreendida entre os dias 12 e 18 de outubro de 2008, em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, foi realizada a “Semana da Alimentação Saudável”. Essa iniciativa foi nucleada pela AS-PTA em parceria com a Pastoral da Criança e a Rede Fitovida e contou com o apoio da Embrapa Alimentos, do Instituto de Nutrição Annes Dias, da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (INAD/ SMS), do Sindicato dos Professores de Campo Grande (Sinpro), do Projovem, da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (SMAS). Foram realizadas oficinas, mutirões, palestras e uma mesa redonda. Participaram cerca de tres centenas de pessoas nas diversas atividades, que buscaram associar os temas da agricultura na cidade, alimentação saudável, saúde e segurança alimentar e nutricional. O principal resultado do evento foi divulgar informações sobre agricultura urbana e alimentação saudável para um público mais amplo e que não vem participado diretamente das ações do programa de agricultura urbana.

O ano de 2008 marcou também o encerramento do projeto “*Agricultura urbana e segurança alimentar no município do Rio de Janeiro – gerando referências metodológicas*”, executado pela AS-PTA com o apoio da Finep. O projeto envolveu a execução de ações de apoio a grupos e moradores com práticas em agricultura urbana e a sistematização de experiências que viessem a proporcionar uma reflexão sobre abordagens metodológicas para o incentivo à agricultura urbana a partir de um enfoque agroecológico. Um dos principais resultados do projeto foi o fortalecimento da rede de promoção da agricultura urbana no município do Rio de Janeiro. Essa rede tem desempenhado um ativo papel de capilarização e estímulo à agricultura urbana da região, fortalecendo os grupos locais e colocando a questão da agricultura na cidade do Rio de Janeiro na agenda de debates. Outro resultado importante do projeto foram os materiais de comunicação gerados: três cartilhas, respectivamente sobre as expressões da agricultura urbana, conhecimentos populares sobre uso de plantas medicinais e outra sobre o cultivo de plantas medicinais; um DVD autorado, contendo cinco vídeos¹⁸, e trinta boletins (200 exemplares cada) de sistematização de experiências familiares e de grupos comunitários desenvolvidas na região. Estes materiais vêm sendo importantes tanto para o fortalecimento dos trabalhos nas comunidades, como referência conceitual e metodológica para outras iniciativas.

Como momentos importantes de construção do debate sobre a agricultura urbana com enfoque agroecológico e de articulação da rede de promoção no município do Rio de Janeiro, cabe destacar duas visitas de intercâmbio realizadas em 2008. A primeira, a experiências comunitárias em Belo Horizonte, Minas Gerais. Com a participação de representantes dos grupos mais envolvidos com a rede, essa visita ensejou a troca de experiências tanto sobre as práticas de manejo agroecológico de quintais, alimentação saudável, plantas medicinais e remédios caseiros, como também sobre abordagens metodológicas de promoção da agricultura urbana. A outra visita foi da equipe técnica da AS-PTA a Cuba, onde pudemos conhecer as estratégias das organizações de agricultores e as políticas voltadas para a conversão agroecológica dos sistemas de produção e comercialização de alimentos através de programas públicos e diretamente aos consumidores. A visita teve foco nas iniciativas de promoção da agricultura urbana e peri-

¹⁸ Os vídeos são os seguintes: Sementes Urbanas, que mostra a diversidade de práticas; Reportagem sobre o II Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade; O Quintal da Dona Leda; Saúde Pela Natureza, sobre o trabalho com as plantas medicinais e os remédios caseiros; e Tecendo Redes, sobre as abordagens metodológicas de promoção da agricultura urbana.

urbana em Havana e em outras duas das províncias mais populosas do país, próximas à capital.

A equipe do Programa de Agricultura Urbana teve participação ativa na Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ). A entidade participa da coordenação política da AARJ, do grupo executivo, da coordenação operacional do projeto de identificação, sistematização e mapeamento de experiências em agroecologia, coordenado pela AARJ, e da animação da rede de experiências na região metropolitana do Rio de Janeiro. Ao longo de todo o ano, a realização de vários intercâmbios de experiências na região metropolitana permitiu uma aproximação maior da equipe do programa da AS-PTA com outras duas da região metropolitana, como os municípios de Seropédica, Nova Iguaçu e São Gonçalo. Foram feitas visitas coletivas a experiências na região metropolitana, em Coelho da Rocha; na Serra da Misericórdia, zona norte do Rio; em São Gonçalo; na Sala Saúde pela Natureza. Essas visitas associaram-se à realização, de 21 a 23 de novembro, do Encontro Metropolitano de Agroecologia, que reuniu, na UFRuralRJ, em Seropédica, mais de 300 pessoas, a maioria agricultores/as. No evento, foram debatidos temas relacionados ao desenvolvimento da agricultura urbana no estado do Rio de Janeiro, tanto a agricultura de quintais com a produção agrícola familiar peri-urbana. Em preparação ao evento foram identificadas experiências em agroecologia, e algumas foram sistematizadas para serem apresentadas em diferentes momentos. Foi elaborada e apresentada uma primeira aproximação ao “Mapa das expressões da agroecologia na região metropolitana” e um DVD de apresentação de experiências, focando na dimensão técnica da transição agroecológica. Esse encontro foi um marco da articulação de experiências em agroecologia na região metropolitana, e colocou o debate da agroecologia e da importância da articulação de experiências em outro patamar na região. Fruto da evolução positiva da AARJ, aparece de forma mais sistemática e desafiadora na pauta do programa de agricultura urbana da AS-PTA a questão da “agricultura peri-urbana”, bastante diferente da realidade da “agricultura intra-urbana”. Aí está toda a problemática dos assentamentos da reforma agrária na região metropolitana, da comercialização da produção e da aproximação entre produtores e consumidores, da pluriatividade da agricultura familiar, do impacto da especulação imobiliária, das grandes obras de infra-estrutura e de grandes indústrias nas áreas rurais dos municípios da região.

No plano estadual, a AARJ emerge em 2008 como ator político relevante para os grupos envolvidos com o debate da agroecologia no estado do Rio de Janeiro. A agricultura urbana aparece na pauta estadual das organizações sociais, e os grupos comunitários de promoção da agricultura urbana interagem mais com grupos rurais. O enfoque técnico e as abordagens metodológicas em que se apóia o programa de agricultura urbana da AS-PTA começam a constituir referência para grupos e entidades que atuam junto à agricultura familiar em outras regiões do estado do Rio de Janeiro.

IV. Programa de Desenvolvimento Metodológico

As ações do programa desenvolvidas no ano deram continuidade à estratégia delineada para o Trienal em torno aos seguintes eixos temáticos:

1. Monitoramento da transição agroecológica
2. Fortalecimento da ABA-Agroecologia e sistematização e intercâmbio de experiências sobre ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia
3. Apoio à construção de capacidades de organizações da sociedade civil no campo da sistematização de experiências

1. Monitoramento da transição agroecológica

Ainda no final de 2007, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, a AS-PTA elaborou e aprovou, junto ao CNPq, o projeto *Monitoramento participativo da transição agroecológica em territórios rurais de dois biomas brasileiros*. O objetivo do projeto é o de dar caráter mais sistemático às iniciativas que já vinham mobilizando a entidade nessa temática e proporcionar maior articulação entre os programas locais nesse campo. Em relação às ações anteriores, o projeto propõe uma inovação conceitual ao incorporar uma abordagem de análise do avanço das dinâmicas de inovação agroecológica no âmbito dos territórios nos quais os programas locais são desenvolvidos (monitoramento horizontal – no espaço) em complementaridade às avaliações que já vinham sendo realizadas no âmbito de unidades produtivas (monitoramento vertical – no tempo).

Em março, foi realizado um seminário inaugural do projeto com a participação de membros das equipes dos programas locais e de representantes de organizações parceiras (UFPE e Embrapa Monitoramento de Satélite). O evento proporcionou um nivelamento quanto às expectativas dos diferentes programas e parceiros e a definição de metodologias a serem empregadas na condução das atividades.

Para encaminhar os exercícios de monitoramento horizontal (território), a equipe do Programa do Contestado deu início a uma parceria com um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Passo Fundo-RS que possui larga experiência na estruturação de bancos de dados georeferenciados. Por intermédio dessa parceria, o Programa do Contestado está desenvolvendo um instrumento voltado à composição de mapas relacionados à incorporação de inovações agroecológicas nos diferentes municípios e comunidades de sua região de atuação. Ao final do ano, havia uma primeira versão dos bancos de dados elaborada. A finalização e a implementação do sistema pelo Programa está prevista para 2009. O programa local da Paraíba já possui uma experiência nesse sentido e, com o presente projeto, procurará qualificá-la, sobretudo no que se refere ao processo de gestão compartilhada do banco de dados com o Pólo Sindical da Borborema.

Na dimensão vertical (propriedades), foram definidas dez propriedades de referência em cada território. Nessas propriedades serão monitorados indicadores de desempenho econômico e de sustentabilidade ecológica. As propriedades monitoradas se encontram em diferentes estágios de transição agroecológica, o que permitirá a avaliação comparativa das mesmas e a geração de importantes informações para subsidiar as redes de agricultores-experimentadores estruturadas em ambas as regiões. Durante o ano, foram realizadas

atividades para o levantamento de dados e informações sobre esses sistemas de referência nas duas regiões.

A expectativa da AS-PTA com esse projeto voltado ao desenvolvimento de abordagem metodológica é a de compartilhar seus aprendizados com outras redes do campo agroecológico no Brasil e no exterior (ver mais detalhes sobre esse aspecto no tópico sobre sistema Agroecologia em Rede, Centro de Informação, neste relatório).

2. Fortalecimento da ABA-Agroecologia e sistematização e intercâmbio de experiências sobre ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia

A AS-PTA permaneceu no ano contribuindo para o fortalecimento do campo científico-acadêmico da Agroecologia no Brasil, reunido institucionalmente em torno da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia). Além de apoiar na concepção e a execução de estratégias metodológicas voltadas à articulação e ao fortalecimento desse campo, a AS-PTA vem exercendo papel importante na aproximação da ABA-Agroecologia com as organizações da sociedade civil articuladas na ANA, por meio do GT Construção do Conhecimento Agroecológico.

A nova diretoria da ABA-Agroecologia, eleita em novembro de 2007, conta com a participação de um dos coordenadores executivos da AS-PTA. A diretoria reuniu-se duas vezes no ano (abril e outubro) para definir sua estratégia de ação durante a gestão (2008-2009) e encaminhar ações práticas com vistas à articulação do campo. Entre os encaminhamentos, definiu-se pela realização de um seminário nacional sobre construção do conhecimento agroecológico em 2009, de forma integrada ao VI Congresso Brasileiro de Agroecologia (VI CBA) que ocorrerá em Novembro de 2009 em Curitiba-PR. Esse encaminhamento reiterou proposta tirada por ocasião do evento similar realizado por ocasião do V CBA.

Como o VI Congresso Brasileiro de Agroecologia será realizado de forma integrada ao II Congresso Latino-Americano de Agroecologia, definiu-se também pela proposta de articular a Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia (Socla) na iniciativa, de forma a que o seminário e o mapeamento tenham abrangência continental. Essa idéia foi consagrada no segundo semestre por intermédio de vários contatos e reuniões com membros da diretoria da Socla.

A proposta metodológica do seminário debatida e aprovada pelas diretorias da ABA e da Socla prevê a realização de processos prévios de sistematização de experiências sobre construção do conhecimento agroecológico focando atividades de pesquisa, ensino e extensão rural. Em grandes traços, o processo deverá seguir os procedimentos já adotados com sucesso por ocasião dos seminários sobre construção do conhecimento agroecológico realizados no II Encontro Nacional de Agroecologia (junho de 2006 - promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia) e no V Congresso Brasileiro de Agroecologia (novembro de 2007 - promovido pela ABA-Agroecologia).

Para viabilizar a preparação do seminário nacional, em particular a articulação com as organizações da sociedade civil integrantes à ANA, a AS-PTA propôs e organizou, em outubro, uma reunião entre a diretoria da ABA-Agroecologia e o GT-CA da ANA. Um dos encaminhamentos tirados nessa oportunidade foi o da constituição de comissões regionais responsáveis por organizar todo o processo de sistematização de experiências CCA e

realização de seminários regionais. A AS-PTA se responsabilizou por elaborar um termo de referência metodológico para orientar o processo e a ação das comissões regionais.

Outro encaminhamento tirado na mesma reunião foi o de propor à Socla e ao Movimento Latino-americano de Agroecologia (Maela) a realização de uma oficina conjunta por ocasião do Fórum Social Mundial (Belém, janeiro de 2009). Com a oficina se teria o objetivo de proporcionar o diálogo entre ANA e ABA-Agroecologia com entidades latino-americanas que representam, no âmbito continental, a sociedade civil e o meio científico-acadêmico com vistas à preparação para o VI CBA e o II Congresso Latino-americano de Agroecologia. A proposição de oficina foi aceita e a organização da mesma ficou sob responsabilidade da AS-PTA juntamente com o GTNA.

Outra ação de destaque no ano referiu-se à contribuição da entidade na elaboração do temário e da metodologia do congresso brasileiro e latino-americano de Agroecologia. Ao defender a proposição do tema da agricultura familiar e camponesa como eixo central do temário do congresso, a AS-PTA buscou assegurar que o evento seja orientado pelo debate sobre o papel desempenhado pelas instituições científico-acadêmicas nas correlações de força que definem os rumos do modelo de desenvolvimento rural. Ao mesmo tempo, esse tema é estimulador do engajamento de organizações da sociedade civil integrantes no movimento agroecológico no Brasil e na América Latina. Após o acolhimento dessa temática geral pelas diretorias da ABA-Agroecologia e da Socla, foram definidos sub-temas relacionados à promoção de uma agricultura familiar próspera e dinâmica como base socioambiental de modelos sustentáveis de desenvolvimento rural. Esses sub-temas deverão compor os eixos temáticos das grandes conferências nos congressos. Entre eles destacam-se: soberania e segurança alimentar; agrocombustíveis e crise energética; agricultura no contexto das mudanças climáticas.

Já como parte do processo de descentralização regional dos debates no campo científico-acadêmico proposto pela ABA, a AS-PTA participou e apoiou a coordenação do seminário cearense sobre construção do conhecimento agroecológico ocorrido de forma integrada ao I Congresso Cearense de Agroecologia (novembro, 2008). Participou também contribuindo com a palestra de encerramento do Congresso. Nessa mesma linha, a AS-PTA foi convidada a contribuir com os debates do I Encontro Rondoniense de Agroecologia (agosto) e do X Seminário Estadual de Agroecologia do Rio Grande do Sul (novembro).

3. Apoio à construção de capacidades de organizações da sociedade civil no campo da sistematização de experiências

Em julho de 2008, o Projeto Uma Terra e Duas Águas - P1+2 foi reiniciado, após o encerramento bem-sucedido de sua fase piloto em 2007. A AS-PTA foi convidada pela ASA-Brasil para seguir contribuindo na assessoria metodológica de três eventos interestaduais denominadas “Oficinas sobre abordagens metodológicas de construção do conhecimento e sistematização de experiências”. Com base nos aprendizados da fase experimental, essas oficinas refletiram sobre o papel dos agricultores-experimentadores na promoção de projetos de desenvolvimento local e sobre a prática da sistematização de experiências agroecológicas como meio para facilitação da comunicação entre agricultores-experimentadores. As oficinas ocorreram entre os meses de julho e agosto, tendo delas participado 70 pessoas de mais de 20 instituições de 9 estados do semiárido brasileiro.

As oficinas configuraram-se como momentos únicos para reflexão sobre os fundamentos do método de construção do conhecimento agroecológico, em particular o papel a ser desempenhado pelas assessorias em sua interação com as comunidades na promoção da Agroecologia. Com a perspectiva de refletir a partir das práticas reais das organizações nesse campo, muitas instituições de assessoria colocaram suas próprias estratégias de intervenção em crítica, o que possibilitou momentos interessantes de auto-análise visando o aprimoramento das abordagens metodológicas adotadas nos programas de desenvolvimento local.

Além das oficinas interestaduais foram realizados encontros em 6 estados. Outros 4 eventos estão agendados para o início de 2009. O princípio do processo de capacitação é o da descentralização das discussões relacionadas à sistematização de experiências e suas funções nas redes de inovação agroecológica em todos os estados do semiárido, aumentando o número de instituições e profissionais envolvidos no processo. Até o presente, mais de 150 pessoas já participaram desses eventos estaduais, envolvendo mais de 40 instituições. Durante as atividades práticas de capacitação foram sistematizadas 30 experiências.

O programa P1+2 tem como meta sistematizar mais de 130 experiências até meados de 2009. Essas sistematizações são destinadas a facilitar intercâmbios entre agricultores/as que, segundo as metas do programa, envolverão mais de 2.300 pessoas de todo o semiárido brasileiro. Ainda para 2009 se está programando um grande encontro de agricultores-experimentadores do semiárido.

Ainda no âmbito do P1+2, a AS-PTA se responsabilizou por construir uma proposta metodológica para as *Oficinas estaduais sobre Gestão da Água para produção de alimentos*. Para desenvolver essa proposta, a AS-PTA realizou uma oficina piloto na Paraíba para testar uma pedagogia capaz de permitir a compreensão do manejo dos recursos hídricos nas propriedades, de estudar formas de otimização da água, de avaliar o papel das inovações no aprimoramento da produção de alimentos e de discutir princípios e práticas de produção agroecológica. Para documentar as experiências sobre gestão dos recursos hídricos foram produzidos boletins e elaborados mapas das propriedades.

Outra iniciativa na qual a AS-PTA participou, esteve relacionada à sistematização de experiências no campo das relações sociais de gênero no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia. A AS-PTA propôs um enfoque metodológico para que os debates sobre o tema fossem realizados a partir da sistematização de experiências concretas, permitindo assim o vínculo das reflexões teóricas já acumuladas sobre a questão com as práticas sociais efetivamente vivenciadas nas organizações, comunidades e famílias rurais. Para levar à frente essa proposta foi realizada, em março, a “Oficina de Intercâmbio e Sistematização de Experiências de Mulheres na Agroecologia” promovida pelo Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – GT-Mulheres da ANA. A partir dessa Oficina, foi desencadeado um processo descentralizado de sistematização que culminou num segundo evento, realizado no início do mês de dezembro, para apresentação das experiências. Para 2009, será elaborada uma publicação com os resultados dessas sistematizações. Ainda como encaminhamento, as experiências sistematizadas serão cadastradas no sistema Agroecologia em Rede.

Em junho, foi realizada uma oficina para discussão sobre o papel sistematização de experiências, o enfoque metodológico utilizado pela AS-PTA, tipos de sistematização e

formas de uso com um grupo de 20 moçambicanos membros de ONGs parceiras do EED. O tema das metodologias de sistematização de experiências foi identificado como um ponto de interesse para futuras interações com organizações aprofundamento de relações.

V. Programa de Políticas Públicas

1. Observações gerais

O Programa de Políticas Públicas esteve envolvido, no ano de 2008, com algumas novas temáticas que adquiriram importância inesperada. Em particular foi significativo o esforço para formular uma análise das políticas de promoção dos chamados agro(bio)combustíveis. De modo geral, a avaliação do ano que passou é bastante relativa, no sentido da consecução dos objetivos que a AS-PTA e a ANA se colocaram já desde o II Encontro Nacional de Agroecologia. Estamos muito mais em uma posição de resistir aos avanços das políticas favoráveis ao agronegócio do que em avançar em políticas de apoio à transição agroecológica. O governo Lula vai assumindo uma postura cada vez mais explicitamente favorável ao agronegócio ou, pelo menos, evidenciando incapacidade para resistir a suas pressões. A saída da Ministra Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente, em que pesem as bravatas de seu sucessor, representou uma enorme fragilização da posição dos ambientalistas, em geral, e dos promotores da agroecologia, em particular. Já a manutenção do ex-secretário geral do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, no posto de Ministro no lugar de Miguel Rosseto sinalizou o esvaziamento do ministério e o enfraquecimento das propostas agroecológicas na Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). O MDA criou, no período, o chamado PRONAF Mais Alimentos, que pretende ser uma resposta à crise alimentar expressa pelo forte aumento dos preços dos produtos básicos. O Mais Alimentos propôs uma resposta equivocada à crise, favorecendo o financiamento de equipamentos para a agricultura familiar, como se isso fosse ter efeitos no aumento da produção. A crise não tinha raízes nos custos da mão de obra, mas nos custos dos insumos dependentes dos preços do petróleo e no atrelamento dos preços nacionais à inserção crescente do Brasil no mercado global. Financiar equipamentos favoreceu os agricultores familiares mais ricos e mais inseridos no modelo chamado de “agronegócinho” e levou a um fortíssimo endividamento dos mesmos. As críticas da ANA e dos movimentos sociais do campo a esta política levaram a uma reação agressiva dos responsáveis do MDA, dificultando um relacionamento já tenso e à marginalização do Comitê de Agroecologia do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar (CONDRAF) e do setor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) mais vinculado à problemática da agroecologia.

2. Crédito para a transição agroecológica

Para além da equivocada ênfase colocada nos financiamentos de equipamentos através do Programa Mais Alimentos e que só serviu para aquecer a demanda de tratores de médio porte por parte do setor mais rico da agricultura familiar, o que se viu no ano que passou foi o recuo do volume de recursos e do número de tomadores de crédito nas regiões mais carentes, o norte e o nordeste. Isto se deu em função da crescente inadimplência dos agricultores familiares dessas regiões devido à orientação dos recursos para o uso de insumos químicos e sementes melhoradas pelas empresas, em detrimento do uso das técnicas da agroecologia e das sementes crioulas. O MDA repetiu a operação de

distribuição de sementes convencionais de milho e de feijão na região nordeste, apesar das fortes críticas da ANA aos seus impactos negativos na sustentabilidade da agricultura familiar. Mesmo na região sul, a inadimplência cresceu muito, apesar dos gastos do governo com seguro agrícola, uma forma de cobrir os riscos da insustentabilidade do modelo agroquímico que vem sendo promovido com a expansão do crédito.

A plenária do Condraf aprovou, por proposta dos representantes vinculados à ANA (AS-PTA, Contag, Fetraf e Unicafe) bem como do Comitê de Agroecologia do CONDRAF, a participação da sociedade civil na elaboração do Plano de Safra 2009/2010. As entidades da ANA se prepararam para negociar modalidades de crédito e de assistência técnica mais adequadas para a transição agroecológica, mas não houve, até o final do ano de 2008, a abertura de negociações nesse sentido por parte do MDA.

Contando com o subsídio de pesquisas realizadas pela AS-PTA em 2007, chegou a ser elaborado e aprovado pelo PDA/MMA um programa em rede para formular políticas de crédito para a agroecologia, mas a mudança de orientação do ministério paralisou este programa (PDA) até o fim de 2008 e isto dificultará uma eventual negociação do Plano de Safra no início de 2009, pois o *timing* do programa em rede da ANA apoiado pelo PDA não combina com o da formulação do Plano.

3. Apoio ao desenvolvimento local e marco legal das ONGs

Os recursos de origem governamental (ATER) foram, de longe, os mais importantes no apoio aos projetos de desenvolvimento local promovidos pelas ONGs no período 2003 a 2006. A partir de 2007 e, sobretudo, em 2008, essa fonte secou quase totalmente devido aos problemas cada vez mais críticos provocados pelas normas draconianas e inadequadas de execução programática e orçamentária dos convênios que foram sendo adotadas pelo MDA, MMA e MDS. Muitas entidades da ANA encontram-se hoje em situação falimentar e quase todas elas deixaram de acessar tais recursos. O efeito sobre a ação de promoção do desenvolvimento agroecológico foram radicais, com redução de atividades e, mesmo, fechamento de programas.

A AS-PTA e as entidades da ANA empenharam esforços na participação em um grupo de discussão e iniciativa sobre o Marco Legal das ONGs, conseguindo por duas vezes suspender a promulgação pelo governo de normativas que viriam a comprometer a capacidade de acesso das ONGs e movimentos aos recursos públicos para o desenvolvimento. As negociações intermináveis com uma comissão do governo envolvendo os ministérios do Planejamento, da Fazenda e a Advocacia Geral da União permitiram identificar quatro artigos que travavam de forma absoluta o acesso aos recursos do governo e logrou-se aprovar formulações mais adequadas. No entanto, a questão fundamental das condições de remuneração com recursos públicos das equipes permanentes das ONGs envolvidas na execução dos convênios não ficou resolvida. No entendimento da comissão do governo estes pagamentos estão permitidos pelo Marco Legal, não sendo necessário criar um artigo específico que os autorize. Já os ministérios que assinam acordos e convênios de financiamento da sociedade civil não aceitam fazer os pagamentos se não houver uma afirmação explícita de sua legalidade nas normativas governamentais. A comissão, em reunião organizada pelo grupo da sociedade civil que a pôs em confronto com responsáveis do MMA, MDA, MDS e CONAB decidiu pela elaboração de uma Nota Técnica explicitando a possibilidade do pagamento do pessoal permanente, mas a mesma, até o final de 2008, não tinha sido editada.

O grupo de organizações da sociedade civil (ver relatório 2007) para discussão do Marco Legal decidiu que o impasse só poderia ser resolvido pelo próprio presidente Lula e pediu uma audiência com o mesmo após discussão com o Ministro Dulci, que ficou de agendá-la para o início de 2009. O grupo também discutiu a necessidade de um novo Marco Legal específico para as entidades sem fins lucrativos que as retirassem do marco definido no Decreto 167 que trata de todas as transferências de recursos públicos, seja para empresas privadas ou entes públicos não federais. O grupo procurou melhorar as condições impostas pelo Marco Legal vigente para ganhar tempo na formulação e negociação de novo Marco Legal adequado às características institucionais das organizações sociais.

4. Agrocombustíveis

A reunião de Coordenação Nacional da ANA, em fevereiro deste ano, deu início a uma discussão coletiva sobre o tema dos agro (ou bio) combustíveis. A AS-PTA elaborou no período duas contribuições ao debate, que serão publicadas no início de 2010 em São Paulo e em Salvador. A primeira põe a ênfase na questão dos impactos ambientais e a segunda tem foco principal na segurança alimentar. Os textos serviram de base para os debates da comissão de agro-combustíveis criada pela ANA, que também buscou mapear as experiências de produção de agrocombustíveis dentro de uma perspectiva agroecológica em distintas regiões do país. A questão ainda está pouco amadurecida e bastante controversa entre os parceiros da ANA, faltando ainda aprofundamento coletivo para chegarmos a um consenso que nos permita negociar políticas com o governo. Enquanto isso, a Petrobrás convidou a AS-PTA para participar de uma consultoria com vistas à formulação de um modelo de produção agroecológica de matéria prima para a produção de biodiesel nas usinas da empresa na região nordeste. A AS-PTA respondeu mostrando as dificuldades de se chegar a uma boa solução, devido às exageradas dimensões das unidades transformadoras da Petrobrás, que tendem a induzir monoculturas no seu raio de influência. As negociações estão em compasso de espera no momento.

5. Internalização do enfoque agroecológico na Embrapa

No início do ano, foi divulgada a notícia da não aprovação do Projeto Transição Agroecológica pelo órgão interno à Embrapa responsável pelo julgamento de projetos. Esse projeto foi concebido por um amplo grupo de pesquisadores da Embrapa com a participação de várias organizações da ANA, a AS-PTA entre elas, como um dos principais desdobramentos da política de internalização do enfoque agroecológico na empresa, um compromisso assumido pela atual direção com a sociedade civil. Destinava-se à constituição de uma rede voltada à articulação de pesquisadores de mais de 30 unidades da Embrapa que atuam com a pesquisa agroecológica e desses com organizações da sociedade civil em suas respectivas regiões de atuação.

Diante da negativa ao projeto, e após três anos de expectativa com a implantação de ações concretas voltadas à reforçar a pesquisa agroecológica na Embrapa, a AS-PTA tomou a iniciativa de elaborar um ofício dirigido à presidência da empresa com a solicitação de audiência para tratar do assunto. O ofício foi subscrito pelos principais movimentos e redes que compõem a ANA e a audiência foi concedida e realizada no mês de março. Da audiência resultaram a decisão pela reapresentação do projeto e a constituição de um Fórum Permanente de Agroecologia na Embrapa, espaço destinado à interlocução da empresa estatal com a sociedade civil. Ao ser reapresentado, o projeto foi aprovado no

segundo semestre de 2008, com a previsão de início em janeiro de 2009. O Fórum foi oficialmente constituído, sendo composto por três membros da Embrapa e três membros da sociedade civil, sendo um representante da ANA (aí representada por membro da AS-PTA), um representante da ABA-Agroecologia e um representante da Via Campesina.

O Fórum se reuniu em duas oportunidades em 2008, tendo elaborado um conjunto de proposições para que o enfoque agroecológico seja incorporado às políticas e projetos da Embrapa. Essas proposições foram apresentadas inicialmente à diretoria da Embrapa e, em seguida, aos chefes das 41 unidades da empresa. Dentre elas destacam-se: a incorporação de linhas de pesquisa em Agroecologia no plano quadrienal de todas as unidades (tem-se notícia que 39 unidades incorporaram, pelo menos, uma ação na linha); a contratação de pesquisadores com experiência em Agroecologia; a instituição de processo permanente de capacitação em Agroecologia para pesquisadores da Embrapa e a abertura de editais de estímulo projetos de pesquisa em Agroecologia.

6. Campanha “Por Um Brasil Livre de Transgênicos”

Breve retrospecto sobre a origem e os impactos do monitoramento da CTNBio

A aprovação da Lei de Biossegurança, em 2005, foi comemorada por ruralistas e pelas empresas de biotecnologia e fortemente criticada pela sociedade civil. O principal ponto de disputa do novo regulamento foi a definição de poderes da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio. Assim, uma vez definido pela nova lei que caberia à CTNBio decidir sobre as liberações de organismos transgênicos, a AS-PTA e organizações parceiras ligadas à Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos definiram monitorar seu funcionamento como estratégia de luta em defesa da agrobiodiversidade.

O primeiro ano de monitoramento foi muito bem sucedido. As empresas viram frustrarem-se seus planos de aceleração das liberações de transgênicos. As ações de monitoramento da CTNBio exploraram as pequenas vitórias que a Campanha e os parlamentares e ministérios alinhados com o princípio da precaução obtiveram na formulação da lei de biossegurança, como, por exemplo, a indicação de representantes da sociedade civil para a CTNBio. Também lutou-se para a aplicação do princípio constitucional da publicidade dos atos da administração pública.

O Ministério Público Federal, que fiscaliza o cumprimento das leis e eventuais abusos ou omissões por parte do Poder Público, passou a acompanhar todas as reuniões da CTNBio. A iniciativa foi duramente criticada pelo presidente da Comissão com apoio de vários outros membros. Nenhum organismo transgênico foi liberado em 2006. Com o apoio do Ministério Público, conseguimos, em 2007, abrir as reuniões da CTNBio, que até então eram restritas aos membros. Em busca de aumentar a transparência do colegiado, ajuizamos ação civil pública vitoriosa, que obrigou a CTNBio a realizar audiências públicas antes da deliberação sobre liberações comerciais de transgênicos. O governo tentou reverter judicialmente a situação, mas não obteve sucesso.

O ataque da grande imprensa foi virulento. A título de ilustração, citamos o caso do jornal *O Estado de São Paulo*, de circulação nacional, que em seis meses reservou cinco de seus editoriais para atacar ferozmente a "paralisia" da CTNBio que resulta de uma "caça às bruxas" promovida por um grupo de "ecoxiitas" e "obscurantistas" "pesquisadores de segunda linha" que lá estão só para atrapalhar – referindo-se aos pesquisadores indicados

pela sociedade civil. Nessa linha, a presença do Ministério Público foi taxada de "intervenção branca". Como resultado, o impacto das ações de monitoramento da CTNBio cumpriu o papel de centralizar e animar o debate público sobre a polêmica a respeito dos transgênicos.

A resposta do governo não tardou. Na primeira oportunidade que teve, patrocinou a modificação da lei para quebrar a resistência criada pela sociedade civil e facilitar o processo de aprovação de transgênicos. O presidente da República recebeu uma carta assinada por mais de 80 redes e organizações da sociedade civil e 90 parlamentares pedindo que fosse vetada a redução do número de votos necessários para liberações comerciais de transgênicos. O apelo não surtiu efeito. Com a sanção do presidente, a CTNBio passou a precisar de apenas 14 votos entre 27 para liberar transgênicos.

Logo em seguida, uma primeira variedade de milho transgênico foi liberada. Suspendemos na Justiça a decisão e com isso, o ano de 2007 também não viu nenhuma liberação ser concretizada. AS-PTA, Greenpeace, IDEC, Terra de Direitos e Via Campesina divulgaram uma nota com balanço do funcionamento da CTNBio em 2007, afirmando que a Justiça e o Ministério Público Federal reconheceram seus desvios e atuaram para corrigi-los¹⁹.

O ano de 2008 começa com um revés na lide judiciária. A Advocacia Geral da União consegue suspender os efeitos da liminar, revalidando a liberação do milho transgênico. Na sequência, o governo convocou os onze ministros de Estado que compõem o Conselho Nacional de Biossegurança e não só ratificou a decisão da CTNBio frente aos recursos interpostos pelos órgãos federais de Saúde e de Meio Ambiente, como também reafirmou politicamente a CTNBio como instância decisória em termos de liberação de organismos transgênicos. Diante de mais essa sinalização, e com o quórum reduzido para liberações comerciais, a CTNBio inaugurou uma nova fase em que começa a aprovar a liberação comercial de sementes transgênicas.

Dessa forma, fica evidente que foram necessárias movimentações políticas significativas do governo para que os efeitos do monitoramento da CTNBio pudessem ser superados. Esse apoio governamental à liberação dos transgênicos coaduna-se com sua opção político-ideológica pelo modelo do agronegócio, a mesma responsável pela paralisação do processo de reforma agrária no País.

O monitoramento da CTNBio teve papel de destaque nas estratégias da Campanha nos últimos três anos. Além disso, outras frentes de incidência sobre o tema foram mantidas no período.

Congresso Nacional

A AS-PTA, junto com entidades parceiras, vem acompanhando a tramitação de alguns projetos de lei que podem alterar, para pior, a Lei de Biossegurança. Um deles visa a liberar o uso das plantas terminator (Genetic Use Restriction Technology – GURTs) e outro pretende reduzir o alcance da rotulagem de produtos e derivados de transgênicos. Em momentos importantes em que essas propostas foram debatidas no Congresso Nacional, foram produzidos materiais, passadas informações para a imprensa e diretamente aos parlamentares. O projeto das sementes terminator sofreu uma derrota importante e segue

¹⁹ Nota disponível em: <http://www.aspta.org.br/por-um-brasil-livre-de-transgenicos/campanhas/justica-e-mpf-foram-centrais-para-corrigir-desvios-da-ctnbio-em-2007>

tramitando com pouca força²⁰. O tema da rotulagem mobiliza o público em geral e, com a divulgação que foi feita, também está em ritmo lento²¹. Também promovemos uma audiência pública para debater o problema da contaminação. Na ocasião, agricultores orgânicos expuseram aos parlamentares os prejuízos sofridos.

Protocolo de Cartagena

Em maio, na cidade de Bonn, na Alemanha, foi realizado o 4º Encontro das Partes do Protocolo de Cartagena de Biossegurança da Convenção da Diversidade Biológica da ONU. Assim como nas edições anteriores da COP-MOP, participamos do processo nacional de definição de posições do Brasil. Durante a COP-MOP 4, a AS-PTA e as entidades da Campanha lá presentes protagonizaram evento inédito na história do Protocolo, que foi a apresentação de uma denúncia contra um Estado. Em nossa argumentação, juntamos documentos mostrando que o Brasil não cumpre com suas obrigações como parte do tratado. O documento foi entregue a um integrante do Comitê de Cumprimento do Protocolo em reunião convocada pelas entidades da Campanha que estavam em Bonn e foi tornado público por meio de uma intervenção feita em plenário²². A denúncia será ponto e pauta da próxima reunião do Comitê de Cumprimento e sua divulgação pressionou o Brasil a rever suas posições pouco conciliadoras. Contando com o apoio do EED, o acompanhamento das negociações do Protocolo, bem como as atividades realizadas em Bonn, foram potencializadas pelas parcerias que a AS-PTA tem com entidades da África, América Latina, Ásia e Europa que militam no tema. O principal tema atualmente em discussão no âmbito do Protocolo diz respeito à definição de um regime de responsabilidade e compensação por danos causados pelos organismos transgênicos.

Biovigilância

A AS-PTA comprou e distribuiu testes de detecção rápida de transgênicos em seus programas locais e para outras organizações parceiras que trabalham com sementes crioulas. A aplicação dos testes vem se dando de forma integrada aos trabalhos de resgate e multiplicação de sementes crioulas, sobretudo de milho. A avaliação feita pelas organizações que estão usando os *kits* é que se trata de uma importante fórmula para os agricultores terem em mãos uma ferramenta concreta para monitorar a contaminação por transgênicos. O uso dos *kits* tem servido de mote para aprofundar o debate sobre transgênicos com os agricultores. Ao mesmo tempo, o monitoramento da contaminação pode gerar dados para uma ação judicial exemplificativa em busca de compensação por danos. Nossa expectativa é que o conhecimento adquirido com essas atividades-piloto possam subsidiar negociações sobre a formulação de políticas para a biossegurança e para a proteção da agrobiodiversidade e do direito dos agricultores.

Monitoramento da CTNBio

Como visto anteriormente, o governo agiu de forma decidida a abrir o País para as sementes transgênicas e para isso não teve o menor pudor de permitir o atropelo de regras

²⁰ A carta divulgada está em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=5178>

²¹ A AS-PTA fez feita uma campanha de envio de mensagens eletrônicas à senadora autora do projeto de lei. Ver: <http://www.aspta.org.br/por-um-brasil-livre-de-transgenicos/boletim/boletim-395-30-de-maio-de-2008>

²² Ver: <http://www.aspta.org.br/por-um-brasil-livre-de-transgenicos/protocolo-de-cartagena/declaracao-feita-na-sessao-plenaria-final-da-mop-4/>

de biossegurança, de avaliações cientificamente fundamentadas e de procedimentos de precaução.

Nesse contexto, é evidente que reduzem-se os impactos das ações de monitoramento da CTNBio, o que não significa que ele tenha deixado de ocorrer ou que tenha perdido sua importância. Mensalmente, a AS-PTA e entidades parceiras reúnem-se com pesquisadores que integram a Comissão e com apoiadores. Esses encontros servem para planejar o trabalho na Comissão e também para debater o conteúdo de cada um dos processos a serem julgados.

A presença de um grupo crítico e articulado na CTNBio permitiu vitórias que podem ser chamadas de mais duradouras. Como exemplo, cita-se a formulação e aprovação de regras mais criteriosas para a avaliação de liberações comerciais e planejadas (experimentos) e as regras para isolamento de experimentos com eucalipto transgênico. Como manda a lei, essas normas devem ser colocadas em consulta pública antes de serem publicadas. Nessas ocasiões, a AS-PTA enviou sugestões e logrou incluir mais algumas mudanças nas regras internas da Comissão. Sem o trabalho do monitoramento, essas normas teriam saído bem menos rigorosas.

Desde o início das atividades do monitoramento, o grupo de representantes da sociedade civil passou por alterações em sua composição. O rodízio tem se mostrado bastante positivo uma vez que permite ampliar o número de pesquisadores e professores universitários que vivenciam o processo da CTNBio e participam ativamente da polêmica. Esse aprendizado e toda a controvérsia que ele encerra é levado para as salas de aulas, eventos e debates, ampliando a conscientização sobre o tema.

O Núcleo de Estudos sobre Agricultura e Desenvolvimento (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, vem trabalhando para consolidar uma rede de pesquisadores - articulados a partir da dinâmica de monitoramento da CTNBio - com foco nos temas da biossegurança e da agrobiodiversidade. Além deste, também podemos considerar um "produto indireto" do monitoramento o fato de a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil e a Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal terem eleito a questão dos transgênicos como o tema de suas mobilizações nacionais, tendo como foco a CTNBio. A campanha dos estudantes produziu uma cartilha de formação (a partir de materiais produzidos pela AS-PTA) e um cartaz com as fotos dos principais defensores dos transgênicos na CTNBio. Muitos desses são professores universitários, e a campanha vem se irradiando por várias universidades do País. Dessa forma, os membros pró-transgênicos vêm recebendo pressão "doméstica" de seus alunos e questionamentos em salas de aula. Assim, o estudante sensibilizado pela campanha ajuda a levar o tema a seus colegas. Para o movimento estudantil, discutir CTNBio e transgênicos também vem servindo como porta de entrada para aprofundar entre os estudantes o debate sobre modelos para o campo e seu papel enquanto futuros profissionais da área. O lançamento da campanha nas universidades foi feito por meio da realização de debates.

Um último, mas nem por isso menos importante, ponto a ser destacado em relação aos impactos do monitoramento diz respeito a seu papel na tramitação das ações judiciais movidas pela Campanha (discutidas no próximo item). Nossa experiência tem mostrado que é quase nula a probabilidade de um juiz questionar, anular ou suspender uma decisão da CTNBio em função da análise de seu mérito - por mais evidente que seja sua falta de fundamentação científica. Nessas circunstâncias, tem mais peso o rótulo de autoridade de

"doutor integrante de uma comissão técnica". Sendo assim, há duas formas de obter ganho de causa na Justiça: argüindo falhas administrativas ou comprovando danos resultantes das decisões por ela tomadas.

Considerando que a maioria de nossas ações ainda não transitou em julgado, entre elas a ação civil pública que pede a suspensão da liberação do milho, o monitoramento cumpre o papel de coleta *in loco* de informação e de subsídios para as ações. Por se tratar de uma comissão pública, todas as reuniões são gravadas e posteriormente transcritas. Suas atas são publicadas. Nesses relatos estão registrados os questionamentos e contradições apontados pelos representantes da sociedade civil, bem como as decisões finais. Além disso, pelo fato de as reuniões serem abertas, esses momentos podem ser presenciados por representantes da Campanha. Finalmente, sem a participação e o monitoramento não seria possível gerar nem ter acesso a informações que podem produzir fatos novos importantes para orientar uma sentença judicial.

No caso da comprovação de dano ao agricultor que teve sua produção ou sementes contaminadas, nossa expectativa é que ações locais de biovigilância gerem fatos novos que possam fundamentar as ações.

Eixo político-jurídico

No campo jurídico, as ações da Campanha iniciaram-se com o processo que embargou a liberação da soja transgênica em 1998 e produziu uma moratória de efeito prático no País, ao condicionar a liberação de transgênicos à realização de estudo prévio de impacto ambiental. Face a um contexto repleto de ilegalidades visando à liberação de OGMs no país, diversas outras ações judiciais têm sido propostas por organizações da Campanha e pelo Ministério Público para proteger o meio ambiente, a saúde da população, os direitos dos trabalhadores rurais, a Agricultura Familiar e comunidades tradicionais, os direitos dos consumidores e impedir a apropriação privada dos recursos naturais. Numa conjuntura em que o marco regulatório estabelecido apresenta carências e sérios riscos aos direitos da população, as ações da Campanha no sentido de afirmar os direitos dos agricultores, das comunidades tradicionais e dos consumidores, bem como a defesa do patrimônio ambiental ganham relevância estratégica ainda maior.

O trabalho de monitoramento se desdobra em uma série de atividades, tais como envio de cartas à Comissão solicitando informações, providências e cópias de processos de liberação comercial de OGM, audiências públicas, representações ao Ministério Público e ações judiciais.

Aspectos operacionais

A Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos pode ser entendida como uma grande rede que abrange as organizações, movimentos e pessoas que se identificam e atuam nessa causa. Na prática, como rede promotora de ações articuladas e com base em uma estratégia definida, ela é operada por um conjunto bastante reduzido de organizações. Atualmente AS-PTA, Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e Terra de Direitos coordenam a Campanha. A fonte de recursos que cobre as despesas operacionais e de pessoal das três entidades provem de projeto de cooperação da AS-PTA com a entidade holandesa Oxfam-Novib. Além dessa fonte há o projeto de parceria com a War on Want.

Outros recursos eventuais são aportados para atividades específicas, mas não ajudam a manter a Campanha.

O Greenpeace Brasil tem iniciativas próprias sobre o tema e atua há anos em parceria bastante próxima com a Campanha. O mesmo pode-se dizer dos movimentos da Via Campesina.

A produção de informações, as chamadas para mobilização e a proposição e monitoramento das ações judiciais dependem atualmente desse núcleo de três entidades.

Considerações finais

Todas as pesquisas de opinião realizadas recentemente revelaram índices elevados, crescentes e recordes de aprovação do governo Lula. Pesam decisivamente para esses resultados os programas de transferência direta de renda, como o Bolsa Família, e a estabilidade econômica, atingida pelo Real forte e pela manutenção do superávit primário resultante da exportação de *commodities*. O grosso da população comemora o fato de agora poder consumir mais – ainda que tomando crédito a juros elevados.

Essas informações são importantes para analisarmos o porquê do descenso das mobilizações de massa e porque as manifestações da sociedade organizada não têm afetado politicamente nem o governo, nem o Estado brasileiro de forma geral. Esse efeito vale não só para o caso dos transgênicos, como também para a paralisação da Reforma Agrária, para a retomada das usinas nucleares, para o apoio às monoculturas de agrocombustíveis, para exportação e para o licenciamento de grandes hidrelétricas - para ficar só em grandes temas da agenda socioambiental. Apenas o desmatamento da Amazônia tende a mobilizar o governo, ainda que em função da repercussão externa negativa que gera a destruição do bioma. Mesmo assim, o meio ambiente acaba levando a pior no tensionamento com o projeto do agronegócio de ocupar parcelas cada vez maiores do território nacional.

Ou seja, se o cenário político está desfavorável para a luta dos transgênicos, está igual ou pior para as demais lutas socioambientais. Mas nem por isso as entidades e movimentos estão deixando de atuar ou estão abandonando suas agendas. Assim como em outras batalhas socioambientais, o caso dos transgênicos no Brasil tem uma história construída ao longo dos dez últimos anos com importantes acúmulos e conquistas. E como a atual conjuntura política não é eterna, em especial a permanência de Lula na presidência, cabe às organizações da sociedade civil seguir atuando criticamente, informando a população e construindo alternativas.

De volta ao caso dos transgênicos, resta dizer que os poderes da CTNBio não estão consolidados. O Procurador-geral da República ingressou com ação direta de inconstitucionalidade questionando exatamente as atribuições dadas à CTNBio pela lei 11.105/05. Também vale destacar que os órgãos federais de saúde (Anvisa) e meio ambiente (Ibama) mostraram-se atentos e já exploraram possibilidades previstas em lei de questionarem as liberações de transgênicos.

A implementação da rotulagem de alimentos é muito recente no Brasil, por mais que o regulamento seja de 2004. A presença de produtos rotulados como transgênicos nos supermercados traz novas oportunidades de ações de conscientização com os consumidores. Além disso, começam a aparecer nos jornais matérias explorando o fato de

não estarem sendo cumpridas as promessas da indústria da biotecnologia²³. Recentemente, algumas matérias começaram a relatar retração no cultivo de transgênicos no Brasil uma vez que os produtores não estão mais encontrando vantagens no uso da tecnologia²⁴. E outras apontam desinteresse dos produtores em relação às novas variedades liberadas pela CTNBio²⁵.

Nessa mesma direção, e de olho no mercado europeu, grandes empresas brasileiras se uniram para formar uma organização de produtores e exportadores de soja não-transgênica, a ABRANGE – Associação Brasileira dos Produtores de Grãos Não-Transgênicos²⁶.

Por tudo isso, e considerando que não haverá efetivação dos direitos dos agricultores ao livre uso da agrobiodiversidade com a contaminação transgênica generalizada, avaliamos que é de grande importância a continuidade do trabalho aqui apresentado.

Adendo

1. A página web da AS-PTA recebeu em média nos últimos seis meses 10 mil visitas por mês.

2. O Boletim Brasil Livre de Transgênicos é distribuído uma vez por semana diretamente para uma lista com cerca de 8 mil membros e está em sua edição número 413. Além disso, ele é reproduzido sistematicamente pela lista da Rede América Latina Livre de Transgênicos e pela Lista da Secretaria Geral do MST. As informações e análises nele divulgadas alimentam órgãos oficiais e privados de imprensa e outros sites e blogs institucionais ou pessoais.

3. O Boletim GM-Free Brazil Update é distribuído diretamente para cerca de 2 mil pessoas e redistribuído pela lista da ONG inglesa GM Watch.

VI. Centro de Informação

O Centro de Informações deu sequência às ações orientadas à manutenção do projeto editorial da revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*, do sistema Agroecologia em Rede e do site institucional.

1. Revista Agriculturas

Foram publicadas no ano quatro edições da *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, segundo os temas e datas apresentadas no quadro abaixo.

Tema, mês de publicação e numeração das revistas

²³ Ver, por exemplo, **Promessas que não foram cumpridas**. Gazeta mercantil, 27/08/2008, comentada no Boletim 408: <http://www.aspta.org.br/por-um-brasil-livre-de-transgenicos/boletim/numero-408-29-de-agosto-de-2008>

²⁴ Ver, por exemplo, **OGM perde espaço em MT**. Diário de Cuiabá, 28/09/2008; e **Área com soja transgênica deve chegar a 58% do total**. Valor Econômico, 08/09/2008.

²⁵ Ver, por exemplo, **Novo transgênico não anima produtores em MT**. Diário de Cuiabá, 25/08/2008

²⁶ **Transgenia cria novo nicho para atuação das empresas**. Gazeta Mercantil, 10/09/2008.

Tema da revista	Mês de publicação	Numeração
Manejo de organismos espontâneos na agricultura	<u>Maio</u>	<u>V. 5, N. 1</u>
Equidade e Soberania nos Mercados	Julho	V. 5, N. 2
Manejo sadio dos solos	Setembro	V. 5, N. 3
Superando a pobreza rural	Dezembro	V. 5, N. 4

Verificou-se no ano um incremento de 29,5% do número de assinantes. Ao final de 2007 a base de assinantes contava com 3.228 registros e, no final de 2008, esse número cresceu para 4.181. Do total de assinaturas, 75,2% (3.144) são individuais, sendo 38% (1.198) de mulheres e 62% (1.946) de homens. O aumento do número de assinaturas no ano manteve o mesmo balanço proporcional entre homens e mulheres registrado no final de ano 2007.

Dois edições publicadas no ano tiveram suas tiragens aumentadas em mil exemplares por conta de parcerias realizadas com esse fim. A primeira foi a edição V.5, N.2, que contou com a parceria da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os exemplares adicionais foram enviados pela Conab para organizações econômicas da agricultura familiar, ONGs e órgãos governamentais que conduzem projetos vinculados ao Programa Aquisição de Alimentos (PAA). A segunda foi a edição V.5, N.4, cuja tiragem foi aumentada por conta da parceria estabelecida com o Projeto Dom Helder Câmara – um acordo de empréstimo entre o Governo Brasileiro/Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário/FIDA. Os exemplares extra foram distribuídos nas redes de articulação e atuação do Projeto na região Nordeste do Brasil.

A página eletrônica da revista permaneceu sendo alimentada com a publicação em formato eletrônico das edições. Verificou-se no curso do ano um aumento contínuo do número de visitantes únicos à página.

Desde 2007, a AS-PTA vem realizando um esforço sistemático para monitorar o impacto das revistas, ou seja, a sua contribuição à construção do campo agroecológico brasileiro. Ainda no primeiro semestre de 2007, foi realizada uma pesquisa de opinião com os assinantes da revista (ver relatório 2007). Como um dos resultados dessa pesquisa, constatou-se que 20% dos assinantes haviam feito pelo menos um contato com os autores dos artigos. Para melhor compreender essa interação, em 2008 foi realizada nova pesquisa, desta vez abordando-se diretamente os autores dos artigos publicados nas edições anteriores. Essa pesquisa foi conduzida com base no envio de um questionário aos 109 autores/as que tiveram seus artigos publicados nas primeiras 16 edições da revista.

A AS-PTA submeterá os resultados dessas pesquisas ao Conselho Editorial da revista em 2009 para que sejam elaboradas novas políticas para o aprimoramento do projeto editorial, visando ao incremento dos impactos do mesmo.

2. Agroecologia em Rede

Tiveram continuidade no ano as atividades de manutenção do banco de dados *Agroecologia em Rede* (www.agroecologiaemrede.org.br). Foram recebidos mais de 150

novos cadastros espontâneos de pessoas e instituições e 125 contatos foram realizados por intermédio da função “Fale Conosco”, através dos quais foram solicitadas informações sobre as experiências publicadas na base de dados, sobre propostas de intercâmbio, de troca de sementes, mudas e receitas; informações para subsidiar pesquisas universitárias ou escolares; informações sobre pesquisadores, grupos de experimentadores, e instituições de assessoria; informações sobre comercialização de produtos agroecológicos etc.

Por volta de 50% dos acessos se dão a partir do endereço direto ou ferramenta “favoritos”. Esse fato indica que os visitantes estabelecem um vínculo sistemático com o sistema. Os outros 50% entraram na página a partir dos buscadores na internet ou através de outras páginas, com especial destaque para as páginas da AS-PTA, da revista *Agriculturas*, da Articulação Nacional de Agroecologia ou de outras instituições parceiras. Além dessas páginas, já pudemos identificar que há um *link* para o sistema em pelo menos 90 outros sítios de organismos governamentais, universidades, institutos de pesquisa, ONGs, além de configurar-se também como leitura recomendada de inúmeros *blogs* de grupos agroecológicos ou de praticantes da agroecologia publicados na internet. Além de *links* diretos para o banco de dados, esses *blogs* apresentam experiências publicadas originalmente no sistema como forma de ilustrar um assunto específico.

A partir da edição V.4, N.1, março de 2007, a revista *Agriculturas* vem publicando uma seção específica para divulgar o sistema *Agroecologia em Rede*. Por meio dessa estratégia, vimos aumentando a interatividade entre ambos os projetos, permitindo que um divulgue o outro, ao mesmo tempo em que se proporcione maior visibilidade ao conjunto de experiências.

Outro importante avanço no ano foi a aproximação com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em particular com o sistema de informações sobre empreendimento solidários desenvolvido pelo Fórum. Dessa aproximação, teceu-se uma parceria visando à integração de duas plataformas: o *Agroecologia em Rede* com o sistema *Farejador da Economia Solidária*, um banco de dados que conta com mais de 22 mil registros de iniciativas de economia solidária identificadas no país. A aproximação dos dois projetos permitirá a visualização da distribuição espacial das experiências cadastradas no sistema *Agroecologia em Rede*. Um avanço significativo nesse projeto está previsto para 2009. Para tanto, já foram iniciadas conversações com a ABA-Agroecologia no sentido de gerir informações pertinentes às iniciativas de ensino, pesquisa e extensão em agroecologia no Brasil e aos grupos de trabalho da ANA relacionados aos temas da agrobiodiversidade, soberania alimentar e mulheres. Essas conversações estão sendo realizadas no sentido de retomar o projeto “Mapa das Expressões da Agroecologia”, uma proposta de gestão compartilhada de informações do campo agroecológico segundo diferentes eixos temáticos. A AS-PTA segue na coordenação dessa iniciativa, tanto no âmbito da ANA quanto da ABA.

3. Página institucional e outros instrumentos

Durante o ano, foram realizadas análises sobre os acessos e os principais interesses dos usuários visitantes à página institucional da AS-PTA. Com base nessas análises, identificou-se a necessidade de nova remodelação do *site*. Os primeiros estudos nesse sentido foram realizados, e a nova página institucional deverá estar implantada em 2009 juntamente com um novo sistema de gestão descentralizado.

Para garantir caráter mais sistemático à divulgação das ações da entidade, aprimorando, sobretudo, os procedimentos de produção de informação por parte dos programas institucionais (locais e transversais), foi criado um grupo de trabalho interno composto por um representante de cada programa. Esse grupo vem elaborando uma estratégia que integra várias ações voltadas à melhoria dos mecanismos de comunicação institucional. Além do aprimoramento do *site*, elaborou-se proposta para a produção de folder institucional, nova identidade visual dos impressos publicados pela entidade, incluindo aí a própria logomarca e “nome fantasia” da instituição. Essas proposições encontram-se em fase de análise e deverão estar definidas e implementadas em 2009.

Registros fotográficos

Programa de Desenvolvimento Local da Paraíba



A instalação de bombas manuais melhorou a assepsia da água das cisternas e aliviou o trabalho das mulheres na retirada da água para uso doméstico.



Os Fundos Rotativos Solidários foram utilizados pelas famílias agricultoras para a fabricação de telas e melhoramento de pequenos criatórios.



A criação de abelhas nativas fortaleceu a renda e a segurança alimentar das famílias



Encontro regional sobre manejo da água na bacia do rio Bom Sucesso, na região semi-árida de Solânea.



Feiras agroecológicas: aumento e estabilização da renda através da comercialização direta agricultor-consumidor.



A diversificação dos quintais domésticos fortaleceu a segurança alimentar das famílias agricultoras.



Produção própria de forragem e ensilagem para garantir alimentação dos animais nos períodos secos.



Plantio do algodão agroecológico em Salgado do Souza.



Viveiro de mudas da comunidade Gruta de Santa Tereza, em Solânea.

Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná



20º Seminário de agrobiodiversidade: representantes comunitários avaliam e planejam as atividades de produção, multiplicação e uso de sementes próprias.



Visitas de intercâmbio associam agricultores e agricultoras nas atividades de formação técnica.



Grupos de mulheres: produção de sementes e transformação de produtos para autoconsumo e venda.



Agricultores e agricultoras avaliam ensaio de milho crioulo em Porto União, SC.

Projeto de Agricultura Urbana



Visita técnica a quintal doméstico de família atendida pela Pastoral da Criança no Jardim Guaratiba.



Visita de intercâmbio de experiências a comunidade Jardim Guaratiba



Troca de experiências comunitárias de agricultura urbana, organizada pela Rede Fitovida no Rio de Janeiro.



Encontro de formação sobre agricultura urbana com líderes da Pastoral da Criança.



Visita de intercâmbio de moradores do Rio de Janeiro a experiências de agricultura urbana em Belo Horizonte-MG.